



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ/BREVES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ELEITICE DA SILVA DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RIBEIRINHA PARA O INGRESSO E
PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:** uma abordagem no
Rio Anapú em Melgaço/Marajó-PA

MELGAÇO – PA
2023

ELEITICE DA SILVA DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RIBEIRINHA PARA O INGRESSO E
PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: uma abordagem no
Rio Anapú em Melgaço/Marajó-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves.

Orientadora: Profa. Dra. Merize de Jesus da Silva Américo.

MELGAÇO – PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237d Santos, Eleitice da Silva.

Os desafios da juventude ribeirinha para o ingresso e permanência nas instituições de ensino superior : uma abordagem no Rio Anapú em Melgaço/Marajó-PA / Eleitice da Silva Santos. — 2023.

124 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Merize de Jesus da Silva Américo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Breves, Faculdade de Serviço Social, Breves, 2023.

1. Educação . 2. Ensino Superior. 3. Juventude Ribeirinha .
4. Serviço Social. I. Título.

CDD 370

ELEITICE DA SILVA DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RIBEIRINHA PARA O INGRESSO E
PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: uma abordagem no
Rio Anapú em Melgaço/Marajó-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves.

Orientadora: Profa. Dra. Merize de Jesus da Silva Américo.

Data de aprovação: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Merize de Jesus da Silva Américo (Orientadora)
Universidade Federal do Pará/CUMB

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo (Membro interno)
Universidade Federal do Pará/CUMB

Prof. Dr. Luciano Gomes da Silva (Membro externo)
Universidade Federal do Pará/CUMB

As recordações primeiras trazem imagens de minha genitora, que em muitos momentos de minha vida, conversou comigo em olhares e sem nenhuma palavra dita, me ensinou importantes lições.

Àquela que em muitos diálogos a caminho da roça, nos ensinou a lutar honestamente pelo direito à vida.

Àquela que debaixo das maniveiras nos incentivou a estudar.

Àquela que nunca deixou de acreditar que era possível uma vida diferente e que insistiu nesse sonho junto a mim.

À **Celeste Moraes da Silva**, mulher forte e guerreira. Minha mãe! Também, faço honras a: À minha filha, **Wendria Santos**, e a meu filho **Wendrick Santos** que são meu alento e minha força, minhas maiores razões para continuar sendo resistência.

A estes dois que outrora tem suportado a dor causada pela ausência que as circunstâncias nos impõem;

A meus irmãos e irmãs, que me incentivaram de todas as formas possíveis;

À minha orientadora, Merize Américo, que segurou na minha mão oferecendo a mim muito mais que orientação acadêmica, mas também um espaço em sua casa e em sua família, para que eu tivesse condições de concluir este curso.

A vocês, que se fazem pessoas especiais em minha vida, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nessa escrita, esta página deveria ser uma parte relativamente fácil para elaborar, no entanto, ao parar para escrever estes agradecimentos, respirei fundo e limpei aquelas lágrimas que não foram possíveis conter. No entanto, há que se considerar um acontecimento normal. É apenas o sentimento de gratidão transbordando em meu corpo.

Trago em minha caminhada pessoal e profissional, duas expressões que já fazem parte do meu eu e que para mim, deveriam ser parte do cotidiano de todas as pessoas: “Ser grato. Ser gentil.” Quem me conhece, sabe o quanto valorizo o ato de agradecer as gentilezas da vida, penso que são atitudes que elevam um ser humano e que podem mudar abruptamente um contexto conflituoso. Portanto, nessa solene gentileza, expresso meu sentimento nessas palavras que tão pouco conseguirão expressar minha gratidão.

A Deus, primeiramente, porque acredito que foi ele, em sua infinita bondade que providenciou todos os detalhes dessa jornada, colocando em minha vida pessoas que manifestaram seu amor por meio de cuidado e de afeto, em todos os momentos que necessitei desses sentimentos. Por ter me mantido tranquila, sabendo que estava providenciando sorrisos para substituir as noites de aflição e angústia, eu agradeço a Ti, Senhor.

A minha mãe que lutou sozinha para educar 11 filhos dentro dos princípios da honestidade e do amor. A mesma que sempre me protegeu mesmo quando eu já não estava mais debaixo de suas asas.

As razões da minha vida, Wendria Santos e Wendrick Santos, que em suas ingenuidades de criança me cobriram com o mais puro sentimento da vida: O amor. Nenhuma palavra é capaz de retratar a grandeza do sentimento que eu tenho por vocês. Meu eterno agradecimento pelas (in) compreensões de minha ausência nos momentos do “querer mãe”.

A meus irmãos, Anildo Moraes, Elenildo Santos, Erineu Santos, Elinaldo Santos, Elizeu Santos e Eldson Santos, e a minhas irmãs Elisdenilda Moraes, Laíde Santos, Helena Santos e Elzilene Santos por todos os momentos construídos, que mesmo em contextos de lutas, abriram espaços para risos soltos e para momentos de apreciação da simplicidade da vida. Os mesmos que nesse sonho, estiveram me apoiando em atitudes e em orações.

Agradecimento especial à Anderson Pereira, que além de excelente pai para nossa filha é também um amigo primoroso, que se faz presente em nossas vidas mesmo com os limites impostos pela distância. Aquele que acreditou que esse sonho era possível tanto quanto eu, e que me incentivou a não desistir nos momentos em que eu insistia em ouvir minhas aflições. Pela amizade construída e pelo suporte emocional e material, gratidão por não ter

deixado de se importar.

Ao meu reduzido ciclo de amigos e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a minha evolução pessoal e profissional.

Aos participantes da pesquisa, que se dispuseram a doar seu tempo para contribuir com suas histórias de vidas sem qualquer ressarcimento monetário. Sem vocês essa pesquisa não apresentaria a qualidade de uma boa pesquisa científica. Obrigada por serem resistência nesse contexto de intensas investidas contra o direito à vida e a cidadania. Vocês são grandes inspirações para outrem!

No campo intelectual, todo meu reconhecimento e gratidão a Merize de Jesus da Silva Américo, orientadora e amiga, assistiu o meu esforço de perto e se fez presente em todos os momentos que precisei. Gratidão por ter insistido em não nos deixar para trás. Gratidão por ter se colocado à disposição para ajudar nos momentos adversos dessa trajetória. Gratidão por ter orientado e exigido, mas sempre ter permitido a direção do meu voo. Também sou grata por ter aberto as portas de sua casa e ter me oferecido suporte teórico com a permissão para desvendar sua biblioteca, bem como por ter me oferecido os recursos tecnológicos necessários para a construção dessa pesquisa. Grata também pelos momentos construídos de troca de afeto, de amor e de respeito. Registro minha profunda admiração pelo ser humano maravilhoso e excelente profissional que és, que para mim é referência e inspiração! Obrigada por embarcar comigo nessa viagem.

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória educacional, desde a educação básica, porque a minha entrada na Universidade foi resultado da dedicação e do zelo de cada um de vocês. Gratidão especial ao quadro profissional da Faculdade de Serviço Social do Campus de Breves, aos docentes: Ana Smith, Cristiane Silva, Eunápio Dutra, Gicele Araújo, Jacqueline Guimarães, Maria Oliveira, Merize Américo e aos outros docentes convidados que também participaram desse processo, levarei comigo um pouco de cada um de vocês!

Agradeço também ao atual técnico administrativo da faculdade Henrique Lourenço e aos outros dois que também me acompanharam anterior a este: Raquel e Samuel. Obrigada por todos os esforços feitos!

A meus colegas da turma, agradeço pelas amizades construídas e pelos momentos compartilhados. As tensões, os diálogos e os momentos de lazer se constituíram memórias prazerosas. Viver a graduação foi um importante capítulo de ressignificação da vida!

A Prefeitura Municipal de Melgaço por ter escutado os anseios da população que gritava por oportunidades educacionais em nível superior, bem como a Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal do Pará do Campus Universitário do Marajó Breves, por ter aceitado o desafio de ofertar uma turma flexibilizada para Melgaço, oportunizando com essa atitude, jovens melgacenses que talvez nem pudessem cursar o ensino superior fora do seu município. Sou grata por terem garantido a mim o direito de cursar o ensino superior público.

Nessas palavras, expresso minha gratidão eterna por ter tido a oportunidade de me envolver nessa busca e por dividir tantos momentos com vocês. Este capítulo escrito na minha vida me permitiu entender que os meus limites não são motivos para eu não procurar novos caminhos que possibilitem o alcance dos meus sonhos. A todas e todos. gratidão!

“Não há como concebermos uma educação, numa sociedade democratizando-se, que leve o homem a posições quietistas. Que não faça dele um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente ou com acento cada vez maior de racionalidade.

PAULO FREIRE

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso busca compreender sobre os desafios da juventude ribeirinha para o ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior, a partir da aproximação com o cotidiano de 7 (sete) jovens moradores de comunidades do Rio Anapú, localizado a oeste do município de Melgaço-Marajó/PA. Sobre o município, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em seu último senso divulgado (2010) apontou-o como o município brasileiro com pior qualidade de vida, medindo os índices de educação, renda e saúde. No referido município 78 % da população reside no espaço rural, distribuídas floresta a dentro, muitas em regiões longínquas e de difícil acesso, condições essas que dificultam o acesso as políticas públicas, pois em sua maioria, são políticas elaboradas fora da realidade desses sujeitos e que não consegue alcançá-los nas suas dimensões territoriais. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo compreender os percalços que fazem parte do trajeto do jovem ribeirinho melgacense para acessar e permanecer nas Instituições de Ensino Superior. A pesquisa é de caráter exploratório com abordagem quanti-qualitativa que utilizou como ferramentas instrumentais para coleta de dados: questionários semiestruturados, a observação e a entrevistas aberta. O trabalho está organizado em três capítulos. Neles contextualizamos os aspectos históricos da política de Educação no Brasil, além de sinalizá-la enquanto política pública e social. Abordamos a questão conceitual sobre território e populações ribeirinhas e contextualizamos a Amazônia e o lócus da pesquisa. Procuramos sintetizar as principais informações da pesquisa de campo e relacioná-las com os aspectos legais atribuídos à Política de Educação Superior, levando à algumas reflexões sobre as questões pontuadas pelas (os) entrevistadas(os), e por fim, apresentamos a relevância do profissional do Serviço Social na luta coletiva pela garantia do direito à educação. Ao abordar essa temática numa perspectiva crítica e propositiva, foi possível identificar que uma minoria dessa demanda consegue alcançar o ensino superior, por diversas razões, a principal delas é a omissão do Estado enquanto provedor das condições necessárias para o acesso a cidadania. Em síntese, há poucas pesquisas, relacionadas ao tema nesse recorte da amazônia marajoara. Tomando a Educação Superior como direito social, o que se constatou foi que não há uma discussão de territorialidade no sentido de levar em consideração o cotidiano do jovem ribeirinho marajoara. Posto isso, emerge a necessidade de se pensar formas de intervenção social que afetem essa realidade.

Palavras-chave: Educação, Juventude ribeirinha, Ensino Superior.

ABSTRACT

The Course Completion work seeks to understand the challenges of riverside youth for admission and permanence in Higher Education Institutions, from the approach to the daily life of 7 (seven) young people living in communities on the Anapú River, located west of the municipality of Melgaço-Marajó/PA. Regarding the municipality, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, in its last published census (2010), pointed it out as the Brazilian municipality with the worst quality of life, measuring education, income and health indices. In that municipality, 78% of the population lives in rural areas, distributed throughout the forest, many in remote and difficult-to-access regions, conditions that make access to public policies difficult, since most are policies elaborated outside the reality of these subjects and that cannot reach them in their territorial dimensions. In view of this, the research aimed to understand the mishaps that are part of the journey of the young riverside person from Melga to access and remain in Higher Education Institutions. The research is exploratory with a quantitative and qualitative approach that used as instrumental tools for data collection: semi-structured questionnaires, observation and open interviews. The work is organized into three chapters. In them, we contextualize the historical aspects of Education policy in Brazil, in addition to signaling it as a public and social policy. We approach the conceptual question about territory and riverside populations and contextualize the Amazon and the research locus. We tried to synthesize the main information from the field research and relate them to the legal aspects attributed to the Higher Education Policy, leading to some reflections on the questions raised by the interviewees, and finally, we present the relevance of the professional of Social Work in the collective struggle to guarantee the right to education. By approaching this theme from a critical and propositional perspective, it was possible to identify that a minority of this demand manages to reach higher education, for several reasons, the main one being the omission of the State as a provider of the necessary conditions for access to citizenship. In summary, there is little research related to the theme in this section of the Marajoara Amazon. Taking Higher Education as a social right, what was found was that there is no discussion of territoriality in the sense of taking into account the young riverside Marajoara. That said, there is a need to think about forms of social intervention that affect this reality.

Keywords: Education, Riverside Youth, Higher Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização da Ilha do Marajó.....	31
Figura 2 -	Mapa geopolítico da região marajoara.....	33
Figura 3 -	Localização geográfica do município de Melgaço.....	40
Figura 4 -	Vista do alto do município de Melgaço.....	41
Figura 5 -	Localização geográfica do Rio Anapú.....	75
Figura 6 -	Escola Porto Alegre.....	78
Figura 7 -	Etapa de produção da farinha.....	81
Figura 8 -	Grupo de jovens Apocalipse da comunidade São Francisco.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Dados sobre a orientação sexual.....	85
Gráfico 2 -	Dados sobre trabalho e renda.....	86
Gráfico 3 -	Dados sobre a conclusão do ensino médio.....	87
Gráfico 4 -	Dados sobre a prestação de vestibulares.....	90
Gráfico 5 -	Dados sobre o ingresso na IES.....	90
Gráfico 6 -	Dados sobre as modalidades de ensino.....	90

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 -	Panorama demográfico geral.....	76
Quadro 2 -	Panorama de nº de habitantes por furos/igarapés.....	77
Quadro 3 -	Panorama dos estabelecimentos escolares.....	77
Quadro 4 -	Panorama sócio-econômico dos entrevistados.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CsF	Ciências sem Fronteiras
COE_MEC	Conselho Operativo de Emergências do Ministério da Educação
EAD	Ensino a Distância
ENADE	Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PNAIC	Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SOPS	Seminários de Oficinas Pedagógicas
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UVA	Universidade do Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A AMAZÔNIA BRASILEIRA	21
2.1	Apontamentos sobre a formação socioeconômica da amazônia	21
2.2	Os “marajós” no contexto amazônico	30
2.3	Melgaço: a “cidade-floresta”	39
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NA AMAZÔNIA MARAJOARA	45
3.1	Apontamentos sobre o processo constituição da política educacional enquanto política pública: da colônia à república	48
3.2	O regime educacional no período colonial	48
3.3	A educação no período monárquico	51
3.4	A conjuntura republicana e seus impactos no campo educacional	52
3.4.1	A república Getulista no Estado Novo (1930-1946)	53
3.4.2	A república populista (1946-1964)	54
3.4.3	A política de educação no regime militar (1964-1984)	55
3.4.4	A redemocratização e seus impactos na política educacional brasileira (1984-2000).	59
3.5	A política educacional na atualidade	63
3.6	Considerações sobre a política educacional de Melgaço	69
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES ACERCA DA PESQUISA	75
4.1	Lócus da pesquisa - a comunidade ribeirinha do Rio Anapú	75
4.2	Território e territorialidadesna mediação do Rio Anapú	79
4.3	Entre o sonho e realidade: um rio e muitas dificuldades.	84
4.4	Identificação e sistematização das principais dificuldades para acesso e permanência nas instituições de ensino superior	94
4.5	O papel do serviço social na luta coletiva pelo direito a educação	95
4.5.1	A atuação do assistente social na política educacional	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	113
	APENDICE A - IMAGENS DA PESQUISA	117
	APENDICE B - FORMULÁRIO PARA A PESQUISA DE CAMPO	120
	APENDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123

1 INTRODUÇÃO

Toda atualidade é reflexo das relações sociais construídas no decorrer da história. Por esta razão, não há como compreender um objeto de estudo sem nos remeter as suas marcas mais remotas, tomando-os em sua totalidade¹. Tratar da educação no contexto Amazônico incide compreender as relações sociais inseridas num processo de acumulação capitalista desigual que, nesta região é caracterizada pela diáspora social de concentração de renda, onde a grande maioria da população amazônica está condicionada as condições de subalternidade decorrente das do sistema de produção e redistribuição de renda.

No processo de construção civilizatória, a educação como prática sócio-histórica pode ser entendida como o processo pelo qual o ser humano apreende o mundo, formando suas concepções e moldando-as para a vivencia em sociedade. É uma prática social que tem o poder de ressignificar a trajetória de homens e mulheres por meio da quebra dos paradigmas imbricados na sociedade pela ordem hegemônica burguesa.

No entanto, nos enlances do sistema capitalista a educação toma forma de política social² e passa a ser concebida como serviço público, sendo este materializada nos limites dos interesses elitistas, caracterizando-se desde sua gênese enquanto política de Estado como privilegio social.

Nessa direção a educação como uma dimensão da vida social no capitalismo aparece como um divisor de águas, tornando-se uma estratégia de alienação social, cultural, econômica, política e religiosa nos moldes da ordem burguesa. Ao mesmo tempo que pode, se executada na sua essência de construção social emancipatória, representar um verdadeiro instrumento de transformação social.

Partindo dessa visão, a educação, em especial a educação em nível superior, torna-se um almejo latente entre os jovens³ ribeirinhos⁴, por ser percebida entre essa demanda como um

¹ Segundo Behring (2017), “a totalidade compreende a realidade nas suas intimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas, necessária a sua compreensão” (p.53)

² “As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – as expressões multifacetadas da questão social no capitalismo” (BERING, 2017, p.69)

³ Conforme apresenta o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), entende-se por jovem toda pessoa entre 15 e 29 anos. O Estatuto da Juventude foi um alcance importante no campo da garantia de direitos a essa categoria social. Importa dizer que embora reconheçamos essa demanda enquanto categoria social construída, neste trabalho, tomamos apenas sua classificação para sinalizar a faixa etária do público da pesquisa.

⁴ Segundo Gonçalves e Cornetta (et al., 2016, p. 36), ribeirinho é aquele cujo modo de vida, trabalho, transporte, sustento, moradia, laços sociais e culturais estão cotidianamente em interação como rio. Isso, portanto, implica dizer que, a categoria “ribeirinho” não se restringe à figura preconcebida do cidadão que mora com sua família em uma palafita na beira do rio.

instrumento canalizador de ascensão social e cultural. Enquanto sujeitos sociais, a população ribeirinha apresenta especificidades no seu modo de vida por construir suas identidades num território das águas e das florestas., onde as relações sociais, culturais, políticas e econômicas são estabelecidas em harmonia com as condições dadas pela natureza.

No entanto, o avanço do sistema capitalista na região tem impactado diretamente nas condições da natureza e consequentemente nos modos de vida dessa população, que cada vez mais vivencia as desigualdades sociais deixadas como rastro da exploração. Assim, a população ribeirinha é exposta a todo tipo de vulnerabilidade, imersa numa realidade extremamente contraditória: Viver numa das regiões com maior potencial de riquezas naturais e minerais do planeta que apresenta uma realidade social precária e desprotegida.

Com vista a superação dessa situação de pobreza acentuada, milhares de jovens ribeirinhos estão cada vez mais buscando a educação como uma forma de transformação social. No entanto, sabemos que regiões como a marajoara sofrem com políticas educacionais fragilizadas desde o nível básico de ensino, até os mais elevados níveis de qualificação profissional. Contudo, sabe-se que, o caminho até a universidade pode se tornar mais ou menos difícil, dependendo da condição que esse ocupa na estrutura social, pois quanto mais baixo for sua inserção no sistema de hierarquização social, tanto mais serão as dificuldades para acessar a uma cidadania completa.

No caso das populações tradicionais ribeirinhas, as dificuldades estão relacionadas com as múltiplas dimensões da realidade em que estes estão inscritos. São territórios constituídos pelo caminho das águas que se estendem floresta a dentro, muitos em regiões longínquas e de difícil acesso, que apresentam formas específicas de vivências. Essas condições dificultam ainda mais a contemplação das políticas públicas para a população que ocupam esses espaços, tendo em vista que em sua maioria, são políticas elaboradas fora da realidade desses sujeitos.

Daí se apresenta a relevância social deste trabalho, que se ancora no fato de necessitamos de estudos que apontem direções para a superação de expressões sociais como essas. Dessa forma, deixo minha contribuição documentada neste trabalho acadêmico-científico a fim de que este possa auxiliar no sentido de fornecer informações a respeito de um tema ainda pouco discutido sobre esse recorte Amazônico.

Neste esforço, proponho-me compreender sobre os desafios da juventude ribeirinha para o ingresso e permanência nas instituições de ensino superior, a partir da aproximação com o cotidiano de 7 (sete) jovens moradores de comunidades do Rio Anapú, localizado a oeste do município de Melgaço-Marajó/PA.

Do geral, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: levantar e sistematizar dados referentes às demandas de ensino superior no município; apontar, por meio da escuta qualificada, as causas frequentes que tornam o caminho às universidades um desafio; avaliar os impactos do não acesso às universidades na vida de jovens melgacense ribeirinhos; e despertar na sociedade uma perspectiva crítica de transformação da realidade social por meio de orientação.

A fundamentação deste estudo foi feita a partir de aproximações com a Teoria Social de Karl Marx, tendo como método o Materialismo Histórico e Dialético, por concordar que os fenômenos na sociedade são resultados da relação capital-trabalho que devem ser compreendidas dentro de uma totalidade. Nestes termos, compreendemos a história numa visão dialética, atentos as reformulações que o sistema capitalista adota para manter-se como sistema predominante de produção.

Segundo Neto (2009) “a teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. Pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (p.20). Portanto, assinala-se que:

A relevância e importância da teoria social de Marx se dá por ser muito coerente do ponto de vista textual, dos seus pressupostos, do seu desenvolvimento e até das suas conclusões e está embasada em um critério de verdade, que é a prática social, que é a base do conhecimento, não como algo particular, mas, como processo factual, processo esse que se dá por meio da investigação científica. (Netto, 2016, *apud* Americo, 2022, p. 27 e 28).

Compreender o movimento de reprodução da dificuldade do acesso e permanência das populações ribeirinhas nas Instituições de Ensino Superior requer a compreensão das múltiplas determinações que o fazem, pois, o conhecimento produzido sobre um determinado objeto pelo método materialista histórico e dialético, pressupõe uma compreensão histórica do ser social a partir do estudo da relação homem-natureza-sociedade, numa aproximação com a realidade objetiva que vai do particular ao universal ⁵, conforme sintetiza Silva (2018):

[...] uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas. (Silva, 2018, p. 49).

⁵ LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista. 2. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

A interpretação da realidade social por meio do método marxiano apreende o objeto de pesquisa tal qual como ele é no campo real e efetivo.

Assim percorrido, a escolha do método do materialismo histórico e dialético para a realização desse trabalho, se deu por compreendermos que este é o que melhor se aplica para explicar a construção das relações sociais no contexto capitalista, pois “apesar dos limites históricos que todo conhecimento possui, a teoria social de Marx, mantém atualidade e poder explicativo diante da dinâmica da sociedade capitalista”. (Americo, 2022, p.29).

De tal modo, concordando com Faleiros (1997, p. 166) que afirma que “para se produzir pesquisa não basta ler”, pois, “é preciso uma organização sistemática para a produção do saber e de uma produção que tenha possibilidade de difusão e de comunicação”. Neste, a pesquisa apresentada é de caráter exploratório pois buscou desvelar as dificuldades vividas pela juventude ribeirinha do Rio Anapú, em Melgaço-Marajó/PA. no intuito de aprofundar conhecimentos sobre o tema em questão nesse recorte do município.

Inicialmente, o levantamento bibliográfico e documental possibilitou a aproximação com o tema a partir da seleção do suporte teórico para subsidiar a escrita, sendo este revisado de acordo com as necessidades das etapas desse escrito. Foi um momento de extrema relevância para iniciar os trabalhos, pois foram as primeiras aproximações científicas a respeito do objeto de estudo. Para Gil (2002, p.44) “A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim, as primeiras leituras teóricas foram importantes sinalizadoras da realidade estudada.

A pesquisa documental acompanhou o tempo da pesquisa bibliográfica e nesta, foram coletados dados nas legislações, nos currículos, nos bancos de dados, nos sites de instituições governamentais, em esfera municipal, estadual e federal, nos noticiários eletrônicos e nas bibliotecas.

A etapa que sucedeu esta foi a materialização da pesquisa de campo, “onde o objeto é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador” (Severino, 2016, p.132). Foram utilizados como ferramentas instrumentais para coleta de dados: questionários semiestruturados para traçar informações socioeconômicas e educacionais, a observação e a entrevistas abertas, caracterizada a partir de perguntas básicas, com roteiro pré-estabelecido, em aberto para a realização de possíveis questionamentos a partir dos relatos apresentados, nessa última, com permissão assinada no termo de consentimento livre e esclarecido para que fosse utilizado o gravador para o registro posterior em transcrição

ser feito fidedignamente, possibilitando melhor compreensão das falas e melhor organização e sistematização dos resultados.

A pesquisa seguiu com abordagem quanti-qualitativa. No entanto, apesar de delimitado em quantidade o número de participantes desta pesquisa, a análise qualitativa da mesma revela “o nível de realidade que não pode ser quantificado”, pois, “trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos a operacionalização” (Minayo, 2014, p. 21-22).

Para a execução da pesquisa de campo, foi aplicado o questionário semiestruturado a 7 (sete) jovens egressos do ensino médio, com idades entre 20 e 24 anos, residentes das comunidades do rio Anapú. Desse total, 3 (três) são do sexo feminino, 2 (dois) da comunidade LGBTQi+ e 2 (dois) do sexo masculino. Sobre a forma de conclusão do ensino médio, 3 (três) cursaram o ensino médio integral, 3 (três) concluíram por instituição particular e 1 (um) concluiu pelo sistema de ensino médio interativo, que é uma estratégia do governo para levar o ensino médio às comunidades rurais.

A sistematização do trabalho está organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo faz-se uma contextualização do lócus da pesquisa dentro do cenário macroestrutural, fazendo uma abordagem acerca da formação socioeconômica da Amazônia brasileira, situando o município de Melgaço nesse esforço. Para tanto, foi utilizado o Estudo da Arte em Edna Ramos de Castro e Índio Campos em “*Formação socioeconômica da Amazônia*” e Armando Dias Mendes em sua organização “*Amazônia Terra e Civilização*”, que de maneira geral apontam a Amazônia como território de disputas pela dominação do espaço entre a ordem capitalista e os povos tradicionais. Para a síntese do lócus da pesquisa, são utilizadas as contribuições teóricas de Agenor Sarraf Pacheco em “*Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*” e Hélio Pena Baia em “*Rurbanidades Marajoaras: Produção, Consumo e Mudanças Culturais no Espaço da Cidade de Melgaço -PA.*” cujas produções se voltam para a compreensão da formação sócio-histórica do município de Melgaço.

O capítulo II apresenta considerações sobre a política de educação em território brasileiro e seus reflexos na Amazônia marajoara a partir de uma leitura da construção dessa mesma enquanto política pública. Para esta discussão foi utilizado esforços como o de Taiza Oliveira Romanelli em “*História da educação no Brasil*” e Dermeval Saviani em “*Política e educação no Brasil*” e “*A Nova Lei da Educação: trajetórias, limites e perspectivas*” que escrevem um importante trabalho no sentido das compreensões da construção da educação institucionalizada no decorrer da história.

O capítulo III trás o resultado da pesquisa, buscando sintetizar os dados a partir da compreensão da política enquanto direito social. O histórico da educação no município se dá mediante as contribuições de Ilca Pena Baía Sarraf em *“Cartografia de professoras migrantes: Formação Docente na Construção de Identidades”*, para compreender como se desenhou a política educacional no município de Melgaço. Outrora, para somar a essa discussão, foram tomados os pensamentos de István Meszáros (2004, p.59) a partir da obra *“A Educação para Além do Capital”*, no intuito de “resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias”.

Apresentada a sistematização dos dados referentes ao lócus da pesquisa, apropriamo-nos das contribuições de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho em *“Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”* aparecendo no trabalho para esclarecer como se dão as relações sociais no sistema capitalista, possibilitando assim um entendimento acerca da consolidação da profissão e das possibilidades de atuação do profissional desta área para a luta coletiva por uma educação emancipatória. E o estudo da arte em *“Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania”* de Ana Bolorino Martins sinaliza possibilidades de atuação do Assistente Social na política de educação.

Dessa forma, por acreditar que a pesquisa científica é uma forma eficiente para a interpretação e compreensão dos fenômenos sociais, espera-se com este trabalho, que o mesmo possa ser um instrumento de incentivo norteador para subsidiar na elaboração de estratégias de garantia e ampliação de direitos das demandas educacionais ribeirinhas. Ao mesmo tempo, registro que os conhecimentos acerca do tema não se limitam a esta abordagem, e que por assim entender, este estudo servirá de esboço para posteriores qualificações.

2 A AMAZÔNIA BRASILEIRA

2.1 Apontamentos sobre a formação socioeconômica da amazônia

Vivemos em um país de muitos cenários, de múltiplas realidades. O Brasil, em sua extensa área territorial desenha-se em um mosaico social, econômico, cultural e geográfico. Portanto, para compreendermos as configurações do *lócus* da pesquisa (Rio Anapú, na cidade de Melgaço/Marajó- PA) é necessária a compreensão da região ao qual este está inserido. Nesse caso, a abordagem discorre em um recorte amazônico ao norte do país, mais precisamente na Amazônia Marajoara, localizada a oeste do estado do Pará.

Em linhas gerais, o território amazônico brasileiro, em sua densidade demográfica, apresenta uma área total de 5.015.067,86 km², correspondendo a aproximadamente 59% do território nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua etimologia está associada a lenda das valentes guerreiras amazonas, que supostamente queimavam o próprio seio para melhor apoiar o arco, tornando dessa maneira, seu manuseio mais eficaz. Em menção a lenda, o território passou a ser chamado de “Amazônia”.

Seu espaço geográfico atravessa 8 (oito) estados brasileiros (Amapá, Acre, Amazonas, Pará, Tocantis, Roraima, Maranhão e Piauí). E se delineia em meio a culturas de diferentes povos, nativos e/ou dativos, que copõem esses espaços. Assim:

A Amazônia é uma região onde se entrelaça uma diversidade sociocultural de diferentes ordens, conformando um perfil de peculiaridades onde os processos de produção e reprodução social e do trabalho, as formas das relações sociais e dos conflitos, apresentam dimensões gerais, mas, também características e especificidades muito próprias do ambiente de inserção dos segmentos sociais presentes nesse território (Américo, 2022, p. 66).

A amazônia é mundialmente conhecida por sua rica biodiversidade e suas riquezas naturais (ecossistemas, fauna, flora, microclimas, minerais, entre outros) e tem cada vez mais estado no centro das grandes discussões mundiais pela sua importância para a manutenção da vida no planeta, haja vista que é nesta mesma, que também se localiza a maior bacia hidrográfica do globo, sendo o maior reservatório de água doce do mundo. Além das razões supracitadas, sua extensão territorial de campos, igapós, varzeas e florestas são biomas canalizadores da reprodução de milhares de espécies animais e vegetais.

Cita-se também a pluralidade de riquezas culturais dos povos tradicionais da região que, adaptando-se as particularidades do espaço geofísico e do tempo, foram (re) criando seus modos de vida; da medicina tradicional, com o uso das espécies vegetais e animais para a elaboração de remédios caseiros; das manifestações corporais expressos nas pinturas; nas caracterizações, na dança, nos batuques; da rica culinária que tira da natureza o suficiente para a sobrevivência.

Por estas importantes razões de cunho natural por ser o maior banco genético do planeta, com maior biodiversidade e abundância de água doce e por ser palco de tradições e costumes culturais de povos tradicionais da região, a Amazônia torna-se um tema prioritário nas discussões mundiais, principalmente naquelas que trata as medidas de conservação.

A geografia, a biodiversidade e a cultura amazônica é, de fato, um patrimônio encantador. No entanto, a caracterização romantizada ganha novas interpretações quando nos aprofundamos nas leituras históricas da região. Compreendê-la em sua totalidade nos causa um verdadeiro “*choque de realidade*” ao percebê-la em suas multifacetadas precariedades vivenciadas pelos povos que residem em meio a tanta abundância de riquezas que a região exprime. Mendes (2004, p. 24), faz a seguinte colocação:

[...] paira sobre essas cissuras desagregadoras o manto inconsútil de uma ideia comum de Amazônia, encaستada sobre um lastro físico e geográfico único, assim como a consciência de um cimento histórico insuscetível de trincas, o álgama final sendo mantido pulsante por um mesmo halo, ou sopro, ou espírito vivificador, que lhe confere um caráter indelével. Também se podia pensar na óbvia dualidade de uma Amazônia humana pobre, majoritária, de um lado, e o seu avesso, menor e próspero, de outro. São as muitas variantes das dualidades constitutivas da atual Amazônia brasileira.

Durante um longo período, permeneceu, mundo a fora, a crença da Amazônia como um espaço resumido a fonte de riquezas inesgotáveis, de uma planície homogênea e farta. Outrossim, é em meio a esse universo verde que milhares de pessoas sobrevivem em condições periféricas enfrentando problemas de ordem política, social, econômica e tecnológica, resultado do modelo econômico que beneficia a classe social dominante ao gerir um ciclo onde se reproduz sua própria condição de pauperismo por meio da alienação, no momento que por questões de necessidades e sobrevivência, se colocam a disposição para servir no processo de (re) produção capitalista.

Castro & Campos (2015, p. 16), em seu estudo da arte sobre a formação sócioeconômica da Amazônia, aponta a necessidade de romper as “interpretações tradicionais que traduzem uma história linear e de dominantes” e compreender os processos de formação do espaço amazônico como “reais e coletivos, que podem ser lidos, de um lado, na construção da vida

social, do cotidiano, da família, da cultura, das trajetórias sociais, da mobilidade, e de outro, da visibilidade de diferentes formas de dominação, de resistência e de afirmação dos sujeitos”.

As metamorfoses, pelos quais passou o território amazônico desde sua ocupação até a atualidade, estiveram sempre ligadas aos jogos de interesses econômicos no início na forma do capitalismo mercantil, quando o desbravamento pela ocupação de territórios desconhecidos foi expandido pelas potências econômicas da época (Portugueses, Europeus, Holandeses, Irlandeses, Ingleses, entre outros), depois pela cadeia de interesses elitistas a partir da implantação do modelo de exploração industrial, seguidos pelas demais formas que se fez o capitalismo no decorrer da história.

No entanto, desde o princípio, a era da colonização não se caracterizou como um processo de fácil alcance, pois desde a chegada dos primeiros colonizadores em terras brasileiras, a ocupação se deu de forma lenta e gradual, em meio a lutas sangrentas guerridas por diferentes povos nativos, bem como por inimigos colonizadores que também buscavam domínio de novos territórios. Em meio a essa cadeia de mudanças contínuas, as formas de resistência pelos ocupantes primários das terras amazônicas eram constantes e:

[...] a história da Amazônia é a “história de lutas e conquistas, produto do encontro de vários grupos sociais que conformaram a sociedade em tempos diferentes. A imagem reproduzida na sociedade brasileira sobre o índio e que chega até o presente, é de servil e submisso. Uma nova escrita da história tem sido empreendida pelos povos indígenas do presente, e historiadores, que têm ressignificando as leituras de documentos do passado” (Gusmão, 2010, p. 15 *apud* Castro; Campos, 2015, p. 17).

Numa perspectiva histórica social, os autores reafirmam que o capítulo de aguerrida resistência indígena na formação histórica desse chão, merece relevância e protagonismo, pois em solo amazônico brasileiro, foram os percursos da luta pelo direito a vida. Continuam:

O início da colonização portuguesa, desde os primeiros viajantes que subiram o rio Amazonas e seus afluentes no século XXI até a fundação de Belém, a chegada de forças militares e de instituições religiosas, representa um passo decisivo no processo político que envolvia o domínio e a garantia das possessões coloniais. Até o present, contam-se vários séculos de ocupação territorial nada pacífica, marcada por relações de dominação, de violência, conflitos, disputas e também de alianças entre os colonizadores, europeus e os povos indígenas.⁶

⁶ CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 17.

Com a expansão do domínio sobre as terras, os portugueses começam a deslocar-se no território e construir fortificações, ocupando pontos estratégicos e estabelecendo-se definitivamente. Para melhor adaptação das práticas ocidentais em solo amazônico, aproveitavam-se dos saberes indígenas sobre peculiaridades da terra, das marés, das plantas e de suas habilidades com a caça e a pesca, conforme reforça os autores:

Conseguir mobilizar os saberes indígenas sobre os ecossistemas de florestas e de rios, alicerçados milenariamente pela vivência nesses territórios, conhecimento acumulados sobre as estações, as chuvas, as marés, as espécies vegetais comestíveis, terapêuticas, matérias-primas, as melhores caças e seus usos são determinantes suprir suas necessidades, enfim, saberes sobre a navegação e a arte de construção de embarcações e apetrechos necessários nas longas caminhadas pela floresta, nas viagens, na guerra e na defesa.⁷

Com as descobertas das potencialidades amazônicas, a coroa portuguesa decide impulsionar a economia colonial por meio do que a Amazônia poderia lhe oferecer naquele momento, “para tanto, precisava da mão de obra indígena, que conhecia bem a região e sabia onde encontrar esses produtos e lidar com as suas adversidades.”⁸ Com a posse dessas facilidades, realocavam os índios em seus aldeamentos, garantindo melhor desempenho da produção e sobrevivência nesses lugares.

Assim, os nativos foram obrigados a reinventar seus modos de vida, suas práticas e costumes, para adaptar-se numa nova forma de organização social. Com isso:

O poder colonial e a catequese destribilizaram, desaldearam, arrancaram os índios de seus territórios e de suas culturas e os levaram, através de *descimentos* para outros *lugares de redistribuição*, ignorando seu pertencimento étnico e territorial. Trata-se de um deslocamento forçado, que produzia extrema mobilidade dos corpos pelo desenraizamento do lugar e realocação da sua força de trabalho, conforme os projetos coloniais, tanto para a construção de igrejas, fortificações, engenhos ou de residências; ou para identificar e retirar da mata as madeiras das Fábricas Reais ou ainda para as atividades de defesa e de guerra. Portanto, os índios eram deslocados, reunidos em “aldeamentos” e redistribuídos para os lugares definidos por outrem.⁹

Vale ressaltar que, apesar das constantes investidas contra as práticas e cultura indígena, mesmo diante do extermínio em massa do contingente desses povos originais da Amazônia, houve intensa resistência durante um longo período aos colonizadores e seu processo de civilização, inclusive algumas atravessaram o tempo e a história e permanecem até hoje, com suas línguas, crenças, costumes, saberes e visões.

⁷ *Ibidem*, p. 416.

⁸ *Ibidem*, p. 175.

⁹ *Ibid.*, p. 175.

Concomitantemente a este mesmo período, inicia-se um outro processo de expropriação da vida humana em solo do país da América do Sul, o da escravidão de negros africanos. Trazidos principalmente da África para o território amazônico, a escravidão de homens e mulheres africanos(as) se deu com a intenção de suprir a mão de obra que faltava para realização dos trabalhos. “Houve também alianças e conflitos destes com os povos africanos, arrancados de seus territórios pelas estruturas mercantis da escravidão” (Castro; Campos, 2015, p. 18).

Trazidos em condições desumanas nos porões dos grandes navios negreiros, muitos não suportavam as longas viagens e perdiam a vida ainda durante o percurso, e de forma cruel, tiveram seus corpos jogados em alto mar. Foram pessoas retiradas de suas origens, de suas famílias, de sua cultura para servir, junto aos índios considerados “rebeldes”, no trabalho braçal nas lavouras dos povoados que, mais tarde, se tornariam, em alguns casos, municípios amazônicos.

Subjacentes a esses espaços controladores, foram também submetidos ao processo de catequização, pois eram considerados povos “pagãos”. Eram vistos pelos colonizadores em sua totalidade como “inferior, ignorante e vazio, povo sem alma e sem cultura”, colocando a partir de uma visão limitadora “a categoria de identidade vista como a da civilização, e o processo mercantil como civilizador”¹⁰. Assim, o processo de ocupação das terras amazônicas foi acontecendo. À vista dos colonizadores, de forma estratégica e intencional, estabeleceram-se e foram dando origem aos vilarejos, a formação miscigenal dos povos que, articulados ou não, procuravam meios de fugir das formas de opressão que lhe impunha a escravidão. Explica os autores:

Belém, como centro administrativo, organizava a entrada das missões para essa imensa região e exercia o controle da alocação de escravos, índios e africanos, ainda que a correspondência se refira muito a penúria da Colônia, para fazer face as demandas de segurança e para coibir as fugas e insurreições reclamadas por senhores de escravos e pelas classes mais abastadas. Porém, em todo o estuário amazônico, no Marajó e demais ilhas, mesmo naquelas que estão mais ao ocidente, conhecidas como de fora, [...] as redes de contato permitiam a troca de informações sobre as possibilidades de fuga, de lutas insurrecionais ou de outras formas de resistência a escravidão de caráter mais difuso. O quilombo era inegavelmente o lugar de recriação da vida em liberdade. Movimento de idas e vindas em canoas ligeiras através de rios, lagos e igarapés, varando as florestas de terra firme e de várzea, os igapós e os campos, índios, negros, cafuzos, mamelucos e soldados se evadiam de seus lugares de trabalho.¹¹

¹⁰ *Ibidem*, p. 18.

¹¹ *Ibid.*, p. 18.

Os caminhos confusos por rios e matas na densa floresta amazônica, foram com certeza canalizadores da vida em “liberdade” de milhares de pessoas, tornando-se acolhedora do processo de resistência a escravidão e as outras formas de dominação. Nesse contexto, foi-se desenhando uma Amazônia da economia agroextrativista.

Durante um longo período a Amazônia ficou caracterizada como uma região agroexportadora de pequenas iguarias. No entanto, um novo ciclo se iniciou a partir do contexto pós-segunda revolução industrial, quando a expansão da industrialização pelas nações do mundo, passam a requerer uma nova matéria prima para suprir as necessidades do mercado externo da época. O fortalecimento da era automobilística anunciava um novo ciclo econômico na Amazônia, a conhecida era da borracha.

O momento de consolidação da economia gomífera ocorreu no âmbito da II Revolução Industrial, com a transformação do látex em matéria-prima industrial. O capitalismo, fruto de um forte processo de concentração e centralização do capital, induziria de forma espetacular o desenvolvimento científico e tecnológico, o que resultaria em uso crescente de novos recursos naturais. As novas fontes de energia, a expansão e sofisticação da indústria química e a indústria automobilística acabariam por definir um novo padrão de desenvolvimento, baseado no uso intensivo dos recursos naturais.¹²

A floresta amazônica era um potencial fonte de matéria prima da borracha, e mesmo anterior a revolução, já era exportadora do látex, porém, em menor escala. Dessa forma, na Amazônia, a borracha apresentou-se de forma relevante para a economia em dois períodos. Primeiro, durante o período que as nações vivenciavam as descobertas da segunda revolução industrial, depois no contexto da segunda guerra mundial, quando os Estados Unidos firmaram com o Brasil o tratado de Washington, onde ficou estabelecido que o Brasil reativaria os seringais e forneceria a matéria-prima apenas para atender as necessidades de fabricação armamentistas dos países aliados.

Nesse contexto, a “Amazônia passaria por uma nova onda de inserção na história do capitalismo mundial”¹³. Esse período representou uma etapa de povoamento significativo para a região, pois, com a procura incessante pela matéria prima da borracha, houve um intenso fluxo migratório para os caminhos das matas amazônicas, principalmente de nordestinos que sofriam, além das precárias condições de vida, a seca do sertão. No entanto, houve também a migração espontânea de pessoas vindas de diferentes lugares do mundo, no intuito de ocupar e territorializar patrimônios no universo verde, ainda pouco ocupado. Alguns, com projetos macroeconômicos, que por vezes foram direto ao fracasso.

¹² *Ibid.*, p. 36.

¹³ *Ibidem*, p. 40.

Os novos interesses de mercado e o avanço da tecnologia foram, em suma, os principais responsáveis pelos caminhos abertos no interior da Amazônia. A poética integração do espaço se dá em meio as relações ideo-políticas do capital sobre o domínio territorial. Assim, a Amazônia desde o termo inicial se subscreve em meio a cobiça mundial expressa de forma ostensiva nas diversas estratégias internacionais de “preservar” a apoteótica selva amazônica.

Em decorrência da crise que atravessava o cenário mundial e atingia diretamente os países sem altos níveis de industrialização, por conta da queda nas exportações, a década de 30 representa para o Brasil o marco do rompimento da sua condição primeira e dos dogmas do sistema regulador do mercado internacional. Neste período, o cenário brasileiro passa da categoria de economia agrária-exportadora para a urbano-industrial, trazendo consigo novas configurações e exigindo readaptações nos modos de vida, em todas as escalas que a compõem (cultural, econômico, social, político).

O ufanismo excêntrico das políticas desenvolvimentistas durante a era varguista pós década de 30, simbolizou a intenção da valorização de uma política interna potencializada ou de uma soberania na política econômica, mediante intervenção do Estado. Foi nesse contexto que o capitalismo se reinventou em solo brasileiro, onde o Estado se instaura como agente intervencionista no âmbito econômico e social, ao mesmo tempo em que se consolida como estado democrático nos moldes Weberianos, isto é, sobre a concessão de direitos.

A ideia de política desenvolvimentista seguiu nos anos posteriores e foi se redesenhando no decorrer da história. O ambicioso projeto nacional do “progresso” e do “desenvolvimento”, seguia norteando a criação das políticas implantadas na região.

Com mecanismo de incentivos fiscais, o Estado procurou atrair capital, e empreendedores para diversos setores da economia. Contingentes de brasileiros atravessaram as fronteiras de seus Estados em direção a Amazônia. Embalados pelo sonho de melhores terras para plantar, deslocaram-se milhares de camponeses, ou de trabalhadores, para frente de colonização e obras de infraestrutura e de setores produtivos como a madeira, o garimpo, a grande mineração ou ainda a pecuária. Também empresas de médio e grande portes fizeram dessas novas fronteira um espaço de oportunidades, de investimentos, beneficiando-se em larga escala com o financiamento público, seguindo inclusive as prioridades setoriais e locais definidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PNDAs) (Mendes, 2004, p. 48).

Esses processos econômicos pelos quais passou a Amazônia e a ação dos atores sociais na dinâmica da região foram responsáveis por reconfigurar a geografia da região. Das políticas integracionistas formuladas durante esse período, materializaram-se dois grandes projetos: a construção da capital do Brasil, Brasília e a rodovia Belém-Brasília, tornando-se uma grande porta de entrada para o território amazônico (Mendes, 2004, p. 48). Posteriormente, os

projetos de construção dos eixos rodoviários, como o que foi a Transamazônica e a Perimetral Norte, também os programas de colonização, como o Polamazônia e os grandes projetos industriais e hidroelétricos, Projeto Alumar, Alunorte, Projeto Ferro Carajás, Projeto Albrás, Usinas do Tucuruí e Balbina e Mineração Rio do Norte. Todos sendo atrativos poderosos para o fluxo migratório de pessoas para a região.

Com a intensificação do povoamento da região, “observa-se, como resultado dessa dinâmica, o aumento da pressão e da competição sobre os recursos naturais, antes explorados em outra escala e intensidade”¹⁴. Em meio a esse cenário de disputas, a violência ganhava espaço, principalmente por meio da grilagem de terras. Daí as discussões que cabiam ao Estado passaram a centrar-se na delimitação das fronteiras, no intuito de combater as novas expressões emergentes naquele contexto.

Nesse cenário, “os conflitos e as tensões não somente fizeram parte intrínseca desse quadro, como definiram de certa forma a imagem da Amazônia que foi veiculada no mundo: um lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas”¹⁵. O que de fato ocorreu de forma intensa, haja vista que a disputa pela terra e pelos recursos expressavam-se nas alterações geofísicas, com o avanço das atividades pecuárias, madeireiras e garimpeiras, inclusive notada até os dias atuais.

A Amazônia ganha novamente destaque aos holofotes do mundo principalmente a partir da década de 70, quando as fronteiras são quebradas com a intensificação do discurso de política integracionista e desenvolvimentista, abrindo as portas não somente para os renovados interesses da comunidade científica, mas também pela ampliação desordenada dos desastres ambientais e acontecimentos associados a avassaladora mudança causada pela agressão direta à natureza.

¹⁴ MENDES, 2004, p. 49.

Os anos posteriores evidenciara o fracasso da política desenvolvimentista da época. A segunda metade da década de 80 transfigurou mudanças no cenário brasileiro, haja vista que, as mobilizações sociais, ganham força e dão visibilidade às causas e efeitos decorrentes da ineficácia das políticas governamentais de cunho desenvolvimentistas, inclusive com denúncias de matança dos povos indígenas que habitavam a região. Para as diversas pautas de reivindicações “os movimentos sociais organizaram-se sob identidades e posições diferentes, de categorias sociais urbanas a camponeses e grupos étnicos, integrados com outros movimentos organizados em torno das especificidades dos impactos sociais e ambientais”¹⁶.

Assim, a cosmovisão da comunidade internacional passa a perceber o espaço amazônico não apenas como um ambiente de “riquezas passível de incorporação ao mercado de produtos”, mas também pelas ameaças de extinção da floresta tropical e de sua rica biodiversidade, parte ainda “sequer conhecida pelos sistemas formais de conhecimento”¹⁷, bem como um lugar onde o egoísmo e a cobiça por riquezas ignoram a própria vida humana, expresso no genocídio em massa das populações indígenas Yanomami.

Desse período de intensas transformações, o autor pontua que as mudanças estruturais ocorridas na Amazônia configuraram de um lado impactos negativos e de outro, contribuições positivas para o desenvolvimento da região, dessas:

Talvez a mais importante mudança tenha sido a que ocorreu na estrutura da sociedade, constituída pela organização da sociedade civil e as conquistas da cidadania. Ela é uma decorrência da ação conjugada dos violentos conflitos sociais e ambientais, da conectividade, da mobilidade da população – um processo doloroso de conscientização e de aprendizado social e político – e da urbanização, que veicularam a informação e trouxeram uma diversificação social com a afirmação de grupos sociais “tradicionais” e a formação de diferentes segmentos da configuração capitalista, pequenos produtores, pequenos comerciantes que não existiam em expressão na região até então. A mudança e a diversificação da estrutura social, a conscientização e o aprendizado político, permitiram a população organizar as suas demandas em projetos alternativos e reivindicar o seu direito a região de uma forma muito mais organizadas graças, inclusive, as parcerias e alianças que não poderiam ser feitas sem as redes de telecomunicações centradas nos núcleos urbanos. A urbanização favoreceu o despertar da região na sua organização social e política e hoje, por sua vez, o político está estimulando a urbanização.¹⁸

¹⁵ *Ibidem*, p. 49.

¹⁶ *Ibidem*, p. 53.

¹⁷ *Ibid.*, p. 55.

¹⁸ *Ibidem.*, p.124.

E foi em meio a esses contínuos processos que a era ditatorial no Brasil terminou, com uma imagem preocupante aos olhos do mundo, acompanhado de descontentamento da sociedade civil, que engajada nas mobilizações sociais organizadas, lutavam continuamente pelo retorno da democracia. Esse período de intensas manifestações ficou conhecido como o processo de redemocratização no Brasil, processo este que culminou com a conquista da Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, devido a intensa participação popular na sua formulação e principalmente por alargar a democracia no sentido de assegurar direitos civis e políticos e responsabilizar o Estado como o provedor das condições necessárias para os cumprir. Iniciava-se aí a nova era democrática no país.

É verdade que, em mais de 30 anos, a sociedade brasileira passou por significativos processos de mudança de ordem política, econômica, social e cultural, trazendo consigo desafios crescentes no que tange a contemplação desses fenômenos. No entanto, assim como a sociedade, a Constituição também se redefine continuamente, no sentido de ampliação e garantias dos seus aparatos legais.

2.2 Os “marajós” no contexto amazônico

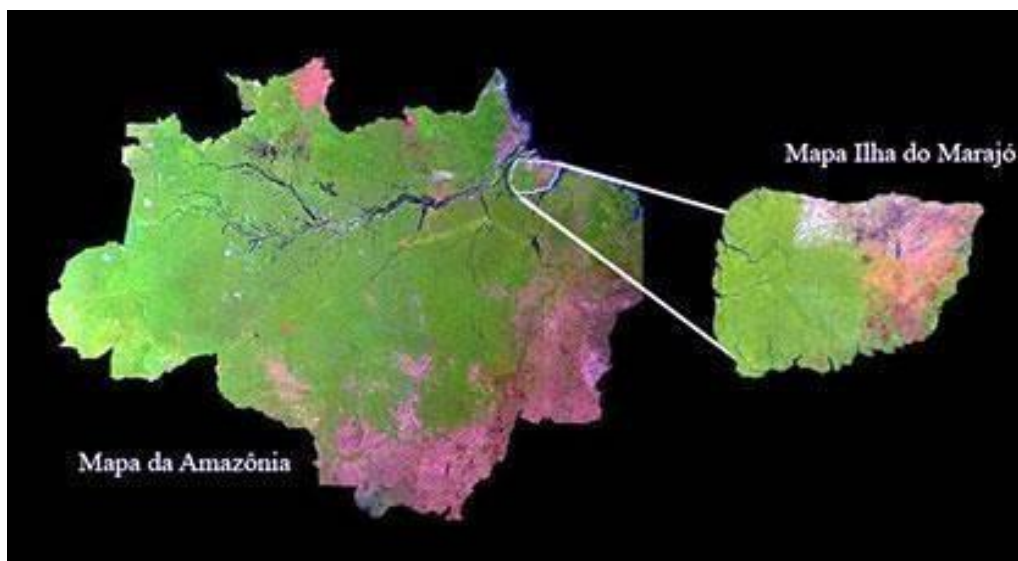
O Arquipélago Marajoara, se localiza ao extremo norte do estado do Pará e ocupa área abrangente de aproximadamente 104.606,90 Km², o equivalente a 8% do território do estado. Segundo Indicadores Populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017), a região alcança a estimativa populacional de 565.000 habitantes que estão espalhados em sua extensão territorial, representando cerca de 6,5% da população paraense. Desse total demográfico, uma parte significativa é ocupante dos espaços rurais, alguns em ambientes ainda de difícil acesso (campos e igarapés longínquos).

Os municípios que o compõem, estão distribuídos em duas regiões geográficas: Região Geográfica Imediata de Breves e Região Geográfica Imediata de Soure-Salvaterra e juntas formam a Região intermediária de Breves.¹⁹ É mundialmente conhecida por ser o maior conjunto de ilhas marítimo-fluvial do planeta, sendo banhado por águas oceânicas, a saber, do Atlântico ao norte, ao mesmo tempo que também divide fronteiras com as águas do Rio Amazonas e seus afluentes.

¹⁹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), anunciou, em 2017, mudanças no entendimento das regiões brasileiras. Neste documento, dentre as alterações, foram alterados conceitos de Mesorregião e Microrregião, sendo estas substituídas por Regiões Imediatas e Regiões Intermediárias.

Do nome, a etimologia conceitual de “Marajó”, está vinculada a cultura Tupi, da palavra MBARA-IO, cujo significado é “tirado do mar” ou “anteparo do mar”, relacionando-o intrinsecamente a sua localização geográfica privilegiada.

Figura 1 - Mapa de localização da ilha do Marajó



Fonte: Google Maps.

O arquipélago Marajoara é também uma Área de Proteção Ambiental do estado do Pará que se faz por conta de suas riquezas hídricas e biológicas que, manipuladas pelos cursos da natureza e por fatores externos a estas, são facilitadores da vida e da reprodução de milhares de espécies animais e vegetais. É visto aos olhos do mundo como um verdadeiro santuário de ecossistemas.

No que espria ao entendimento de “Marajós”, o termo escolhido no plural foi tomado por compreendermos que este recorte brasileiro se delinea em realidades diversas e antagônicas. O espaço geográfico da Amazônia Marajoara constitui-se por cenários geopolíticos diferenciados e contemplam valores e saberes múltiplos. De um lado, na parte oriental, se faz conhecido o “Marajó dos Campos”, com seu potencial turismo conhecido nacionalmente pela cerâmica e por suas paisagens naturais e encantadoras de praias e campos. De outro, na parte ocidental do arquipélago, apresenta-se um pedaço amazônico caracterizado como “Marajó das Florestas”, que se faz num tapete de rios, igapós, várzeas e uma rica floresta tropical que traça a história de milhares de caboclos amazônidas.

Nesse sentido, tomamos as considerações do estudioso Agenor Sarraf²⁰ que explica:

Optei por utilizar a expressão Marajós em vez de Marajó, com o intuito de dar ênfase à ideia de que essa região é plural em suas práticas sociais, expressando riquezas e pobreza diversas e diferenciadas. Além disso, o termo Marajó aparece de forma homogênea para as pessoas que não conhecem os municípios que estão para dentro da região, distante de Belém. Em outra dimensão, falar em Marajó no singular é pensar apenas nas belezas exuberantes, potencializadas nas propostas de turismo que vêm sendo construídas atualmente para a região, deixando de visualizar complexas redes de relações de exploração, esquecimento e incipientes políticas públicas para seus 16 municípios. Essa região tem várias faces. (SARRAF-PACHECO, 2006. p. 23).

Assim, nesse multiverso de vivências, a Amazônia marajoara se faz em sua totalidade com as crenças, as culturas e os saberes daqueles que vem habitando-a no decorrer da história. No entanto, apesar de ser denominada como tal em uma única nomenclatura pelos parâmetros constitucionais de espaço e território, é um recorte do Brasil multifacetado de particularidades dentro da sua própria dimensão territorial. Portanto, nessas especificidades, Sarraf (2015) denomina o arquipélago Marajoara a seu lado oriental como “Marajó dos Campos” e a seu lado ocidental como “Marajó das Florestas”, denotando que:

O uso dos termos *Marajó dos Campos* e *Marajó das Florestas* ultrapassa a ideia de paisagem predominante nestes dois lados da região. Sua divisão é realizada em perspectiva geopolítica para marcar diferenças, semelhanças, relações históricas e culturais na constituição da região, pois em termos físicos, esses ambientes estão presentes em toda a Amazônia Marajoara. Ao longo dos últimos séculos, a região vem sendo interpretada como terra de grandes contrastes: de um lado suas riquezas humanas, arqueológicas e naturais, mas, pelos jogos do político e de interesses particulares de grandes latifundiários e empresários, foi soterrada em pobreza, reverberando diretamente na vida das populações, carentes de oportunidades de trabalho, formação escolar e profissional, além de condições para exercitar seu direito a uma existência digna e cidadã.²¹

²⁰ Agenor Sarraf Pacheco é marajoara, nascido no rio Jaí, área rural do município de Breves, é Doutor em História Social (PUC- SP 2009) , e pesquisador notório nos temas : Cidade- Floresta, Amazônia Marajoara, Religião/Religiosidade, Afroíndigenismo, Memória, História Oral, Cartografia, Patrimônio, Etnobiografia, Etnofotografia, com rico acervo de produção científica nas áreas supracitadas, é um dos grandes contribuintes sobre a construção do conhecimento científico na/da região Amazônica brasileira.

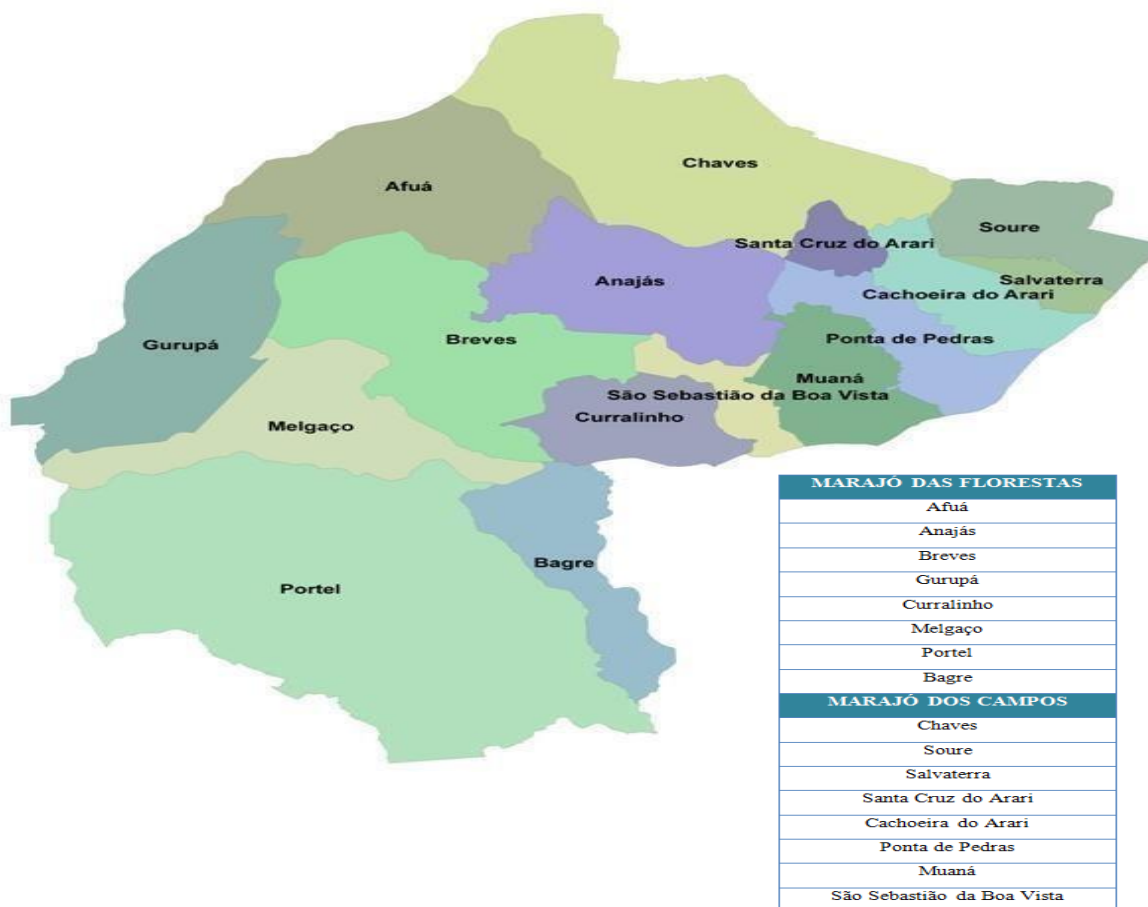
²¹ SARRAF-PACHECO, 2006. p. 65.

Dessa forma, de um lado, compõem a área compreendida como Marajó dos Campos os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure, Ponta de Pedra e Muaná, com fluência econômica da cerâmica, do turismo, da criação bubalina e da cultura regional. De outro, o Marajó das Florestas, que é composto pelos municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista (mapa 2), e apresentam como principal fonte econômica o extrativismo, a pesca, a extração madeireira.

A utilização dos termos supracitados não finaliza a ideia de relevo predominante que o fazem em ambos os lados (campo/florestas), mas é tomado a partir de uma ótica “geopolítica para marcar diferenças históricas e culturais na constituição da região de campos e florestas, pois em termos físicos esses ambientes estão presentes em toda a Amazônia Marajoara”.²²

A seguir (Figura 2), o mapa geopolítico da região marajoara com a disposição dos municípios que a compõem.

Figura 2 - Mapa geopolítico da região marajoara



Fonte: Movimento Marajó Forte.

²² *Ibidem*, p. 224.

Portanto, a Amazônia marajoara deve ser compreendida e problematizada em sua totalidade, haja vista que há a necessidade de desconstruir o estereótipo unilateral criado sobre a imagem de um Marajó resumido apenas ao conceito de ilha. Quanto a essa discussão, Pacheco explica que:

[...] temos problematizado os restritos, excludentes e homogêneos sentidos que o termo “Ilha de Marajó” carrega para falar do maior arquipélago flúvio-marinho do mundo, região que desde o chamado período pré-colombiano tornou-se importante frente de encontro com outros lugares de e além-fronteiras. Nesse sentido, temos interrogado imagens e discursos historicamente confeccionados sobre a ideia de ilha, interpretada quase sempre como uma parte de terra recortada e cercada por águas, isolada, cuja paisagem física, exótica e única invisibiliza suas diversas populações conformadas em diferentes matrizes étnico-raciais e seus contatos interculturais. Se geograficamente não é mais possível falar em ilha, pois cada um dos 16 municípios da região é conformado em muitas ilhas, historicamente o uso do termo reafirmou isolamentos e formas de dominação de suas paisagens e populações. Para continuar com a proposta de ler trajetórias de municípios marajoaras, valorizando diferenças, especificidades, sem esquecer semelhanças, operamos ao longo da escritura do ensaio com o termo Amazônia Marajoara, Marajós ou Marajó das Florestas e Marajó dos Campos (Pacheco, 2012, p. 219).²³

A densidade geográfica e cultural dos Marajós apresentam complexidades magnânimas que chegam a ser desconhecidas por parte significativa de sua própria população, na maioria das vezes por questões inerentes a sua própria vontade, se considerar que, para uma viagem por dentro dos Marajós, é necessário a logística mercantil para deslocamento, principalmente das navegações (balsas, lanchas, barcos, entre outros) que percorrem seus caminhos em cursos d’água, condição essa que uma parte significativa da população não detém. Nesse sentido, o autor sinaliza:

A pluralidade de realidades físicas, humanas, sociais e energias espirituais que perfazemos dezesseis municípios do arquipélago, especialmente quem habita na parte florestal e precisa chegar aos campos, faz da Amazônia Marajoara, um país “estrangeiro” para seus próprios habitantes. Certamente, muitos marajoaras não conhecem os Marajós.²⁴

As vivências plurais dos povos que habitam os Marajós, evidenciam o quanto a região foi explorada e ocupada adentro por grupos Étnicos-raciais diferentes, “é uma região culturalmente gestada na confluência de matrizes indígenas, europeias e africanas”²⁵, que

²³ Para saber mais ver: PACHECO, Agenor Sarraf. “En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara.” (Tese) Doutorado em História Social, PUC-SP, 2009; uma apresentação do conceito “Amazônia Marajoara” encontra-se ainda em SILVA, Joel Pantoja da, NEVES, Ivânia dos Santos e PACHECO, Agenor Sarraf. A Floresta em Mediações: mídias, discursos e recepções pelos Marajós. Memento, vol. 02, n. 02, agosto/dezembro de 2011, pp. 27-42; SILVA, Joel Pantoja da, PACHECO, Agenor Sarraf e NEVES, Ivânia dos Santos. Pelo caminho do jabuti e do veado: memórias em pelejas na Amazônia Marajoara. E-scrita, Nilópolis, v. 2, Número 6, Setembro e Dezembro de 2011, p. 249-260.

²⁴ *Ibidem*, p. 71.

²⁵ *Ibidem*, p. 89.

tomaram o espaço de forma a garantir as condições necessárias à vida, em diferentes contextos. Sobre essa perspectiva, o autor reafirma:

As mesclas interétnicas no cenário da Amazônia Marajoara, entre índios e negros, e a composição identitária oriunda desses encontros, bem como suas trocas e empréstimos culturais em torno de cosmologias, expressões de seus modos de vida praticados e compartilhados em ambientes de campos e florestas, agenciaram significados de lutas culturais estabelecidas astuciosamente contra a dominação de suas artes, corpos e pensares por grupos no poder no contexto colonial. Em tempos contemporâneos, essas cosmologias vêm sendo continuamente reafirmadas por meio da recriação de saberes, danças, cantos, religiosidades e outras sociabilidades como expressões de patrimônio material e imaterial afroindígena neste portal da Amazônia.²⁶

Assim, podemos dizer que o cenário contemporâneo étnico-racial, geopolítico e econômico, foi desencadeado pela dinâmica resultante do processo capitalista no decorrer da história, pois o espaço amazônico só provou de culturas diferentes, a partir da invasão desta, durante o processo de colonização.

Foi neste cenário que ocorreu a intersecção entre Índios, portugueses e Africanos, ocasionando o processo de miscigenação. No entanto, Pacheco (2012), faz apontamentos sobre as cosmologias afroindígenas²⁷, que foram as que predominaram no espaço amazônico, onde as populações reinventaram saberes e costumes “*daqui*” dos índios nativos, ou de “*acolá*”, trazidos pelos negros africanos.

Em seu estudo da arte, o historiador ultrapassa a pesquisa da história indígena e das diásporas africanas, comumente versadas pela religiosidade ou pelo mundo do trabalho e mergulha, junto com outros autores, “nas relações de poder e nas formas de resistência agenciadas por essas populações que deram existência e movência às fronteiras coloniais”.²⁸

A construção histórica da Amazônia marajoara se faz, assim como nas demais regiões brasileiras entrelaçada aos interesses capitalista, sob o viés da dominação, onde os donos dos meios de produção concentram a riqueza, enquanto que, aqueles que a produzem, estão cada vez mais subordinadas às condições de pauperismo. Apesar das incontáveis formas de resistência, a imposição dos moldes do sistema capitalista em suas mais variadas faces (econômica, social, cultura e política), vivemos desde a chegada dos europeus, um processo acultural brutal e forçado, pois nos impõem modos de vida a cada nova reinvenção do capital.

²⁶ *Ibid.*, p.198.

²⁷ Ver: PACHECO, Agenor Sarraf. Cosmologias Afroindígenas na Amazônia marajoara. 2012.

²⁸ *Ibid.*, p. 198.

A Amazônia marajoara sempre foi um potencial econômico. No entanto, o capital se apropria dos recursos financeiros, naturais e humanos, num modelo de exploração que nunca beneficia o espaço em questão, pois a tomada desses recursos é sempre operacionalizada para fins de exportação. Ao contrário, o que resta de todo esse processo são as expressões de pobreza, de miséria, de pauperismo resultantes desse.

Mesmo diante desse cenário brusco de contradições, de uma região rica em recursos naturais, mas que abriga desigualdades e pobreza concentradas e alarmantes, uma parcela significativa ainda enxerga esse modelo econômico com “saudosismo”, haja vista que o sistema por meio das inúmeras formas de manipulação, transfigura a errônea imagem do mérito como canalizador da ascensão social, num discurso alienador do “*fazer pra merecer*”²⁹ e, dessa maneira, mistifica as inúmeras condições limitadoras que impõem para que esse processo de ascensão social aconteça.

Em regiões como Marajó, que apresentam uma população com *capital cultural*³⁰, ainda reduzido, expresso nos baixos níveis de educação da região, torna-se solo fértil para disseminação do discurso meritocrático, principalmente porque, nesses espaços, os ocupantes ainda apresentam maneiras de ser e de viver peculiares e reguladoras, podendo ser citadas as crenças, os costumes e hábitos comuns entre a população. Um clássico exemplo de como as crenças influenciam os modos de vida se expressa na fala “Deus quis que fosse assim” ou “Essa é a vontade de Deus”, discurso este que alcança aceitação de milhares de pessoas à sua condição social e, conseqüentemente, a negação de direitos, ao mesmo tempo que reforça a lógica capitalista sobre a diferença das classes sociais. (Sarraf-Pacheco, 2015, p. 99).

²⁹ O discurso da Meritocracia supõe a ideia de que as pessoas devem ocupar um espaço de destaque social, não com base nas condições sociais de sua origem, mas com base nos seus esforços e conquistas; no qual habilitadas e produtivas elas se apresentam. Esse discurso pode ser considerado contraditório e insuficiente, pois, no momento em que enaltece o mérito, desconsidera as desigualdades vividas pelos sujeitos sociais, que são causadas pela ausência de igualdade e de oportunidade pelo próprio sistema. Esse discurso é uma estratégia antiga e ainda muito eficaz do sistema econômico para camuflar as desvantagens biológicas (que podem ir das condições genéticas até as limitações fisiológicas), econômicas e sociais dos sujeitos em relação às condições de vida.

³⁰ Capital Cultural é um conceito criado pelo Sociólogo Pierre Bourdieu, em 1973, cujo significado está relacionado ao acúmulo de conhecimento, comportamentos e habilidades que uma pessoa possui. Bourdieu acreditava que, quanto mais “alto” o nível cultural de uma pessoa, mais poderosa ela se torna, porque alcança a emancipação em termos de saber. Em 1979, esse conceito foi denominado como ferramenta analítica das relações sociais.

Essas variáveis desenham a Amazônia marajoara numa terra de contrastes, numa região rica e abundante, soterrada na miséria social. É o espaço onde os jogos políticos prevalecem, onde a realidade é manipulada pelos interesses elitistas que, concentrando a riqueza, definem os caminhos da política na região, privilegiando uma parcela mínima em detrimento de uma maioria carente de trabalho, de formação escolar e profissional que, como consequência de toda expropriação, resulta na dificuldade de reivindicar seus direitos a uma vida digna e cidadã.

As relações de poder entre a política e a burguesia acaba condicionando as relações de trabalho às velhas formas de manipulação e dominação social, fazendo da política um verdadeiro “*curral eleitoral*”³¹ onde a população se rende às práticas comuns de dominação, vendo-as como favor. E nesse contexto, se instala o sentido do “apadrinhamento” e do “voto de cabresto” ainda em meandros do séc. XXI. Assim, o espaço vai se desenhando num embalo de reafirmação das disparidades existentes entre as classes sociais.

Nos últimos anos, essa forma de dominação tem sido duramente criticada pelas organizações sociais e pelas pesquisas científicas, que são importantes ferramentas para a luta pela garantia e ampliação dos direitos. São canalizadores que constantemente mediatizam as cessões feitas por parte desse modelo estrutural elitista sob as pressões que fazem. No entanto, ainda há muito que se fazer para alcançar uma região com condições de políticas públicas capazes de garantir os mínimos sociais a uma população que, em parte, ainda romantiza a pobreza e a dominação. Sobre essas relações, Américo (2022) sinaliza:

É importante enfatizar que em nenhum lugar do globo as hibridações ou interações sociais estão isentas de acontecer, mas vale ressaltar que estas que ocorrem no arquipélago marajoara mascaram as condições de exploração, dominação e opressão. Dito de outra forma, as narrativas de pujança econômica, de belas paisagens intocáveis ou mesmo da diversidade cultural escondem as inúmeras desigualdades presentes na região. Isso acontece porque a forma como o modo de produção capitalista se espraia pelo 71 arquipélago, apesar de secular, ainda é incompleto e, conforme Lima e Pantoja (2008), para sobreviver é necessário que tradição e modernidade caminhem juntas. [...]isso é perceptível nas várias noções de tempo, nos costumes, no uso de tecnologia, na estética. As paisagens marajoaras denunciam tal relação, seja no urbano ou no rural.³²

³¹ Curral Eleitoral é o termo utilizado para designar um espaço ou região ao qual determinado político possui grande influência. Essa terminologia surgiu, no Brasil, durante a República Velha, quando havia o processo de voto aberto.

³² *Ibidem*, p. 66.

Nessas condições, a “modernidade” se expressa em termos de “urbanização” nos municípios com maior contingente populacional, percebidos pela forma de organização do comércio, das formas de lazer, dos costumes e das relações com as novas tecnologias. Nesse interim, o capitalismo tem tomado os avanços tecnológicos como novas formas e estratégias para adentrar os espaços mais longínquos da região marajoara. Usando das suas ferramentas de alienação, tem chegado por meio dos *smarthphones*, dos *tablets*, da internet, da televisão, entre outros, aos municípios que o fazem. Ultrapassando as fronteiras do espaço urbano, tem alcançado inúmeras comunidades rurais, alterando a vida e as vivências dos atores sociais desses espaços.

Apesar das aguerridas investidas do capital em apropriar-se da vida e dos costumes dos povos da região, é importante perceber que em meio ao caminhar de um cenário “moderno”, as evidências dos costumes e práticas ligadas a cultura³³ dos primeiros ocupantes da região, a saber os Nheengaíbas e Aruãs, seguido das “mediações com negros escravizados e depois com nordestinos, judeus, marroquinos, sírios, libaneses, [...] entrelaçaram identidades em referências sempre ligadas à terra, ao rio, à floresta, ao campo, ao mar”.³⁴ E essa ainda é uma forma de resistir aos meios de dominação capitalista. Explica a autora:

O certo é que apesar dessas metamorfoses a identidade cultural da região não se derrui completamente. Isso porque toda as expressões socioculturais estão relacionadas intimamente com as características amazônicas e com a identidade dos povos que construíram a região. Portanto, não é de se estagnar uma diversidade cultural pautado no artesanato, na dança, no folclore, na gastronomia, no teatro, na pintura, nos costumes, nas crenças, na música, entre outros, representando a cotidianidade amazônica, mas que se mescla com o novo.³⁵

O fato é que esses fatores reforçam a ideia de que a Amazônia marajoara não é um espaço totalmente dominado. Na verdade, desde as primeiras formas de escravidão, o capitalismo esteve condicionado às protoformas da vida humana em solo amazônico, sendo nas suas diversas formas de dominação, um processo ajustado ao modelo de vida dos povos originários, e os dias atuais ainda se escrevem mediante essa particularidade da região, pois as formas de vivência na Amazônia marajoara “se revelaram flexível mostrando um processo promiscuo a forma como o novo se utiliza do arcaico para sobreviver”.³⁶

³³ Fala-se das comidas típicas, das manifestações corporais por meio da arte, da pintura, da dança, das manifestações religiosas, a exemplo as festividades dos santos, por meio da fala, ainda marcada por forte influência das palavras de origem indígena, e por meio dos costumes cotidianos herdados dos povos originários.

³⁴ *Ibidem*, p. 71.

³⁵ *Ibid.*, p. 71.

³⁶ *Ibid.*, p. 71.

Dito isso, pode-se afirmar que a atualidade política, econômica, social e cultural da Amazônia marajoara reflete o processo de constantes investimentos externos pela ambição capitalista que se espraia no desejo de possuí-la e dominá-la com um único fim: explorá-la. Esses embates acontecem periodicamente e estão sujeitos a modificações atemporais, pois a dinâmica do sistema capitalista está também condicionada as transformações de contexto, principalmente no que tange aos interesses financeiros do cenário global.

Na realidade, o cerne do sistema capitalista sempre foi o mesmo: sustentar-se a partir da expropriação da força de trabalho proletário por meio da alienação em massa, com geração de mais valia relativa em mais valia absoluta - o lucro. O que acontece, na verdade, são adaptações desse modelo de produção no cenário mundial, de acordo com a realidade que se apresenta em dado momento.

Finalmente, falar dos Marajós é desafiador, porque, neste chão de variáveis, são tecidas amarras históricas num cenário de riquezas (minerais, híbridas, culturais), envoltas por exploração, expropriação de direitos, pauperismo, miséria e desigualdades. Esses detalhes podem ser percebidos nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região³⁷ que, ao analisar os critérios de educação, longevidade e renda, constatou que na Amazônia marajoara estão localizados três dos municípios com pior qualidade de vida. Destes, está o município de Melgaço, que é o recorte de pesquisa neste estudo.

2.3 Melgaço: a “cidade-floresta”

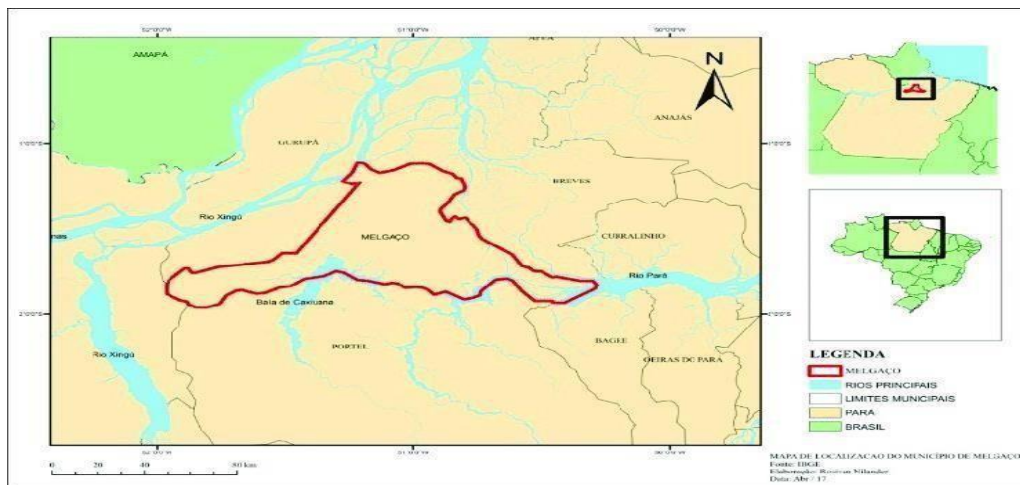
Melgaço, também conhecida como turquesa do Marajó é um município interiorano localizado na região Centro Oeste do Estado do Pará, na parte oriental do Arquipélago Marajoara. A “cidade floresta”³⁸, como também é conhecida, se espraia por área territorial de 6.774, 065 km², ocupada por população total estimada em 28. 121 habitantes, segundo Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020)³⁹. Na cadeia de indicadores, ocupa a 144ª colocação a nível estadual na medição do IDH, e em escala nacional, apresenta a marca de ser o pior índice do país, com média de 0,418 ocupando a última colocação no ranking dos municípios com pior qualidade de vida.

³⁷ Veja a lista elaborada pelo Departamento de Elaboração de Rankings e Estatísticas do Blog Civil (DEREBC) com os respectivos IDH's do Marajó por nível de colocação: 1º- Soure: 0,726; 2º- Salvaterra: 0,715; 3º- Cachoeira do Arari: 0,680; 4º- São Sebastião da Boa Vista: 0,666; 5º- Muaná: 0,653; 6º- Ponta de Pedras: 0,652; 7º- Gurupá: 0,631; 8º- Breves: 0,630; 9º- Santa Cruz do Arari: 0,630; 10º- Afuá: 0,612; 11º- Portel: 0,608; 12º- Curralinho: 0,596; 13º- Anajás: 0,595; 14º- Chaves: 0,581; 15º- Bagre: 0,571; 16º- Melgaço: 0,525.

³⁸ Agenor Sarraf explica que a expressão “Cidade-Floresta significa pensar noções de urbanidade não apenas da Melgaço, mas de outros municípios marajoaras e amazônicos de terras firmes e de várzeas, formados por ribeirinhos, caboclos, descendentes do enfrentamento cultural de índios, habitantes primitivos da região com africanos escravizados e os colonizadores brancos.” (PACHECO, 2004, p. 20).

³⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/melgaço/pesquisa/40/30277>

Figura 3- Localização geográfica do município de Melgaço



Fonte: IBGE

O município de Melgaço conta com 22% da população residindo na área urbana e 78% ocupando a extensão rural do município⁴⁰, sendo o segundo com maior porcentagem em população campesina entre os municípios do Marajó. Estima-se que, da população total, as mulheres representem 46% dos habitantes do município, enquanto os homens somam 54%.

Nas suas fronteiras de rios e matas, Melgaço se apresenta como um município “rurbano”, cujas características são feitas num cotidiano de práticas comumente observadas nas localidades rurais. Nesse sentido, o professor Hélio Pena Baía explica:

O contato de cidadãos urbanos com áreas rurais está além de uma busca econômica, essa dinâmica espacial reescreve rotas, espaços e inter-relacionam rural e urbano por cartografias cognitivas de domínio e construção própria daqueles sujeitos que são construídas no anonimato dos indicadores oficiais, as investidas de moradores da cidade em busca de peixe, caça, madeira, palmito e seus saberes herdados no convívio com seus 22 remanescentes inscrevem suas marcas que estrategicamente vão imprimindo no espaço regional e nacional, construindo “formas” e “conteúdos” condignos com suas atividades, distribuindo pela cidade práticas espaciais que confundem aqueles leitores que olham a cidade pelo que elas apresentam na superficialidade de suas paisagens (BAÍA, 2014, p. 21-22).

⁴⁰ Segundo censo demográfico do ano de 2010, 19.305 mil pessoas residiam a área rural do município, desse total, 10.410 se declaravam homem, 8.895 declaravam-se mulher.

⁴¹ SARRAF-PACHECO, op. cit. p. 20.

A cartografia da cidade Melgaço constitui um mapa urbano fortemente marcado pelas práticas e costumes dos “viveres na mata”, isso denota que, apesar de seu cotidiano fazer-se num ambiente entendido como “cidade”, ainda preserva a vivência rural nos seus traçados diários. Essa particularidade nos permite compreender as colocações de Agenor Sarraf ao interpretar o município “com o novo conceito que a pesquisa desenhava para se falar na cidade: o de “cidade floresta”⁴¹, entendendo que os contornos e os traçados da pequena cidade, acompanhou o “moderno” sem perder sua essência primitiva.

Hélio Baía, explica que no cenário marajoara os conceitos de rural e urbano, campo e cidade, são por vezes utilizados de forma equivocada, pois, ao se tratar da região marajoara, o sentido dos termos aparece com fragilidade, ou seja, “a essência de um é sempre a continuidade do outro”. Segundo o autor, os conceitos de urbano e rural tornam-se geograficamente contraditórios pois não são incapazes de classificar o cotidiano da maioria dos municípios da “Amazônia Ribeirinha”, “onde os modos de vidas e as práticas espaciais interagem numa condição simultânea no espaço e no tempo”. (Baía, 2014, p.23).

Suas características físicas somadas às práticas e costumes “urbanos” caracterizam a “Cidade Floresta Melgaço”. Ver imagem 4.

Figura 4- Vista do alto da cidade de Melgaço/Marajó-PA



Fonte: Portalmarajo.com

⁴² Pacheco extraiu essa informação dos escritos do professor Gabriel Severiano de Moura, contudo em outros documentos esse nome aparece diferente, por exemplo, no Inventário Cultura do município de Melgaço é mencionado a “aldeia Arycuru ou Guarycuru, ou ainda, Uarycuru, uma vez que no Resumo da História do município de Melgaço, a referência vem como “aldeia Uaricucús”, denotando que há diferentes interpretações a respeito do nome primeiro da vila.

Sarraf Pacheco, incomodado pela ausência de registros históricos a respeito do município, onde passou a residir desde 1983, realizou a busca pelo que já havia de registros, tomou o método da pesquisa oral e mergulhou na história contada por personagens que vivenciaram a construção histórica do município a fim de sistematizar e apresentar a comunidade um registro que pudesse narrar o percurso histórico de forma organizada.

Segundo o pesquisador, a história do município de Melgaço foi condicionada às relações econômicas dos contextos já vividos até então. Assim como os demais municípios da Amazônia Marajoara, era território habitado por povos indígenas, que mais tarde foram “depreciativamente” chamados de Aruãs ou Nheengaíbas pelos colonizadores.

As transformações no território ocorrem a partir das expedições feitas pela companhia de Jesus, lideradas pelo padre Antônio Vieira em meados do séc. XVII, quando saem na região marajoara a fim de ampliar os territórios colonizados. A região geográfica onde hoje se localiza o município, teria sido definitivamente “conquistada” em 1653, ano em que foi fundado o núcleo da fé católica denominado de “Vigaria”, criando a Aldeia Aguaricucus⁴². Somente através da Lei Provincial nº 280, de 29 de agosto de 1856, a aldeia teria sido elevada à condição de Vila com o nome de Melgaço.

Registros apresentados pelo pesquisador apontam que o processo de colonização no território foi marcado por aguerrida resistência, fato que incidiu em tomadas de decisões estratégicas por parte dos colonos, a fim de “robustecer” a fé dos *tapuios* (índios), uma delas teria sido o uso de cores fortes para pintar as laterais do altar da igreja, cores estas fortemente presentes na cultura indígena. Assim “os liderados de Vieira aos poucos foram expropriando os Nheengaíbas das ligações com seu mundo físico, mítico, simbólico, batizando-os nas águas da fé católica.”⁴³. Nessas condições, o projeto colonizador se efetivara de forma sutil na região.

Em 06 de junho de 1775, a Carta Régia decretou a expulsão dos religiosos do Brasil. Nesse momento, Melgaço fica sob domínio dos colonos portugueses que logo elevaram a localidade a condição de vila, nomeando-a “São Miguel de Melgaço”. Assim também ficara estabelecido que o Arcanjo Miguel seria considerado o padroeiro daquele lugar.

Sarraf Pacheco (2004) explica que a escolha de São Miguel como padroeiro foi um importante motivo para a escolha da localização do município.

Na memória de moradores antigos, aparece a história de que São Miguel foi um santo achado no local onde erigiram a igreja. Outros dizem que o que foi achado era um corpo santo que foi mandado para Roma e de lá o papa enviou uma réplica que atualmente a população cultua. Ainda sobre o local onde a cidade nasceu, aparece, nesses depoimentos, a história de que os antigos moradores tinham a pretensão de construir Melgaço do outro lado das margens da baía, na localidade chamada Pacoval.

Várias vezes tentaram levar de barco o santo para aquele lugar, porém, assim que o barco chegava no meio do rio o motor pifava e eram obrigados a retornar para a vila. Essas tentativas aconteceram várias vezes, até que um dia conseguiram, mas quando aquele dia passou, os moradores perceberam que o santo havia desaparecido. Ao retornarem a Melgaço, lá o encontraram novamente. Foi então que decidiram ali construir a igreja da matriz e começar o povoamento do lugar, já que aquele fora local escolhido pelo Arcanjo Miguel.⁴⁴

Sobre a escolha do nome do município, muitas versões aparecem nos relatos da população, entre elas:

“Atribui-se que, pelo fato de chamar-se o líder cabano Miguel Cardozo de Siqueira e ser fervoroso devoto de São Miguel Arcanjo, foi definitivamente oficializado o milagroso santo como padroeiro e o nome de Melgaço em homenagem a uma Província de Portugal, aliás, terra natal do colono português[...]. Uma quarta explicação foi narrada por dona Celeste Nogueira que nos diz que houve uma disputa entre os índios e os jesuítas para a escolha do nome do povoado. Os índios queriam Aricuru e os religiosos Relgaço. Depois de variadas teimas e com a chegada dos colonos portugueses, mudaram de Relgaço para Melgaço.⁴⁵

É possível perceber que a tradição oral é perpetuada no cotidiano da população, sendo esta uma forma de resistência que guarda memórias e atravessa os tempos.

Os ciclos econômicos vividos no decorrer da história impactaram diretamente a formação do território. No entanto, o declínio da produção gomífera fez com que a Vila fosse perdendo “valor” político e econômico, haja vista que essa era a principal na cadeia de produção da época. As dificuldades resultantes do fim da *Belle Époque* na Amazônia, traduziam penúrias em Melgaço.

O cotidiano dos moradores fora afetado de forma geral levando a maioria dos habitantes a migrar. Uma parte significativa dessa população tentou refugiar-se nos afluentes dos rios em área rural, buscando novas formas de sobrevivência. Quanto a parcela que resolvera ficar (Família Nogueira e Família Mamede), tiveram que lidar com a escassez, a espoliação e o abandono por parte daqueles a quem pertencia o território, no momento (Breves e Portel).

⁴³ *Ibidem*, p.53.

⁴⁴ *Ibidem*, p.53-54.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 54

Somente em 30 de dezembro de 1961, a lei nº 2.460 declara a emancipação de Melgaço e mais 21 outros municípios,⁴⁶ e assim:

A Melgaço “quase riscada do mapa” composto pelos Marajós prósperos, renascia novamente, reencontrando “o derradeiro ano quando ainda estava bonita”. Enfrentou desilusões na reconquista de seus territórios “roubados” e nas ações diversas implementadas por muitos dos políticos que vieram governá-la. Os ribeirinhos, curtindo derrotas e vitórias, foram se fazendo habitantes da “cidade-floresta” e imprimindo, em seus traçados, saberes e experiências adquiridas na mata, assim como ressignificando formas de relacionamentos, expressos nos usos dos espaços urbanos e na teia dialógica que estabeleceram uns com os outros.⁴⁷

Essa conquista representou para os 364 habitantes da vila, e mais 5.859 ribeirinhos que ocupavam outras localidades, um vislumbre esperançoso de novos tempos. No entanto, a emancipação não foi sinônimo de melhorias sociais, haja vista que fora econômica, Melgaço era um município “pobre e sem prestígio social”, além do que, o contexto nacional que marcava a era da Ditadura Militar, impactava diretamente nas administrações públicas, a “ditadura militar traçava os caminhos da política brasileira e retirava possibilidades de crescimento democrático e social nas unidades da federação”.⁴⁸ E nesses cenários de dificuldades e lutas, a população foi (re) criando suas formas de sobrevivência.

As décadas posteriores foram marcadas por um expressivo aumento no povoamento, havendo a necessidade de abrir novos caminhos adentro para atender a população que aos poucos chegava ao município.

Nos idos dos anos 60/70, a localidade contava com apenas duas ruas. De acordo com memórias de moradores e políticos do município foi a partir de 1973 que surgiu a rua 31 de Março e, em 1983, a abertura das ruas Princesa Isabel, Marechal Rondon, Sete de Setembro, Francisco Leite, Antônia Nogueira, João Valentim de Amorim. Ruas de chão aberto entre a baía, igarapés e a mata, rompendo trilhas, antigos caminhos de roça em incessantes circuitos floresta/vila, floresta/cidade até a construção de Melgaço, “cidade-floresta”.⁴⁹

⁴⁶Foi declarado pelo mesmo decreto a emancipação dos seguintes municípios: Augusto Corrêa, Aveiro, Bagre, Benevides, Bonito, Capitão Poço, Colares, Jacundá, Limoeiro do Ajurú, Magalhães Barata, Melgaço, Peixe-Boi, Primavera, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Pará, São Félix do Xingu, São João do Araguaia e Senador José Porfírio

⁴⁷*Ibid.*, p. 112.

⁴⁸*Ibidem*, p. 126

⁴⁹*Ibid.*, p. 136.

A pequena vila tomava novas formas, novos hábitos e novos costumes com características urbanas entrelaçadas aos modos de vida na floresta. “Desde a década de 1960 até os últimos anos do século XX, a cidade mantém poucas alterações na sua dinâmica de vida” (Baía, 2014, p. 22). No campo econômico, as práticas de trabalho da maioria da população estavam em torno da agricultura familiar de subsistência: do extrativismo vegetal, do manejo e da retirada do palmito do açaí, trabalho este realizado em muitos casos, no regime de ajuda mútua.

A partir dos anos 2000, a gestão dos governos que passaram pelo poder, se esforça para acompanhar as transformações do novo século, buscando assim ampliar a oferta dos serviços públicos à população. Daí podemos citar os esforços feitos na área da educação (foram tomadas estratégias importantes para garantir a ampliação do ensino, tanto no espaço urbano e quanto no espaço rural), da saúde (foram criados novos postos de saúde para atender as demandas por região), da segurança (foi construído um novo prédio da delegacia e reforçado as equipes de segurança), do saneamento público (com a pavimentação, iluminação pública e asfalto, alcançando os dois novos bairros que abriram a partir dos anos 2000), entre outros.

No que tange a geração de emprego e renda, uma parte considerável da população ainda vive do trabalho informal, haja vista que os dois principais campos empregadores no município são a Prefeitura e o comércio local, sendo estes, insuficientes para contratar a expressiva demanda de mão de obra no município.

Destarte, as relações sociais e as modificações espaciais nesse pedaço da Amazônia, assim vem se (re) construindo, em temporalidades distintas e plurais, sob formas e conteúdo rurbanos que desafiam os conceitos pré-estabelecidos sobre o que é urbano e o que é rural. E nessa intersecção entre a modernidade e a tradição, Melgaço vem escrevendo sua história.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NA AMAZÔNIA MARAJOARA

Para avançarmos na discussão sobre a educação enquanto política social se faz necessário uma compreensão sobre a natureza da educação. Para essa abordagem, tomaremos as contribuições de Dermeval que constrói sua linha investigativa a partir da teoria social de Saviani e Karl Marx.

Sabe-se que, o que diferencia um homem no reino animal, é a sua capacidade de transformar a natureza para suprir as suas necessidades, e esse fenômeno só é possível a partir da prática do trabalho intencional que, segundo Saviani (2005, p.11):

[...] instaura-se a partir do momento que a gente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, é pois, uma ação intencional. Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura).

No momento em que o ser humano projeta suas ações sobre a natureza para atender as suas necessidades de sobrevivência, o faz por meio da prática do trabalho. Nesse processo de transformação da natureza, o homem também transforma a si mesmo, o que nos mostra que o trabalho não se restringe apenas ao processo homem-natureza, pois o homem mediado pelo fenômeno da educação, também transforma a si mesmo:

o processo de produção da existência humana implica, primeiramente a garantia da sua subsistência material com a consequente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais, tal processo nós podemos traduzir na rubrica “trabalho material”. Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele apresenta mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem perspectivas de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material” (Saviani, 2005, p. 11-12).

O “trabalho material” segundo o que apresenta Saviani, trata das atividades “em que o produto se separa do produtor, diz respeito as coisas materiais construídas pelo homem. Já o “trabalho não material” a que se refere o autor, diz respeito a “produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades”, isto é, “da produção de saber” seja ele sobre a natureza, ou aquela que é resultado da produção humana. Nesse ínterim, podemos entender a educação como algo exterior ao homem, onde o conhecimento que não é garantido pelos meios naturais, precisa ser construído historicamente pelo próprio homem:

Nesses termos, a educação é entendida como parte da natureza humana. É um fenômeno que não se restringe ao espaço institucional escolar, podendo ser praticada na família, na comunidade, na igreja, numa roda de amigos, na escola, entre outras.

[...] a educação é inerente à sociedade humana, originando-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação. A humanidade se constituiu a partir do homem em que determina espécie natural de seres vivos se destacou da natureza e, em lugar de sobreviver adaptando-se a ela necessitou, para continuar existindo, adaptar a natureza a si”.⁵⁰

⁵⁰ *Idem*, 1999, p. 1.

Dessa colocação, entende-se que o desenvolvimento do homem se dá fundamentalmente pela mediação da educação. Nesse o trabalho de produção da aprendizagem para a vida em sociedade a educação constrói a existência em si e da sociedade. Portanto, a natureza da educação está intrinsicamente ligada a natureza humana, interligadas pelo fenômeno do trabalho. A partir da ótica que defende Saviani, podemos pensar a educação como o trabalho não material do homem sobre a natureza e sobre si.

Se a educação está relacionada ao campo “não material” que diz respeito as ideias, símbolos, hábitos, valores, conceitos, há a necessidade de o homem assimilar esses saberes. Esse processo acontece por meio do ato educativo, onde o saber sistematizado compartilhado a fim de preparar o homem para a vida em sociedade. Nestes termos, “a escola é a instituição que propicia de forma sistemática o acesso à cultura letrada reclamado pelos membros das sociedades modernas”.⁵¹

No sistema de produção capitalista o ensino aparece como um aspecto do fenômeno educativo, e a escola como uma instituição que carrega a responsabilidade de socializar o saber, se apresentando como um aparelho alienador da vida social. Para confrontar esse aspecto da educação enquanto serviço público proposto pelo sistema, Dermeval Saviani apresenta um método de ensino conhecido como a pedagogia histórico crítica⁵², que envolve o processo de ensino aprendizagem numa perspectiva transformadora.

⁵¹ *Idem*, 2003, p. 3.

⁵² Ver: SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 2008.

3.1 Apontamentos sobre o processo constituição da política educacional enquanto política pública: da colônia à república.

A educação no Brasil, em cinco séculos de história, se entrelaça às condições políticas, econômicas e sociais ancoradas pelo pensamento hegemônico. Em solo brasileiro a prática da educação formal tem início com as missões jesuítas que se volta para atender a elite agrária, caracterizada pela realidade desigual, onde há uma continuidade substancial revestida de uma descontinuidade político-administrativa de conjuntura. Nesse sentido, Coutinho (1984, p. 32), explica que a democracia no Brasil:

[...] tem um caráter elitista e autoritário, que assinalou a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em breves períodos democráticos. As transformações políticas e a modernização econômico social no Brasil, foram efetuadas no quadro de uma via cruciana, ou seja, através da conciliação entre as frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima pra baixo, com a conservação de traços essenciais, de relações sociais atrasadas e com a reprodução ampliada da dependência ao capital internacional.

Essa continuidade substancial estaria cunhada nas mudanças mediante uma conciliação dos interesses elitistas no decorrer da história da sociedade, mesmo depois de ser instaurado um “regime democrático de direitos”. Essa afirmação se sustenta e se reafirma pela lógica do sistema capitalista, em suas interfaces nesse processo de construção.

3.2 O regime educacional no período colonial

Retratando a historicidade da Educação brasileira, podemos dizer que esse processo de manipulação do ensino inicia ainda no período colonial com o processo de catequização nas missões Jesuítas, sendo este o marco inicial da sistematização do ensino em solo brasileiro. Nesta tentativa, o ensino formal atendia aos filhos da elite social da época, (donos de terras e senhores de engenho). O ensino formal era restrito apenas aos primogênitos do clã, pois entendia-se que estes deveriam dar continuidade nos negócios da família. (Romanelli, 2007, p. 33).

O objetivo do ensino jesuítico em terras brasileiras era o recrutamento de fiéis e servidores. Para isso, foi criado as escolas para os “curumins” onde a catequese desenvolvia o papel de assegurar a conversão das populações indígenas as crenças religiosas e aos costumes portugueses⁵³. O que se pensava de educação no período colonial, estava embasado num meio

⁵³ Ver: CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHONOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil: Vol. I.

de tornar a população nativa “dócil e submissa” por meio da domesticação e da repressão cultural e religiosa. Romanelli (2007) aponta que:

Assim, os padres acabaram ministrando em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar letrados. (Romanelli, 2007, p.35)

Dessa forma, o modelo de ensino “*Ratio Studiorum*”⁵⁴ “privilegiou a formação das elites centrada nas chamadas ‘humanidades’ ensinadas nos colégios e seminários que foram sendo criados nos principais povoados”.⁵⁵ Nesse período não haviam Universidades na Colônia, aqueles que desejavam qualificar-se para outras áreas, atravessavam o Atlântico para especializar-se na Europa.

Foi sob estas bases que a educação tomou características de uma prática de classista, entendida como privilégio da aristocracia rural, pois “foi ela, a educação dada pelos jesuítas, que atravessou todo o período colonial e imperial e alcançou o período republicano, sem ter sofrido em suas bases qualquer modificação estrutural”⁵⁶

Durante o século XVIII propaga-se pelo mundo todo os ideais do movimento Iluministas do Estado Moderno. Tais pensamentos fizeram com que o modelo jesuítico de ensino fosse substituído pela incorporação das Aulas Régias, instaurada pelas reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais erigidas pelo Marquês de Pombal que acreditava que a forma de ensino da igreja não contribuía com a coroa numa perspectiva política e que não acompanhava as transformações do século, haja vista que o ensino era voltado especificamente para a educação religiosa.

Assim, as aulas régias incorporariam uma pedagogia metodológica conteudista, isto é, aulas isoladas, de modo que os educandos pudessem se preparar com condições melhores e mais adequadas para a vida em sociedade. Propagava-se então a ideia de um ensino público e laico.

⁵⁴ “O *Ratio Studiorum* preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a frequência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações”(FRANCA, 1952, p.155).

⁵⁵ *Idem*, 2003, p. 4.

⁵⁶ ROMANELLI, 2007, p.37)

Levy Cardoso explica que o regime das aulas régias:

[...] pôs em evidência a necessidade urgente de se promover uma cultura de base, assentada na leitura, na escrita, no cálculo elementar, sem esquecer os conhecimentos relacionados às obrigações religiosas e civis, além de que, para aqueles funcionários que ocupassem posições de maior destaque dentro da estrutura administrativa, era conveniente uma qualificação literária maior do que a necessária à média do funcionalismo (Cardoso, 2004, p.181).

Assim, dividia-se em duas categoriais: Os estudos Maiores e os Estudos Menores, conforme explica o autor: Os Estudos Menores eram formados pelas aulas de ler, escrever e contar e a etapa de estudos maiores compreendia-se como os aprendizados repassados nas universidades. O regime educacional pombalino voltou-se para atender a elite da época, na intenção de formar aqueles que poderiam ocupar cargos importantes a serviço da Coroa. Nesses termos, a escola foi pensada para ser um divisor entre as classes, sendo esta, um meio eficiente para a reprodução das relações sociais de poder.

Durante o regime pombalino abriu-se oportunidade para o público feminino. No entanto, foram brechas direcionadas a uma minoria que, naquele regime, seria educada para as práticas domésticas e moralistas, ou como alternativa a busca pela prática docente, pois somente mulheres poderiam lecionar para o público feminino. Porém, na prática, uma minoria alcançava tal prestígio.

É importante ressaltar que o processo de escolarização foi um direito negado aos negros durante todo o período de escravidão. O violento sistema escravagista expropriava-se da vida desses sujeitos sociais, tomando-lhe além do produto de seu trabalho, também o próprio produtor, o “coisificando”⁵⁷. Ademais, os negros eram tratados como mercadorias pertencentes a camada dominante, sem direito algum e sem qualquer poder de decisão sobre si, ou sobre algo.

Os ideais iluministas que embasavam as reformulações de Marques de pombal não se efetivaram, nem na metrópole, nem nas colônias, por inúmeros fatores, principalmente pela escassez de profissionais aptos para a função do ensino elementar e primário, sendo essa, uma tentativa fracassada de implantar um sistema educacional inovador.

Esse cenário sofre algumas modificações com a chegada da família real em 22 de janeiro de 1808 que, instalada em solo brasileiro, precisaria reorganizar a colônia para atender as novas exigências administrativas. Esse período não causou profundas transformações no cenário educacional brasileiro, mas apresentou feitos importantes para realidade da época.

⁵⁷ No capital, a coisificação do trabalho humano se dá no momento em que por meio da alienação o trabalhador se torna refém do salário, perdendo a consciência de sua essência humana, e vivendo um certo vazio existencial.

Para assistenciar a Corte, foram criadas instituições importantes para veiculação de informações, dentre elas podem ser citados: A Imprensa Régia (1808), a Biblioteca Pública (1810), o Jardim Botânico do Rio (1810), o Museu Nacional (1818). No campo da imprensa, circulou o primeiro jornal (A Gazeta), a primeira revista (As Variações ou Ensaio de Literatura, em 1812) e, em 1813, a primeira revista carioca, O Patriota (Ribeiro, 1995, p. 40, *apud* Fortineli; França, 2008, p. 78).

Foi também nesse mesmo período que o Brasil apresentou suas primeiras raízes de educação superior formal, com a criação de cátedras⁵⁸ de alguns cursos superiores para atender as necessidades das elites aristocráticas e da Corte.

[...] foram criados os cursos de cirurgia e economia em Salvador, em 1810; a Academia Real Militar e o curso de agricultura, em 1812; o curso de química, em 1817; o curso de desenho técnico, em 1818, a Escola de Serralheiros. Esses cursos não eram ministrados em universidades, até porque ainda não existiam; eram consideradas tão-somente cátedras isoladas de ensino superior, que formavam profissionais para atender às necessidades do governo imperial. O ensino consistia em três níveis distintos: primário, secundário e superior. Esse último, sem dúvida, foi o que teve maior atenção da Corte (Fortineli; França, 2008, p. 78).

Percebe-se que a preocupação em torno da educação superior estava diretamente ligada a formação e qualificação para classe dominante.

Passados mais de uma década desde a vinda de D. João para o Brasil, ainda se faziam presentes as manifestações contínuas pelo descontentamento da população em relação a vinda da família real para o Brasil, que levou ao frágil cenário político em Portugal. Esses fatos fizeram com que em 21 de abril de 1821, D. João retornasse à Metrópole, deixando seu filho Dom Pedro, príncipe regente, para dar continuidade ao processo de independência do Brasil.

3.3 A educação no período monárquico

Dom Pedro assume o poder e em 7 de setembro de 1822 e declara a Independência política, iniciando o período Imperial no Brasil. No entanto, as condições no campo educacional não apresentavam significativas mudanças. Foram aprovadas algumas leis em relação a educação escolarizada⁵⁹, mas não se efetivou na realidade por conta da crise profunda que o atravessava Império.

⁵⁸ Neste contexto, cátedra significou a implantação de cursos específicos.

⁵⁹ Em 1827 foi criada a primeira lei sobre o Ensino Elementar. Neste mesmo ano, também foi criada a primeira lei que tratava sobre a educação das mulheres.

O quadro educacional só passou por alterações mais contundentes durante o segundo reinado de Dom Pedro II. Em 1834, o Ato Adicional que emendou a constituição de 1824, deixava o ensino primário e o ensino secundário a cargo das províncias por, consequentemente, não estarem “equipadas nem financeira e nem tecnicamente para promover a difusão do ensino” não apresentou rendimentos satisfatórios, “o resultado foi que atravessamos o século XIX sem que a educação pública fosse incrementada” (Saviani, 2003, p. 5).

A reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, apresentou, dentre outras questões, o fim da proibição da matrícula para escravos. No entanto, vigorou por pouco tempo. Também em 1879, o governo passa a permitir o acesso do público feminino nos cursos de ensino superior.

Constata-se, pois, que nem D. Pedro I e nem D. Pedro II, trataram da educação como preocupação prioritária no Brasil. Assim, o Império monárquico chega ao fim sem grandes avanços no campo educacional.

3.4 A conjuntura republicana e seus impactos no campo educacional

Em 15 de novembro de 1889, é instaurado o regime republicano no Brasil, mediante um golpe de Estado, onde o Marechal Deodoro da Fonseca é eleito com apoio da elite dominante. Esse modelo federativo segue até os dias atuais em meio a constantes avanços e retrocessos.

A primeira fase republicana, também conhecida como República Velha, República da Espada (em menção aos dois generais eleitos durante o período) ou ainda República Oligárquica (que reflete o poder das oligarquias da época), se estende até 1930 e é marcada pelo autoritarismo e exclusão, por concessão de benefícios à elite e negação de direitos a classes menos favorecidas, composta principalmente por ex-escravos negros e mulatos. No entanto, neste mesmo período, as massas populares intensificam as vozes para reclamar da situação vivida no país, de forma que:

[...] a primeira república se caracteriza também por um processo de relativo desenvolvimento urbano e industrial que traz consigo a constituição de um proletariado incipiente, mas combativo, influenciado nas duas primeiras décadas deste século pelas ideias anarquistas difundidas principalmente por operários imigrantes. Dado o caráter da ideologia que professavam, os anarquistas não organizam partidos políticos. Construíram, entretanto, partidos ideológicos de diferentes tipos. Desenvolveram uma imprensa operária combativa, editando grandes números de jornais tanto em português como em italiano e em espanhol. Organizaram sindicatos, fundaram várias “escolas modernas” inspiradas na pedagogia do educador espanhol Francisco Ferrer e criaram bibliotecas populares (Saviani, 1999, p. 20).

As camadas populares reclamavam pelas condições vividas ao mesmo tempo em que (re)criavam suas formas de resistência ao processo de dominação da época. No campo

educacional, Saviani continua a dizer:

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, que acelera o processo de industrialização e urbanização, as pressões sociais em torno da questão da instrução pública se intensificam, difundindo-se o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, que deveria ser erradicada (Saviani, 2003, p. 5).

A década de 1920, incorpora na história discussões renovadoras no campo educacional, sendo este período marcado principalmente pelo movimento que propagava o pensamento da Escola Nova, com a bandeira do ensino público, universal e gratuito. Os movimentos organizados manifestavam a insatisfação popular com as condições educacionais do contexto, e protestavam por questões referentes a qualidade da educação.⁶⁰

Apesar dos ideais inovadores ganharem grandes proporções na década de 20, passam a efetivar-se somente com a revolução industrial de 1930, momento em que a sociedade moderna passa a vivenciar novas expressões da Questão Social, resultantes do avanço do capitalismo que nesse momento, transformava a realidade brasileira de agrária exportadora para urbana-industrial. Foi nesta conjuntura que “começamos a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, o da instrução pública popular”.⁶¹

3.4.1 A república Getulista no Estado Novo (1930-1946)

O início do Estado novo marca o reconhecimento da educação como uma questão nacional com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que teria a responsabilidade de orientar e coordenar as reformas educacionais. O autor apresenta marcos importantes relacionados a educação neste período:

[...] tivemos uma série de medidas relativas a educação, de alcance nacional: em 1931, as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934 que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino; um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Estado Novo. Mas foi somente em 1946 que viemos a ter uma lei nacional referente ao ensino primário.⁶²

⁶⁰ *Ibidem*, p. 6.

⁶¹ *Ibid.*, p. 6.

⁶² *Ibid.*, p.7.

As Reformas educacionais incluídas na Constituição de 1934, com titularidade de Francisco Campos, foram os primeiros sinais de uma “democracia” no campo da educação brasileira. Nesta foram inclusos elementos com a integração dos ensinos primário, secundário e superior, bem como foi o momento de organização do Estatuto da Universidade Brasileira. Logo, as cátedras de cursos específicos passariam a ser organizados e alocados dentro de um conjunto.

Diante de um cenário de nascentes conflitos entre a classe operária e os patrões, o governo de Getúlio Vargas passa a adotar medidas para direcionar a uma relação de “consensos”, onde as tensões seriam “apaziguadas” e o controle social seria mantido por meio da concessão de “direitos” populares dentro das condições da ordem hegemônica. A política ufânica nacionalista de Vargas, caracterizou-se como o governo da “ordem”, da “tradição” e do “patriotismo”, princípios estes que remodelaram a política educacional naquele dado momento.

A constituição de 1937 manteve parte do texto da anterior, introduzindo o ensino profissionalizante nos parâmetros legais da educação, bem como tornou obrigatório que as indústrias passassem a ofertar esta categoria de ensino aos filhos de seus trabalhadores, na intenção de qualificá-los para tornarem-se aptos aos serviços da indústria. A exemplo, podemos citar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), criado em 1942, e em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

3.4.2 A república populista (1946-1964).

Em 1946, a Constituição Federal “abria a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização pela vida da universalização da escola básica”⁶³ com as medidas que definia a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório e gratuito. A respeito deste período, Piana contribui dizendo:

A chamada “redemocratização” do Brasil, no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a promulgação da Constituição de 1946 e o surgimento do Estado populista desenvolvimentista, trouxe novas reformas, um longo período de reivindicações, surgindo um movimento em prol da escola pública, universal e gratuita, que repercutiu diretamente no Congresso Nacional e culminou com a promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As discussões em torno dessa Lei contribuíram para conscientizar o poder político sobre os problemas educacionais (Piana, 2009, p. 65).

⁶³ *Idem*, p. 6.

A influência de intelectuais, políticos e estudantes estimularam a participação popular na luta por uma educação laica, gratuita, e universal, bem como figurou um despertar para uma consciência crítica a respeito das condições vividas no país para além do campo educacional. Assim, ganhavam força, tornando-se cada vez mais participativos no quadro político.

Nesse cenário de embates ideológicos, prevaleceu a conciliação no que Saviani chama de “democracia restrita”. Em síntese, “da queda do Estado Novo, até 1964, o país viveu um clima de “abertura democrática”. No entanto, se tratava de uma “experiência democrática da qual estavam ainda distantes as massas populares. Tratava-se, pois, de uma democracia restrita as elites.” (Saviani, 1999, p. 45).

As possibilidades entorno desse processo, conjecturou novos rumos aos olhos da população, principalmente daqueles que ansiavam por alcançar meios de se estabelecer como cidadãos de direito.

3.4.3 A política de educação no regime militar (1964-1984)

Em 1964, depois de uma intensa movimentação ideológica da burguesia, decorrente da insatisfação com os rumos que o Brasil tomava com a política econômica do nacionalismo desenvolvimentista, o Estado sofre um golpe civil-militar, e inicia-se mais uma fase republicana: a ditadura militar no Brasil.

Esse período caracterizou um retrocesso brutal em todos os campos de conquistas, até então, com a instalação do novo regime. O Instituto de Pesquisa Política e Social (IPES), organização criada por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, passou a reformular os parâmetros educacionais no Brasil. Assim, a nova direção da educação caminhava para os princípios da interdependência. Sendo assim:

[...] foi elaborado um “documento básico”, organizado em torno do vetor do desenvolvimento econômico, situando-se na linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e da renda. Em torno dessa meta, a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país (Saviani, 2008, p. 295).

A proposta política do regime militar apontava para um modelo de formação meramente técnico, conforme expressa Saviani:

Este sentido geral se traduz pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados [...].⁶⁴

Nesse contexto, os Estados Unidos participam como principal incentivador do regime no país. Essa afirmação se expressa nos vários acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos na época, dentre os quais, aqueles diretamente ligados a educação ficaram conhecidos como “Acordos MEC-USAID”⁶⁵. Dessa “concepção produtivista”, o qual chamou Saviani para este modelo educacional, “adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade.”⁶⁶

Aprovado o texto da reforma Universitária em 6 de novembro de 1968, os moldes da educação passaram a obedecer oficialmente aos desígnios do regime militar.

Foi nesse cenário que emergiu o favorecimento à privatização do ensino com exclusão do princípio da vinculação orçamentária, presentes nas duas últimas Cartas Magnas. Com isso, abriu espaço para a implantação das instituições privadas com o incentivo do poder público que, além de ter reduzido abruptamente a participação orçamentária do governo Federal na política educacional pública, ainda “relativizou o princípio da gratuidade do ensino”, expressos no fragmento abaixo:

No artigo 168, §3º, inciso III da Carta de 1967, está escrito: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. Esse enunciado foi reforçado na Emenda de 1969: “o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará” (artigo 176, §3º, inciso IV).⁶⁷

⁶⁴ *Ibidem*, p.7.

⁶⁵ Os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos (USAID) foram feitos secretamente e objetivavam reformar o ensino brasileiro dentro dos padrões dos EUA.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 297.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 299.

Com essas brechas deixadas pelo poder público, a expansão do setor privado no campo da educação ocorreu de forma surpreendente durante esse período. Se as discussões pela proposta de educação privada já eram presentes antes da implantação do regime militar, durante a vigência desse a proposta se consolidou, gerando um crescimento expressivo no percentual das estimativas da época:

De fato, ocorreu no período uma grande expansão do ensino superior. Entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginasial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%.⁶⁸ E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663.⁶⁸

Esse aumento substancial nos números se deu, em sua maioria, como resultado do avanço das Instituições Educacionais Privadas no país, que ao agilizar a burocracia a fim de aperfeiçoar os níveis de ensino aos seus interesses, marcam um retrocesso grotesco na luta pela gratuidade, laicidade e universalidade do ensino em solo brasileiro.

É sumariamente relevante citar que, apesar dos ataques na educação brasileira de forma geral, foi no período das duas décadas do militarismo no Brasil que a pós-graduação ganha relevância e se instaura com influências importantíssimas para a pesquisa científica. No campo organizacional trouxe as experiências do Estados Unidos, em delegar as pós-graduações *stricto sensu*, centrada em dois níveis hierarquizados: o *mestrado* e o *doutorado*. Se, de um lado as influências americanas refletiam o aspecto técnico-operativo, de outro as influências europeias refletiam sob os aspectos teóricos, haja vista que a organização desde o ensino básico, direcionava num sistema de conhecimentos sistematizados que encaminhavam os alunos com um elevado grau de maturidade e de autonomia intelectual para os próximos níveis de ensino. Segundo Saviani:

A experiência de pós-graduação brasileira resultou, pois, dessa dupla influência: o modelo organizacional americano que foi articulado, no funcionamento efetivo do processo formativo, com o modelo europeu pautado pela exigência do trabalho teórico autonomamente conduzido. Daí termos chegado a um modelo brasileiro de pós-graduação, sem dúvida bem mais rico do que aqueles que lhe deram origem, pois promoveu a fusão entre uma estrutura organizacional bastante articulada, derivada da influência americana, e o empenho em garantir um grau satisfatório de densidade teórica, decorrente da influência europeia.⁶⁹

⁶⁸ *Ibidem*, p. 300.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 309.

Apesar da ideologia política de manipulação do ensino para a sustentação de uma lógica interdependente, do “Brasil grande”, a pós-graduação tornou-se uma forte canalizadora da produção científica da época, inclusive por meio de uma “tendência crítica” onde foi organizado um movimento que apresentava propostas pedagógicas contra a hegemonia.

Ademais, o regime antidemocrático caracterizado pela repressão e pelo autoritarismo pairou-se diante da resistência popular que se fez presente de forma intensa, estando muitas vezes em embates diretos com as forças militares. Foram proibidas todas as atividades realizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que era a principal organização estudantil de enfrentamento na época. No entanto, apesar da decisão, a UNE continuou atuando de forma ilegal durante todo o contexto, tornando-se cada vez mais, um movimento sólido de base.

Grandes feitos em termos de organização da UNE levaram as ruas milhares de pessoas por todo o país para protestos contra o regime militar. Podemos destacar dois grandes momentos desse período: i) o dia 21.06.1968, conhecido também como “sexta feira sangrenta”⁷⁰, onde os manifestantes escancaravam a insatisfação com o novo regime, sinalizando a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, assassinado em uma manifestação contra o fechamento de um restaurante estudantil, bem como traziam influência dos movimentos estudantis internacionais que ocorriam no mesmo período. ii) o dia 26.06.1968, quando outros segmentos da sociedade civil se juntaram ao movimento e realizaram um protesto pacífico para reivindicar direitos que haviam sido perdidos com o novo regime. Essa manifestação ficou historicamente conhecida como “a passeata dos cem mil”, cujo nome refere-se à quantidade de pessoas que compuseram o feito.

O regime militar chega na segunda metade da década de 70 já sentindo os impactos da pressão a nível local e global. No cenário nacional a política militarista aplicada não trazia resultados satisfatório em nenhum dos campos das políticas sociais, e o cenário econômico traduzia-se em decadência. No tocante a educação, apesar do aumento de matrículas nos anos iniciais do ensino seriado, os índices de reprovação tornavam-se expressivos, demonstrando a inefetividade da política educacional adotada.

⁷⁰ Não se sabe ao certo, mas as informações cedidas pelos hospitais da região apontaram 28 mortes e centenas de feridos resultado desse conflito.

O enfraquecimento do regime militar, como unidade controladora e interventora, vivenciava a cobrança macroestrutural, por conta da dívida externa que este mesmo acumulava, refletidos numa política econômica fragilizada ao mesmo tempo em que era cercado pelas constantes investidas dos movimentos sociais de base, que lutavam pela mudança das condições econômicas e sociais vivenciadas.

Começa-se a ensaiar um processo de transição do regime antidemocrático da ditadura militar em 1982, que ganha legitimidade em 1984, quando, enfim, anuncia-se o fim do estado ditatorial no Brasil.

3.4.4 A redemocratização e seus impactos na política educacional brasileira (1984-2000)

Os rumos da educação brasileira tomavam novos caminhos. As discussões que problematizavam as deficiências apresentadas, dentre as quais as pautas mais relevantes estavam em torno da exclusão, níveis alarmantes de reprovação e do caráter que a prática da educação formal tomava no âmbito social. Assim, a primeira inestimável mudança ocorrida pós regime militar foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o início de novos tempos, assegurando “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito.” (Brasil, 1988).

Nesse contexto de redemocratização, a década de 90 representou um marco importante no campo da educação brasileira. Marcada pelas mudanças estruturais e consequentemente das transformações no cenário global⁷¹ e nacional, o país buscava, de imediato, instaurar uma política capaz de estabilizar a economia brasileira, objetivando o controle da inflação, resultado da crise do petróleo na década de 70, e das constantes tentativas de recuperação da economia em 1980.⁷²

⁷¹ Nesse período o mundo atravessava a chamada Guerra Fria, e os pensamentos neoliberalistas defendiam mudanças no funcionamento do Estado, por acreditar que as crises vividas durante a década de 70 e 80, decorriam de falhas do poder.

⁷² Ver: VAZ, Carolina Delanongare. A educação no Brasil na década de 1990. 2010, p. 60-76.

Também se vivenciava a era da globalização em escala mundial. Durante esse processo, catalogou-se indicadores sociais em diversas regiões do globo, informações que aliadas ao processo supracitado, possibilitaram a elaboração de estratégias de enfrentamento aos “problemas” vivenciados nos países. Houve inclusive, um encontro na cidade de Washington, onde ficou estabelecido um acordo entre diversos países no intuito de combater a crise e a miséria nos países subdesenvolvidos, especificamente os da América Latina.⁷³

Durante esse período, passam pela presidência: Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Em seus respectivos governos, propuseram uma política de continuidade, sem a tensão de rupturas quanto aos ideais educacionais no país, afinal a educação era uma pauta obrigatória conforme estabelecia a carta magna de 1988.

Os programas instaurados eram reforçados a cada governo, e essa continuidade fez com que a política educacional apresentasse um salto quantitativo e qualitativo na década. É claro que longe do ideal, mas se comparado com o cenário anterior em nível nacional, seria visível os alcances conquistados.

Durante o governo de Fernando Collor, foram criados o Programa Nacional de Material Escolar e o Programa de Alfabetização e Cidadania, com resultados pouco expressivos. Seguindo as orientações acordadas, Itamar Franco, que foi quem sucedeu a presidência, tomou importantes medidas de descentralização da gestão e aprofundou as políticas na lógica da universalidade, além do que, realizou maiores investimentos no setor.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência e desenvolve políticas públicas de grande relevância para o sistema educacional. Durante seu mandato, buscou assimilar as mudanças e continuá-las. Assim, nos dois mandatos assumidos, criou o Plano

⁷³ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional apresentada em 1989, com elaboração de John Williamson, que sob a ótica neoliberalista apresentou propostas para o enfrentamento das crises vivenciadas pelos países, principalmente os latino-americanos. Este acordo, apresentou como recomendação: **Reforma fiscal:** promover profundas alterações no sistema tributário (arrecadação de impostos), no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas para que elas aumentassem seus lucros e o seu grau de competitividade. **Abertura comercial:** proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias; **Política de Privatizações:** reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, no sentido de transferir a todo custo as empresas estatais para a iniciativa privada; **Redução fiscal do Estado:** reduzir os gastos do Estado através do corte em massa de funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços, e diminuição das leis trabalhistas e do valor real dos salários, a fim de cortar gastos por parte do governo e garantir arrecadação suficiente para o pagamento da dívida pública.

Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), o Projeto de Educação Básica para o Nordeste (Projeto Nordeste), a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Nova LDB/96), que já vinha sendo discutida desde a constituição de 1988. Como resultado, houve uma importante redução nos índices de repetência e evasão escolar, e uma elevação no nível de alfabetização da população como um todo.

Diante do expressivo aumento de matrículas, também no ensino médio, foram criados mecanismos de incentivo neste nível de ensino, como é o caso do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED). Também foi criado pelo Ministério da Educação o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 1998, cujo objetivo primeiro era avaliar o desempenho dos alunos que estavam saindo desse nível de ensino e aprimorar o sistema educacional a partir dos resultados do exame.

Atualmente, o ENEM, além de avaliar a qualidade do ensino no país, também é a principal porta de entrada para as Instituições de Ensino Superior (IES). Por meio das notas adquiridas o aluno pode concorrer a vagas em instituições por meio da seleção dos Programas do MEC - Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é o programa que organiza o acesso ao ensino superior público no Brasil, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferta bolsas aos alunos nas instituições de ensino privado, e o FIES, que é o Sistema de Financiamento Estudantil, onde o governo custeia as mensalidades das faculdades privadas durante o período de graduação, tendo o aluno a obrigação de quitar a dívida após a formatura.

Esses programas foram criados a partir de 2004, quando o ENEM passa a ser utilizado como ferramenta de democratização do acesso ao ensino superior.

A década de 90 também sinalizou um crescente aumento nas matrículas no ensino superior, os gastos auferidos neste nível de ensino chegavam a ser maiores que aqueles destinados à educação primária, no entanto, não chegaram a ser suficientes para atender a demanda de alunos que almejavam uma vaga no ensino de terceiro grau.

O período de redemocratização no Brasil se desenhou sob a égide do pensamento neoliberal⁷⁴, e foi nesse engate, que o capital viu na educação uma grande oportunidade de potencializar o lucro por meio da mercantilização e privatização dos setores das políticas sociais, neste caso, da educação, e principalmente do nível superior. Em detrimento do cenário de crise, que se espalha no contexto mundial desde fins da década de 70, e que tem rebatimentos

⁷⁴ O pensamento neoliberalista propala a ideia de Estado mínimo, isto é, na transferência de serviços públicos ao setor privado, condicionando os direitos antepostos pela constituição como mera prestação de serviços.

no Brasil de ordem macroeconômica, financeira e produtiva, passa-se a discutir em escala internacional medidas que possam viabilizar caminhos para a superação das dificuldades vivenciais naquele dado contexto em diversos países do globo. Daí, as discussões ganham força durante a década de 80, e propunham o ideário do Estado neoliberal.

Chauí (2003) explica que esse ideário aponta para a necessidade de reforma do Estado, tornando-o cada vez mais mínimo nas obrigações com o bem-estar social. Assim, reformula os seus setores constitutivos, e deixa de ser o único condutor e executor das políticas sociais, sob a alegação de que o privado pode ser aliado no gerenciamento e na oferta de serviços para a população e que a redução dos gastos públicos com políticas sociais, eliminaria o déficit público, contribuindo para a superação da crise.

Nesse contexto, se abre espaço para a participação do mercado na execução das políticas. Nesse conjunto, o Estado alocou:

[...] educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social (Chauí, 2003, p. 06).

Destarte, a educação passa a ser concebida como um serviço, podendo ser ofertada como mercadoria por instituições de Ensino Superior privado, a atender a lógica mercantilista de formação de mão de obra qualificada para o exercício do trabalho, dado que a preocupação primeira está nos lucros, e não na qualidade do ensino. Sua caracterização também explicita o cunho elitista que a mesma continua a perpetuar, no momento em que se torna um serviço destinado aqueles que possuem os meios financeiros necessários para adquiri-lo.

Em suma, podemos dizer que a década de 90 foi marcada pela sistematização e organização da educação, e pela expansão do ensino fundamental e do ensino superior privado. A educação básica passou a corresponder do ensino infantil ao ensino médio, dividida em ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, sendo que educação especial e a educação profissional integrou os diversos níveis como modalidades específicas.

3.5 A política educacional na atualidade

Em 1 de janeiro de 2003 assume a presidência Luís Inácio Lula da Silva, criando grandes expectativas quanto ao direcionamento que tomaria o país a partir daquele momento. Todos os presidentes eleitos desde a constituição de 1988, eram representantes da elite brasileira. Contudo, a eleições presidenciais de 2002 elegeram com mais de 60 milhões de voto, um representante de esquerda vindo de camadas populares.

Durante o primeiro governo do então presidente, o Ministério da Educação passa pelas mãos de 3 ministros⁷⁵, no entanto, mesmo com essa instabilidade, foram criados importantes projetos de lei e emendas constitucionais para estabelecer programas que atribuíssem a devida atenção para a política educacional brasileira, dentre os quais podem ser citados os que deram escopo ao Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o programa Brasil Alfabetizado, que priorizava as regiões Norte e Nordeste do país. No campo da educação superior, foi instituído o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁷⁶, que abriu oportunidade para o acesso ao ensino de terceiro grau nas instituições privadas, por meio da concessão de bolsas parciais e integrais. A primeira edição do programa (2005), ofertou mais de 112 mil bolsas no Brasil todo.

Para a avaliação do Ensino Superior, foi criado em 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), reforçado em 2006 pelo decreto nº 5.773. Agora, os alunos passariam pelo Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil (ENADE). Assim, “a educação superior passou a ser avaliada pelo desempenho dos estudantes, pelo projeto pedagógico dos cursos e pela qualidade docente de infraestrutura das instituições” (ABREU, 2010, p.133)

Lula foi reeleito em 2006 e assumiu o segundo mandato reafirmando o compromisso de investir na educação brasileira. Logo, em 2007 apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um importante plano estrutural executivo, cuja finalidade era organizar a política educacional brasileira em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio de programas continuados que pudessem superar a fragmentação histórica com que havia sido tratada a política de educação em solo brasileiro.

⁷⁵ Em 2003, Cristovam Buarque assume a pasta e fica até 2004, quando Tarso Genro ocupa a cadeira. Em 2005, Fernando Haddad assume o ministério da Educação permanecendo até 1º de janeiro de 2012

⁷⁶ O programa Universidade para todos foi alvo de críticas por parte da comunidade intelectual que defendia Estes defendiam que a prioridade do governo deveria ser a ampliação e a qualificação da esfera pública de ensino.

Assim, a educação a partir do que propunha o PDE passa a ser vista como uma categoria em que os níveis de ensino estão articulados, e dependem um do outro para o sucesso nas etapas que os sucedem. A relevância do programa foi aplaudida e o PDE foi visto como a mais importante tomada do governo Lula. No entanto, também despertou críticas severas quanto a sua desvinculação do Plano Nacional de Educação, que estava em vigor desde 2001⁷⁷.

Uma outra importante medida emergencial pela busca da qualidade do ensino foi a criação do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que foi instituído em 2009 com o objetivo de ofertar formação superior para professores da educação básica que estão atuando sem a devida qualificação.

Em 2010, apoiada pelo então presidente Lula, vence as eleições Dilma Vana Rousseff com a promessa de reforçar e ampliar o que vinha sendo realizado pelo governo de esquerda. Durante sua gestão, continuou dando especial atenção a programas como o REUNI, ProUni e PIBID. Também foi durante seu mandato que foram criados Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Ciências sem Fronteiras (CsF), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver Sem Limite), além de ter sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE).

Os rumos que tomavam as políticas no Brasil, se por um lado pautava a ampliação de direitos principalmente para a população pobre, de outro, causa profunda insatisfação por parte da elite brasileira, que manifesta sua reprovação por meio das organizações de movimentos antidemocráticos pela derrubada da presidenta Dilma do poder que, acaba sendo destituída por um golpe de estado assinado pelo “sim” de diversos deputados e Senadores que alegavam o crime de irresponsabilidade fiscal, sem qualquer meio que o provasse. Assim, em 2016, Dilma sofre o impeachment e deixa o cargo, sendo sucedida por seu vice, Michel Temer.

A partir de então, a política educacional brasileira toma novos rumos, assumindo sua postura em favor da classe dominante, explicitada em suas decisões primeiras, das quais se destacou a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, onde congelou os investimentos por vinte anos nas áreas da Saúde, Educação e Seguridade Social, inviabilizando possíveis avanços nas áreas supracitadas.

⁷⁷ Ver: Saviani, D., “O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC”. *Educação e Sociedade*, 2007, vol. 28, nº 100, pp. 1231-1255.

As reformas educacionais também alcançaram o ensino médio, com a implantação da Medida Provisória nº 746/2016, que em 2017 foi transformada em lei (Lei nº 13. 415), a qual instituía a Reforma do Ensino Médio, cuja finalidade seria flexibilizar a grade curricular a fim de que o aluno agora pudesse escolher a área em que desejaria se qualificar. Essa Reforma sofreu severas críticas de parte da comunidade intelectual pois demonstrara a intenta ruptura com um plano educacional emancipatório, cujo objetivo se resumia a tender a lógica do capital sob a égide do discurso do “progresso” por meio da formação de mão de obra técnica. Durante o governo de Michel Temer também foi concluída a escrita do texto da Base Nacional Comum Curricular, que também foi adequada aos interesses do sistema capitalista.

Em 2018, com uma campanha política calcada no conservadorismo, Jair Messias Bolsonaro é eleito presidente do Brasil, passando a direcionar o País sobre o lema fascista “Deus, Pátria e Família”. Durante seu governo, reafirmou seu posicionamento dentro dos parâmetros neoliberalistas, implantando uma política de desmonte, cuja orientação era pôr em curso um programa de ruptura com a proposta de emancipação da classe trabalhadora, por outra que estivesse alinhada aos interesses centrais da classe dominante. A desvalorização da educação ficou explicitamente exposta por meio do sucateamento das Universidades e institutos Federais, dos cortes de verbas para a Ciência e Tecnologia e de programas que beneficiavam o sistema capitalista.

No campo Educacional, foi criado o programa “Tempo de Aprender”, instituído pelo decreto 9.765/2019 ⁷⁸. Através do Projeto de Lei nº 3076/2020 foi criado o projeto Futura-se⁷⁹, que declarava escancaradamente aversão aos projetos emancipatórios das universidades, buscando implantar a ideia de uma universidade inovadora e empreendedora.

Além das barricadas contra a educação por parte do governo, o ano de 2020 surpreendeu o mundo com a pandemia do COVID-19, que acelerou e acentuou as desigualdades sociais em todo o planeta. No campo educacional, os impactos negativos afetaram diretamente a educação mundial, exigindo estratégias imediatas para atender as novas necessidades que se colocavam no cenário pandêmico.

⁷⁸ O programa tempo de aprender, foi lançado pelo MEC, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino em alfabetização nas escolas publicas do país por meio de quatro eixos estruturantes: 1- Formação continuada de profissionais da alfabetização; 2- Apoio pedagógico e Gerencial para Alfabetização; 3- Aprimoramento das avaliações da alfabetização e 4- valorização dos profissionais da Educação.

⁷⁹ Em tese, o programa Future-se apresentava como objetivo dar maior autonomia financeira as IES por meio da captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

Em pesquisa realizada em fevereiro e maio de 2021 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi aplicado um formulário específico para catalogar informações e estratégias tomadas durante o ano de 2020. A pesquisa contou com um total de 94% das escolas brasileiras respondendo ao formulário, totalizando 168. 739 escolas das esferas pública e privada. (INEP, 2021)

Os dados mostram que durante o primeiro ano da crise sanitária, 99,3 % das escolas suspenderam as atividades presenciais, sendo obrigadas fazer reajustes no calendário letivo e a propor novas estratégias de ensino-aprendizagem. O ensino público enfrentou maiores dificuldades para entrar no processo de adequação. Enquanto que 73% das escolas privadas seguiram o cronograma previsto, pouco mais de 53% da rede pública conseguiram manter o planejamento anual:

O percentual de escolas brasileiras que não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020 foi de 90,1%, sendo que, na rede federal, esse percentual foi de 98,4%, seguido pelas escolas municipais (97,5%), estaduais (85,9%) e privadas (70,9%). Diante desse contexto, mais de 98% das escolas do País adotaram estratégias não presenciais de ensino. (INEP, 2021).

Com o isolamento social, milhões de crianças ficaram sem ir à escola no Brasil. Nesse contexto de intensas modificações na realidade, adotou-se como estratégia a modalidade de ensino remoto⁸⁰ e a distância, que apesar de ser considerada a mais viável para o momento, não apresentou eficácia na sua totalidade.

As condições tecnológicas no Brasil não favoreceram a implantação da modalidade de ensino, principalmente na esfera pública, que é a que recebe a demanda das classes menos favorecidas, cuja condição excludente dos meios digitais é ainda mais alarmante. Além da falta de estrutura digital, um outro fator relevante que contribuiu com as fragilidades da educação no período, foi a readaptação abrupta dos profissionais da área para a execução da nova forma de ensino, haja vista que tudo foi muito rápido, dado o curto período de tempo para se pensar em formas de atender os anseios da população, que dentre tantas preocupações, estava o impacto negativo de ficar sem qualquer atividade durante o período de afastamento social.

⁸⁰ O ensino remoto consiste numa modalidade de ensino mediadas pelo uso da tecnologia, mas que mantém os princípios da educação presencial.

Nesse contexto, apenas 28% das escolas particulares e 14% das escolas públicas apresentavam as condições necessárias para executar o ensino online. Nos ambientes rurais, essa dificuldade foi ainda mais expressiva, dada a precariedade estrutural e logística de muitas comunidades localizadas a horas de viagem da sede do município.

Essa mudança no processo de ensino se deu em todos os níveis de educação no Brasil. Gusso, et al., 2020 faz uma abordagem sobre as condições do nível superior no Brasil em tempos de Pandemia, segundo os autores foi necessário fazer ajustes no plano de desenvolvimento institucional, a fim de que fosse garantido o acesso ao nível superior de forma segura, e com a qualidade que este deve apresentar.

No Brasil, já havia parâmetros apresentados pelo CNE para a flexibilização do ensino desde 2009, resultados da experiência epidêmica da H1N1. Serviu de base para a proposição de reorganização na educação brasileira em tempos de pandemia, o parecer nº 19/ 2009 e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei, 9.394/96), que a partir da instituição do Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE_MEC), foram bases para a elaboração da Portaria nº 343/2020 (alterada pelas Portarias n. 345/2020 e n. 395/2020) e uma Medida Provisória (n. 934/2020) que:

autorizam a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais – que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação (exceto estágios, práticas de laboratório e, para os cursos de Medicina, os internatos). Foi autorizada, também, por meio da publicação desses documentos, a flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima dos cursos (Brasil, 2020c, 2020d). O conjunto de documentos citados anteriormente possibilita que as instituições de Ensino Superior respondam ao período de quarentena suspendendo as atividades presenciais ou substituindo-as por aulas “em meios digitais” (Gusso, et al, 2020, p. 3-4)

Apesar de já haver possibilidades da realização das atividades na modalidade a distância nas IES mesmo antes da pandemia, o cenário posto pelo COVID-19 levou a carência de se configurar uma nova proposta de ensino aprendizagem:

[...] o CNE emitiu o Parecer n. 5/2020, que apresenta orientações para reorganização dos calendários escolares (da educação infantil à superior, incluindo modalidades como Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial) e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia, bem como a consideração de tais atividades na carga horária do ano letivo (Brasil, 2020e). Com relação ao Ensino Superior, considerando as normas que regulam a EaD, o parecer dá ênfase à adoção de atividades por meios digitais e ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem como forma de substituir as atividades presenciais, viabilizando continuidade do ensino durante a pandemia. Segundo o documento, essas atividades não presenciais podem ser consideradas para cumprimento de carga horária mínima anual, o que tornaria desnecessária a reposição dessas atividades após a pandemia. (*Ibidem*, p.4)

Assim, passa a ser adotado o Ensino Remoto Emergencial, onde as adaptações para a modalidade on-line intercorrem em inúmeras deficiências, dada pela diferença na organização da modalidade de ensino a distância⁸¹. As perspectivas em torno da nova proposta estavam longe de serem alcançada por razões inerente a vontade dos sujeitos que estavam envolvidos no processo (comunidade estudantil), e passava a expor de forma ainda mais explícita as problemáticas desse modelo de ensino. “Entre elas encontram-se: a) a falta de suporte psicológico a professores; b) a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em “meios digitais”); c) a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; d) o descontentamento dos estudantes; e) o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias.” (Ibid., p. 4). Segundo os autores dados de 2019 apontavam:

No Brasil, há 8,45 milhões de estudantes de graduação, sendo 75,4% matriculados em universidades privadas (INEP; DEED, 2019). Dos estudantes das universidades federais, 53,5% são de família com renda mensal per capita de até um salário mínimo; 54,6% são do sexo feminino; 51,2% são pretos, pardos ou quilombolas; e 0,9% são indígenas (ANDIFES; FONAPRACE, 2019). Quanto às condições materiais desses estudantes, temos que 74,9% das residências têm algum tipo de acesso à Internet, sendo 98,7% do acesso feito por meio do celular. Residências que possuem microcomputador correspondem a 43,4% (IBGE, 2020b) apud (GUSSO, 2020, p. 11)

Assim mesmo antes da pandemia essas expressões sociais já eram visíveis, e a exclusão digital já acompanhava a sociedade muito antes do momento vivido, no entanto o cenário apenas apresentou de forma mais clara o peso da desigualdade entre as classes sociais. No entanto, mesmo diante de tantas fragilidades e adversidades e em meio ao caos estabelecido pela crise sanitária, os profissionais se esforçaram para manter os cursos ativos e não atrasar o calendário de planejamento das instituições, de forma a viabilizar a promoção de aprendizagens significativas, compatíveis com o nível que requerimento de qualidade das IES.

⁸¹ Importa sinalizar que, a educação a distância apresenta um regulamento para funcionamento, no que dispõe o art. 81 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

3.6 Considerações sobre a política educacional de Melgaço

Melgaço, assim como os demais município marajoaras é reflexo do avanço do capitalismo em terras amazônicas, até o ano de 1960, nos enlaces da briga pela posse de território, Breves e Portel tiveram posse sobre as terras melgacense, condicionando assim, a política educacional as mais precárias condições para sua execução. Segundo a estudiosa Ilca Sarraf, “a história da educação do presente está completamente ligada aqueles tempos de emancipação e lutas pela escolarização dos poucos moradores que residiam na sede do município.” (Sarraf, 2017, p.42)

Emancipada em 1961, Melgaço só recebeu seu primeiro prédio escolar 7 anos mais tarde, conforme aponta Sarraf-Pacheco (2004)

A partir de 1968, com a construção da 1ª escola estadual na sede do município e a contratação de 03 professores de Belém, em 1970, *planta-se as primeiras sementes do processo educacional na sede do município*, de acordo com os comentários de Hermógenes F. dos Santos. No caderno de memórias de seu Mamede, essas professoras vieram do município de Capanema e todas eram normalistas. As professoras, Maria Bezerra da Silva, conhecida pela população como Jura, assumiu o cargo de diretora da Escola Bertoldo Nunes; Maria Leite Rosas da Silva (Nena) e Delzirene foram lotadas com o cargo de professora. (p.144)

Os escritos do professor Agenor apontam que na memória dos moradores, as práticas pedagógicas das professoras que chegaram para trabalhar na escola Bertoldo Nunes caracterizavam-se pelo autoritarismo tradicional, impondo em muitos casos, punições aos alunos que violassem as regras. Neste mesmo período foram designados professores para trabalhar em algumas comunidades rurais (Laguna, Carnajuba, Alto Tajapuru, entre outras).

O período que vai da chegada das professoras até a década de 80, expressam uma política educacional em Melgaço ainda engatinhando para novos rumos, mesmo com um reduzido número de alunos, apresentou o suficiente para gerar demanda que faria a gestão trazer novamente professoras migrante para atuar em Melgaço na década de 80.

A política educacional no município só passa a ter incentivo de fato, durante a década de 80, contexto de expressivas transformações no cenário nacional, com rebatimentos nas realidades locais. A redemocratização da sociedade brasileira implicou em mudanças significativas em todos os campos das políticas sociais. Na esfera da política educacional, os movimentos e as organizações em prol de uma educação laica, gratuita, universal e de qualidade somavam forças e paulatinamente, ganhavam alcances:

[...] no início dos anos de 1980, momento esse marcado pela redemocratização da sociedade brasileira e por diferentes movimentos no âmbito da defesa da escola pública e gratuita, bem como pela discussão e afirmação da didática enquanto ciência da educação; uma época de discussões sobre o papel transformador da escola e da prática educativa no bojo de uma sociedade capitalista e excludente (Souza, 2006^a, p. 76 apud Sarraf, 2017, p. 53)

A autora segue colocando que o período que vai de 1983 a 1988 é considerado um dos marcos na educação do município por conta dos incentivos dados pela gestão no campo educacional, incentivos este que se revelam as iniciativas de contratação de professoras com garantias de subsídios (casa para morar e ajuda de custo). Essas condições trouxeram pelo ato da migração à Melgaço, as 5 históricas figuras que dariam impulso a educação no município – As 5 professoras migrantes (Raimunda Wilma Correa Vilar, maria Dilma Correa, Rosiete Correa Siqueira, Jurema do Socorro Pacheco Viegas e Maria de Fátima Rodrigues Alves).

O empenho dedicado pelas professoras unidos ao interesse que demonstrava o poder público municipal, “fizeram Melgaço, entre os anos de 1984 a 1987 consolidar o Ensino de 5^a A 8^a séries, e de 1990 a 1992, o Ensino Médio em Magistério”⁸² Em relação a organização do ensino, Jurema Viegas ficara a frente do setor de educação no município de 1983 a 1988 adotando estratégias que ela mesmo cita na sua fala como entrevistada na pesquisa:

Quando eu fui convidada para assumir a secretaria e comecei a fazer o trabalho, vi que a maioria dos professores eram leigos, pois tinham só a 1^a e a 2^a séries primária, então, eu pensei: “vamos fazer a mesma coisa que o município de Breves fez”. Fazíamos as oficinas com os professores, todo ano no mês de janeiro e fevereiro a gente dava formação de professores, só que não era de forma técnica, institucionalizada, faltou essa institucionalização do município com o Estado, então, faltou esse valor oficial, institucional. Trabalhamos e tentamos fazer um bom trabalho.

O meu padrinho dava muito apoio a educação, muito mesmo. Todo ano nós fazíamos treinamento para os professores da zona rural. Eu cheguei a ministrar cursos, fizemos um curso de capacitação e, nesse, conseguimos dar certificado para os professores. Fomos nós que adotamos o boletim de frequência, porque nós copiamos de Breves, eu peguei o modelo de lá e coloquei aqui. Nós aumentamos o número de escolas, nós assumimos o município com 70 escolas, do governo do seu Alberto Felipe, e aumentamos para 120 na zona rural (Professora Jurema – 2014, apud Sarraf, 2017, p. 55).

⁸² SARRAF, Ilca, 2017, p. 54

A educação tomava forma de política pública em Melgaço, no entanto entre 1993 a 1996, o município passara por período de total irresponsabilidade do poder público, “malversação do dinheiro público, sucateamento e atraso dos salários dos servidores municipais, entre outras práticas da gestão”⁸³Tais acontecimentos tiveram como resposta popular uma manifestação que entrou para a história do pequeno município, em 12 de agosto de 1996, a população ateou fogo em no prédio da prefeitura, onde também funcionava a Câmara Municipal, a Junta Militar e a Agencia dos Correios, bem como também danificaram os meios de comunicação e a rede de provimento de energia elétrica.

Caracterizou-se como um período de intensa investidas contra os direitos sociais, especialmente, contra a política de educação, aqui apresentada, na fala de uma outra professora migrante:

O governo do Oni em 1993 [...] foi um período que a educação retroagiu, foi para o fundo do poço, nada aqui funcionou, era irresponsabilidade total. Os professores perderam seu valor como profissionais da educação. As coisas que nós vínhamos adquirindo ao longo do tempo como a nossa mesada, a casa dos professores, fomos perdendo aos poucos, para permanecer no município tivemos que alugar casas e passar a sobreviver do nosso próprio salário, mas isso não fez com que desmotivássemos, só dava força, porque estamo9s vendo que o município estava necessitando de nós cada vez mais, as piores humilhações os professores aqui passaram, e eu como diretora da escola passei muito mais. Todo e qualquer apoio para a escola foi retirado, mas nós professores aqui não cruzamos os braços. A única escola que funcionou no município de Melgaço foi a Escola Tancredo Neves, o ensino aqui não decaiu, a qualidade do ensino não decaiu, era a única mola, era o único elo da educação no município de Melgaço, porque a pré-escola até então, tinha paralisado e as escolas do interior também. (professora Wilma – 2014, apud Sarraf, 2017, p. 58)

Com a instituição da lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, a política educacional reconfigurasse exigindo estratégias para o alcance da universalização e da qualidade do ensino, para tanto, “a temática formação de professores, fundamentada nesta legislação, começou a configurar-se como centro de preocupações e debates no cenário educacional e político brasileiro, referendado nos artigos 61 e 62 da lei em vigência.”⁸⁴

Apesar dos constantes avanços quanto a normatização da política de educação a nível nacional, o município enfrentava sérias dificuldades para materializar essas leis, haja vista que o mesmo não oferecia as condições necessárias para o fazê-la. Entre 1997 a 2000, a professora Wilma Vilar, estando a frente da Secretaria Municipal de Educação, dentro das suas, possibilidade, depositou notável empenho pela prática de formação continuada no município, chegando inclusive a sistematizar e legalizar a prática.

⁸³ *Ibid.*, p. 57

⁸⁴ *Ibid.*, p. 59

O quadro da política de educação em Melgaço apresentou um salto qualitativo durante o período que Agenor Sarraf Pacheco (2001-2002) e Elias Sarraf Pacheco (2002-2007) estiveram à frente da Secretaria Municipal de Educação. Preocupados com os altos índices de professores leigos atuantes na Educação do município, elaboraram programas como o PECPROF:

Uma das estratégias politicamente planejada nas gestões 2001-2004 e 2005 até janeiro de 2007, foi a criação e efetivação de um consistente programa de Educação Continuada de professores (PECPROF. Tal ação contribuiu para Melgaço fazer saltar de 25% para 72% o número de professores licenciados ou licenciando-se, no período de 2000 a 2006 (Sarraf-Pacheco, 2012, p. 221 apud Sarraf- ILCA 2017, p.60)

Durante esse período, foram firmados convênios com a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e com Universidade Federal do Pará (UFPA) e por mediações com a Associação dos Municípios do Arquipélago Marajoara (AMAM), houve a implantação da Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Em 2006, também foi criado os seminários de Oficinas pedagógicas (SOPs), realizados durante as férias, nesses as palestras eram ministradas por professores de renomadas instituições Universitárias. (Sarraf, 2017)

Em 2009, novamente o cenário educacional regride em termos de continuidade da política de valorização da educação por meio da formação docente. Além do fim dos cursos que foram ofertados, a nova gestão condicionando a política educacional como curral da política partidária no sistema do apadrinhamento, prática ainda muito comum nos nossos municípios, contactou uma expressiva demanda de novos professores leigos para atuar:

Já em 2013, o município comporta em seu quadro funcional na rede de ensino, 401 professores. Destes 67 são pós graduados (16,71%); 104 possuem curso de graduação (25, 93%); 70 estão cursando nível superior (17,46%); 72 cursaram apenas o Magistério (17,95%), 88 lecionam com o Ensino Médio na Modalidade Educação Geral (21,95%). Portanto, 160 professores, o que corresponde a 39,9% do total de professores lotados nas escolas municipais de Melgaço não estão incluídos em nenhum curso de formação em nível superior. (Proposta apresentada ao PARFOR/UFPA pela SEMED, 2013, p. 07 e 08 apud Sarraf, 2017, p. 62).

As questões políticas partidárias ainda se apresenta como um dos principais entraves para a execução de políticas públicas com eficácia. É comum haver negociações de votos mediante promessas de vagas de emprego, são expressões da Questão social que infelizmente condicionam uma realidade antiga, mas que ainda não vencemos, é o coronelismo do século XXI, com o seu famoso voto de cabresto.

Em 2013, a divulgação dos dados do IBGE apontou Melgaço como a pior cidade para se viver no Brasil, fato já mencionado em outra parte deste trabalho, essa classificação gerou revolta por parte da população civil, que novamente se organizou para lutar por melhorias para a população. O estopim dessas manifestações foi a exigência de uma sessão com a população civil e as autoridades competentes na Câmara Municipal, onde foi expresso as inquietações e os anseios da população, culminando com importantes estratégias de enfrentamento as mazelas sociais.

No que tange a educação, é importante lembrar que ainda em 2012, foi apresentado uma proposta acompanhada de um panorama da educação melgacense, a fim de articular novas turmas de ensino superior em parcerias com a UFPA por meio da implantação de um Núcleo do Plano nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Contextualizando a objetivação da proposta, o professor Agenor Sarraf explicitou na proposta:

Sem desconsiderar os múltiplos aspectos que contribuem para a baixa qualidade da educação básica no município de Melgaço, não se pode esquecer que o foco central desta problemática centra-se na formação inicial do professor. A carência de disciplinas pedagógicas no campo da didática, planejamento de ensino, procedimentos pedagógicos, instrumentos de avaliação, práticas de leitura e escrita interdisciplinares, valorização da história e memória local, interferem diretamente na forma como esses professores ribeirinhos leigos conduzem o processo de ensino em sua escola (Proposta apresentada ao PARFOR/UFPA, 2013, p.10 apud Sarraf, 2017, p. 64)

Aprovada a proposta,

Em 2013 a proposta foi aprovada e, em 30 de junho de 2014, iniciaram as aulas para 04 (quatro) turmas de professores pela Universidade Federal do Pará (UFPA), sendo 02 (duas) turmas de Pedagogia, uma (01) turma de Ciências Naturais e 01 (uma) turma de Matemática. Considerando que o Cadastro na Plataforma Freire é aberto para todo e qualquer professor brasileiro, o Núcleo de Melgaço foi formado por professores locais (124), Portel (67), Bagre (08) e Anajás (01). (SARRAF-ILCA, 2017, p. 64)

Por esforços do professor Agenor Sarraf, que buscou junto a coordenação da Universidade, também foi ofertada uma turma de Pedagogia pela UEPA com calendário para início em 2015, cuja formação seria apenas com professores do quadro de Melgaço. Assim, foram incluídos um total de 116 professores leigos em nos cursos ofertados.

Em 2015, também foi aprovado um Convênio com a Universidade Federal, que ofertou em 2015 para Melgaço, uma turma flexibilizada da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário Marajó- Breves, com um total de 20 vagas, dessas 16 foram preenchidas, formada por estudantes de diferentes lugares do Estado, a saber: 05 (cinco) de Melgaço, 05 (cinco) de Portel, 03 (três) de Breves, 01 (uma) de Santa Luzia do Pará, 01(uma) de Augusto Correa e 01

(uma) de Curralinho. A respectiva turma de Bacharelado em Serviço Social, foi a última turma, até então, ofertada pela UFPA.

Em 2019, a UEPA, por meio do processo seletivo especial, edital 052/2019, ofertou para o município uma turma de Educação Física, disponibilizando um total de 50 vagas. De acordo com o então secretário do Polo Melgaço de formação em terceiro grau, o processo seletivo contou com mais de 500 inscritos, ou seja, mais de 90% dos candidatos não tiveram a oportunidade de entrar no nível superior de ensino, o que justifica a necessidade de dar prosseguimento nas ofertas de turmas no município.

Em linhas gerais, hoje, o quadro da educação do município de Melgaço conta com 53 instituições de ensino fundamental (rurais e urbanas), com um total de matrículas de 7.844 nesse nível, e 371 docentes atendendo. Ao se tratar do Ensino Médio, o município conta apenas com uma Escola Estadual de ensino Médio, com 1.433 matrículas regulares, sendo atendidos por um total de 36 docentes atuantes.

Aos nos reportarmos a escala educação superior, esses dados caem abruptamente. Desde 2014 o município conta com turmas flexibilizadas, ofertadas por meio de convênios realizados entre a prefeitura municipal e as IES públicas - Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, figuram-se no município duas IES privadas, com ofertas de cursos semipresenciais e 100% online, incluindo licenciaturas, bacharelado, tecnólogo, profissionalizantes e técnicos. É digno de nota apontar que alguns dos cursos ofertados apresentam-se com turmas exacerbadas, devido a elevada procura por aqueles que estão com os preços mais baixos.

Em Melgaço a oferta de turma de nível superior público é quase inexistente. Colaborar na perspectiva dos que sonham em ingressar em uma IES deve ser uma tarefa de todos. Por justo ser, a necessidade de debater o tema diante das autoridades e da sociedade civil a fim de serem construídas estratégias de viabilização de cursos de terceiro grau para o município. Essa ação revela o compromisso com nossa juventude, haja vista que a educação é o meio mais eficaz de combater as desigualdades, de apresentar mecanismos de desenvolvimento e quebrar o ciclo da miséria nas famílias vulneráveis.

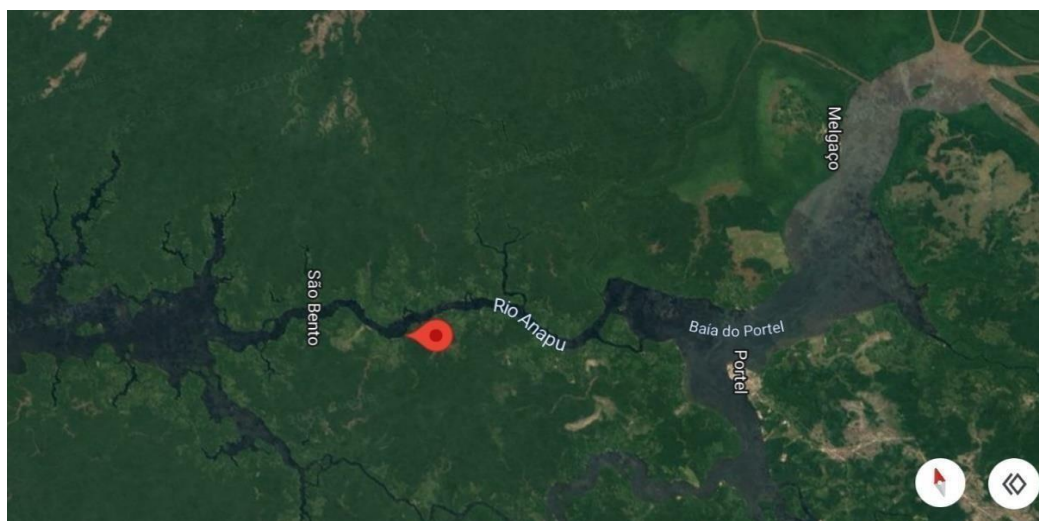
É importante ressaltar que a oferta de cursos universitários no Município de Melgaço suscita formação de recursos humanos para região com impacto social, cultural e econômico pois ao receber estudantes, ocorre fomento do comércio local com atendimento de alimentação, moradia e outros serviços utilizados pelos universitários, enquanto cursam a faculdade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES ACERCA DA PESQUISA

4.1 Lócus da pesquisa - a comunidade ribeirinha do Rio Anapú

O Rio Anapú é um dos afluentes da baía de Melgaço-Marajó/PA, está localizado a oeste do município, fazendo fronteira com o município de Portel-Marajó/PA, sendo sua margem direita pertencente ao território melgacense, e sua margem esquerda pertencente ao território portelense. Conforme figura 5.

Figura 5: Localização geográfica do rio Anapú



Fonte: Google Maps⁸⁵

Sabe-se que, anterior a chegada dos portugueses nas terras amazônicas, esta mesma já era habitada por grupos indígenas que utilizavam os meios naturais para sobreviver. No entanto, com a chegada das tropas portuguesas, o processo de povoamento da região amazônica é intensificado, impulsionado pelos ciclos do arroz, do palmito, da madeira e principalmente pelos dois grandes ciclos da borracha, que ocasionaram os fluxos migratórios para a região.

O povoamento do rio Anapú está ligado ao avanço do capitalismo e as ocupações históricas que se fizeram presentes nos rios adentro por povos de diferentes grupos étnicos em busca de melhores formas de sobrevivência. O referido rio, composto por comunidades tradicionais ribeirinhas que se localizam nas margens e adentram os furos e igarapés, fazem do território das águas e das florestas sua base econômica, social e cultural.

⁸⁵Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Rio+Anapu>

Apresentam assim, especificidades quanto aos modos de vida, pois “estabelecem relações afetivas, de aprendizagens e econômicas”⁸⁶ com a natureza, criando e recriando a cultura ribeirinha no brincar, no trabalhar, no comer, no cuidar, entre outros.

Dito isso, veremos a seguir as informações demográficas para a região segundo IBGE cidades:

Quadro 1- Panorama demográfico do rio Anapú

Total de endereços encontrados	284
Domicílios particulares	250
Estabelecimentos de ensino	14
Estabelecimentos de outras finalidades	19
Edificações em construção	5
Quantidade estimada de moradores	1403
Rendimento médio estimado de moradores nesse logradouro	R\$ 73,78

Fonte: IBGE, 2010.

É importante sinalizar que, esses dados podem estar defasados se considerar o tempo que já se passou desde sua catalogação. No entanto não foram encontradas informações recentes para estas especificidades, com exceção dos dados educacionais, que foram atualizados segundo a partir de informações cedidas pela coordenadora da educação infantil da Secretaria Municipal de Educação de Melgaço, referente ao roteiro em estudo.

As cinco edificações em construção que aparecem no censo em 2010, dizem respeito as cinco escolas padronizadas pelo programa Federal proposto pelo MEC de polarização das escolas, das quais apenas duas foram finalizadas e entregues, sendo elas: Floriano Pinto Gonçalves e Silvino Medeiros. As demais foram obras inacabadas que seguem sendo tomadas pelo mato nas comunidades: Pracupijó, Pedreira e Lago do Camuim.

No território das águas e das florestas, o rio Anapú é constituído por furos e igarapés onde estão concentrados partes consideráveis dessa população, são eles:

⁸⁶ Ver: DO CARMO, Eunápio D; DOS SANTOS, Tamiris S; COSTA, Taynara Lopes. Cultura e artes ribeirinhas marajoaras: Histórias, Resistência e Atualidade no território das águas e florestas. 2020. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.15-2020.

Quadro 2- Panorama por rio/ nº de habitantes

Rios/Furos	Quantidade de habitantes
Rio Ararapina	68
Rio Arienga	62
Rio Caxiuanã	134
Rio Croari	88
Rio Curupaú	233
Rio Jangui	38
Rio Laranjal	56
Rio Pacoval	85
Rio Pracupijó	360
Rio Lago do Camuim	238

Fonte: IBGE, 2010.

Em sua extensão territorial, a população anapuense está distribuída nas margens e nas extensões dos furos afluentes (igarapés). Os dados supracitados são dados atuais, cedidos pelos agentes Comunitários de Saúde que atuam na comunidade.

No campo educacional, a população anapuense conta com os seguintes estabelecimentos de ensino:

Quadro 3- Panorama dos estabelecimentos escolares

Estabelecimento Escolar	Localização
Fazenda Laranjal	Igarapé Laranjal
Fé em Deus	Rio Arienga
Francisco Chagas da Costa	Rio Lago do Camuim
Francisco Nunes	Croari
Florianio Pinto Gonçalves	Rio Anapú
Maria da Graças	Croari
Nossa Sra da Conceição	Rio Pracupijó
Paulo Afonso	Croari
Santa Luzia	Rio Anapú
Silvino Medeiros	Rio Anapú
São Miguel Arcanjo	Rio Anapú
São Pedro	Anapú
São Sebastião	Rio Caxiuanã
Porto Alegre	Rio Curupaú

Fonte: IBGE, 2010.

É importante apresentarmos os dados da educação básica, porque não há como dialogar sobre o ensino superior, sem antes fazer uma leitura das condições da educação em todos os seus níveis de ensino, tendo em vista que a educação básica é o caminho percorrido até o ensino superior.

Por essa razão, entende-se a educação infantil como a raiz da educação básica, sendo este o período em que a criança deve desenvolver aspectos físicos, psicológicos, sociais e culturais de forma integral e com direito a proteção de sua infância, já o ensino médio como é caracterizado como o acabamento da educação básica, e nesta o aluno já deve apresentar as condições para seguir uma vida profissional ou acadêmicas e esse processo educacional deve ocorrer de forma que as estruturas físicas, tecnológicas e humanas sejam capazes de oferecer um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, de forma a alcançar as metas estabelecidas para cada nível de ensino.

No roteiro Anapú, do total de 14 estabelecimentos escolares, apenas uma conta com a oferta de ensino médio (Escola Porto Alegre- Rio Curupaú), as demais ofertam educação infantil e fundamental. A oferta do ensino médio na área rural do município, se dá por meio do Sistema Educacional Interativo, que é uma metodologia de Ensino Médio Presencial mediado pela tecnologia.⁸⁷

Figura 6 - Escola Porto Alegre



Fonte: Arquivo Pessoal

⁸⁷ Pesquisa de campo.

A Escola Porto Alegre, está localizada na comunidade Santa Ana, as margens da baía do Curupaú, atende à demanda de alunos das mediações da escola. Recentemente passou por um importante processo de reforma estrutural, e atualmente atua com oferta dos três níveis de ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio.

Quanto ao ensino superior, não há registro de nenhuma instituição instalada na extensão do rio, no entanto, há a oferta de uma turma do curso de pedagogia de um Centro Universitário Particular, que funciona no prédio da escola Porto Alegre. Para a execução das atividades foi adotada a metodologia do ensino a distância. Essa turma conta com 30 alunos regularmente matriculados, que recebem a visita de um tutor indo uma vez ao mês para um encontro presencial.

4.2 Território e territorialidades na mediação do Rio Anapú

Como já sinalizado em outros momentos, a principal característica das populações ribeirinhas das águas e das florestas marajoaras é a sua íntima relação com a natureza, de onde subtraem apenas o necessário para a manutenção da vida

Características como essa fazem com que ainda nos dias atuais as populações ribeirinhas sejam povos estigmatizados socialmente, vistos aos olhos da ignorância social como uma população atrasada em termos de conhecimentos técnico-científicos e em relação as novas configurações da “modernidade” atual. Nesse sentido, Santos et al. (2010, p.04) afirma:

O olhar moderno por sua vez, é tratado como uma visão preconceituosa, que está atenta em pensar os fatos como uma fila histórica, saindo do estágio da selvageria para o estágio civilizado. As populações ribeirinhas são vistas como atrasadas, improdutivas ou ainda são regidos pelo “tempo lento”, ligado a dinâmica da natureza onde o tempo é caracterizado principalmente pelo fluxo dos rios da região, as cheias ou as secas. Também são vistos como a expressão do passado, ou seja, um estágio que é necessário ser superado. Essa é a visão mais preconceituosa, pois nega os conhecimentos empíricos de tais pessoas, como se a vivência nessas localidades fosse apenas um estágio evolutivo, que muitos ainda não superaram, ou seja, não evoluíram.

No entanto, a identidade das populações tradicionais revela um saber construído historicamente em consonância com as condições da natureza, podendo vivê-la e usufruí-la de forma harmônica e sustentável. Sobre essa discussão, Diegues (1993, 1997) e Diegues *et al* (2001) *apud* Canete (2005) sinalizam:

[...] essas populações tradicionais desenvolvem um modo de vida de integração com a natureza, percebendo nesta o seu *modus vivendis*, diferentemente da relação que a sociedade ocidental pós-industrial demonstra para com a biodiversidade, em virtude

da forma como se posiciona diante da natureza, pois esta é pensada enquanto um instrumento a ser dominado, privatizado e explorado pela espécie humana. Na sociedade ocidental a natureza é vista como o lócus do primitivo, bárbaro, incivilizado que deve ter na civilização a luz para a sua evolução, a saída para o seu estado de atraso. (p.12)

Essas percepções equivocadas a respeito das populações do campo, estão cunhadas a partir de uma lógica dominante, cujo discurso de integração e desenvolvimento transplantam o ideário de avanço da ordem burguesa rumo as áreas de preservação ambiental, ou mesmo aquelas que ainda são detentoras de expressivas fontes de recursos naturais e ou minerais, a fim de expropriar-se desses e da mão de obra das populações que as ocupam.

Dos modos de vida dessas populações, os comportamentos com a natureza e com as técnicas de trabalho utilizadas, cujas características são de menor impacto ambiental, está associada a *priore*, com a herança cultural daqueles que já residiam por esses espaços antes da chegada dos colonizadores. No entanto, também pode ser associada as formas de organização dada pelos portugueses desde sua chegada em solo brasileiro, cuja intenção era formar um campesinato produtivo e submisso “através da miscigenação de índios, negros e brancos, resultando em um camponês neo-amazônida, constituído por “tapuios”, “mamelucos” e “caboclos” que, conseqüentemente, também representavam uma mistura de culturas negras, índias e brancas, caracterizando-se de forma singular” ⁸⁸Sobre essa colocação, o autor continua:

É em função desta mistura cultural que, através da herança indígena, essas populações adquirem seu caráter de sustentabilidade, produzindo saberes advindos de culturas indígenas de tradição ecológica milenar, resultantes de um *modus vivendis* de integração com o meio ambiente, desenvolvendo e reproduzindo um vasto conhecimento sobre os recursos naturais. A ferramenta de controle sobre esse campesinato amazônico constituiu-se na imposição de um padrão cultural de consumo de artigos manufaturados⁸⁹, adquirindo a necessidade de poder aquisitivo, transformando-se, desta forma, em produtores tradicionais com economia familiar. (p. 11, 12)

As orientações que permeiam os modos de vida dos povos tradicionais acabam sendo em sua maioria condicionadas a forma de produção de subsistência, onde o esforço se pauta na necessidade de troca e venda do excedente para a compra de gêneros alimentícios industrializados de forma a garantir as condições de reprodução da vida.

⁸⁸ CANETE, 2005, p.12

⁸⁹ Esse processo de relação com o mercado não é exclusivo do campesinato Amazônico. A literatura sobre esse segmento da sociedade já evidencia essa condição, colocando-a como fundamental na formação do campesinato (CHAYANOV, 1974; HEBETTE 2004; COSTA, 1992).

Nessa direção, a população que forma o rio Anapú apresenta como principal atividade econômica a agricultura familiar e o extrativismo vegetal, sendo essas as atividades bases da economia da região. Dessas, a prática mais comum é a produção da farinha de mandioca que é desenvolvida por uma parte significativa da comunidade anapuense.

Figura 7 - Etapa da produção da farinha



Fonte: Imagem do google⁹⁰

Das relações sociais estabelecidas, a vida em comunidade é uma importante característica dessas populações. Dentro de suas organizações, o fazem em uma espécie de fraternidade, onde a ajuda mútua ainda é uma prática constitutiva dos costumes e crenças. Geralmente, essas organizações estão vinculadas a religiosidade, aparecendo mais expressivamente as organizações católicas e evangélicas.

Para além de questões espirituais, as organizações religiosas desempenham também papel fundamental para o processo de articulações para discussões de cunho social e político, assim sendo:

[...] a comunidade se constitui “num espaço onde se estabelecem a construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também, de manifestação da diversidade”. Portanto a comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura. (Chaves, 2001, p. 71 apud Lira; Chaves, 2016, p. 68).

⁹⁰ Disponível em: <https://br.images.search.yahoo.com/search/images;>

Acaba desempenhando um papel de agente canalizador das lutas coletiva pela melhoria das condições de vida nesses espaços. Por meio das articulações, dão visibilidade as demandas emergentes nessas localidades e direcionam essas vozes conjuntas em outros espaços. Dentro dessas particulares formas de organização em sociedade, as populações tradicionais demarcam seu território enquanto lugar de construção histórica, onde o espaço se consolida a partir das relações estabelecida com a natureza e com os outros no decorrer do tempo.

Essas relações se manifestam expressivamente no contexto da comunidade Anapuense por meio dos grupos que são representações das expressões de resistência social, que articulando cultura, arte e religiosidade constroem um campo de fortalecimento enquanto categoria. É o caso do grupo Apocalipse, formado por jovens da comunidade São Francisco (Rio Arienga) que por meio da dança, tem manifestado sua insatisfação com o modelo excludente da política de Estado.

Figura 8 - Grupo de jovens “Apocalipse” da comunidade São Francisco



Fonte: Acervo Pessoal Renilson Damião de Sousa

São jovens ribeirinhos que tem se apropriado das manifestações artísticas como forma de organização social, e sem qualquer apoio político financeiro, vem alcançando espaços que ultrapassam os limites territoriais de sua comunidade e adentrado outros ambientes permitindo trazer para o movimento, jovens de outras localidades. Iniciativas como essa são imensuravelmente relevantes para o processo de empoderamento humano, haja vista que é uma prática que envolve de forma dinâmica e inteligível a população que os prestigia.

Há também grupos de esporte, como times de futebol das comunidades, ou mesmo os times escolares que participam nos campeonatos regionais. Esses campeonatos geralmente

acontecem nos períodos de comemorações religiosas (as chamadas festividades), que são promovidas uma vez ao ano e obedecem a um calendário de forma que uma comunidade possa contribuir com a outra nas respectivas atividades.

Diante dessas apreensões que costuram a malha do cotidiano ribeirinho, podemos entender que território, segundo Saquet (2008) é uma definição que parte de uma ótica “epistemológica, ontológica e política”, no entanto sua compreensão precisa “tecer uma concepção multidimensional, reticular, relacional e histórica” de forma que apresente “um caráter operativo e político bem definido em favor da transformação e da justiça social; uma concepção que reconhece e destaca a unidade existente entre ideia e matéria na multidimensionalidade social e territorial.” (p. 83)

O entendimento de território diz respeito aos resultados das relações entre homens e mulheres no decorrer da história, utilizando-se das contribuições da autora que faz uma abordagem sobre os aspectos fundamentais para o entendimento dessas categorias:

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, 79 Por uma abordagem territorial que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (Raffestin, 1993, p.7-8 *apud* Saquet, 2008, p. 78,79).

Nesta abordagem o entendimento de território sucede a apropriação do espaço, podendo ser entendido como resultado das transformações deste. Para esclarecer ainda mais, os autores prosseguem dizendo:

O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço (este é anterior ao território, compreensão ratificada em Raffestin [2005]), das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. É o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial. (Saquet, 2008, p. 79)

A concepção de território deve levar em consideração os elementos que compõem um espaço, tanto das subjetivações materiais, quanto imateriais. A partir de tais concepções é possível ler as comunidades ribeirinhas em suas singularidades, dentro de uma totalidade sincrônica de um projeto capitalista. E nesse fio condutor, a territorialidade⁹¹ que os fazem permite uma reflexão crítica sobre as condições de vida nesses espaços. Por fim,

⁹¹ “A territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.” (*Ibidem*, p. 87)

O conceito de território, no singular ou plural, refere-se a uma concepção dinâmica, tanto do ponto de vista geográfico, como histórico, político e sócio relacional. O território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. O processo que define a trajetória do território, se reflete na trajetória dos que nele vivem. Sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. (Sposati, 2013, p. 7)

É dentro dessa natureza relacional que se constroem as identidades, que homens e mulheres se constituem no espaço e no tempo, criando e recriando formas de vivências. Dessa forma legitimam e consolidam diariamente um projeto biosustentável, atuando em muitos, como verdadeiros guardiões da natureza e da biodiversidade. Destarte, Do Carmo; Dos Santos; Costa (2019) afirma que:

O desafio, no século XXI, em que há o avanço do sistema de capitalista, é manter essa riqueza de cultura e forma de viver e produzir e dela garantir a vida de grupos sociais na Amazônia Marajoara que querem continuar sendo o que são: povos da floresta e das águas, mas com direito à vida e à preservação da natureza. (p.16)

Por todas essas importantes colocações há a necessidade de se preservar a identidade e a cultura dos povos tradicionais no Brasil, a fim de que se possa perpetuar os saberes, a cultura, a arte, a culinária, entre outras práticas que elucidam quem somos e de onde viemos.

4.3 Entre o sonho e realidade: um rio e muitas dificuldades

É importante refletirmos sobre quais rumos tomam os alunos ribeirinhos que concluem o ensino fundamental, tendo em vista que apenas uma escola oferta a educação em nível médio em toda extensão do rio, e, portanto, a geográfica espacial torna inviável que os alunos acessem ao mesmo por conta da distância e da logística. E depois, com a conclusão do ensino médio, qual direcionamento tomam aqueles que desejam entrar nas instituições de Ensino Superior?

É necessário compreender essa demanda partindo de uma reflexão singular, para alcançarmos uma leitura de totalidade. Nesse sentido, a pesquisa realizada no rio Anapú em Melgaço- Marajó/PA como já sinalizamos entrevistou 7 jovens de diferentes localidades da extensão do rio. Em vista a preservar suas identidades e integridades, não serão identificados seus nomes reais. Para sinalizá-los no texto, serão utilizados nomes de rios da região. As primeiras aproximações se deram ainda em 2022, com diálogos e observações informais, no entanto, o período de entrevista formal ocorreu nos primeiros meses de 2023, durante a visita desses que são feitas mensalmente a sede do município.

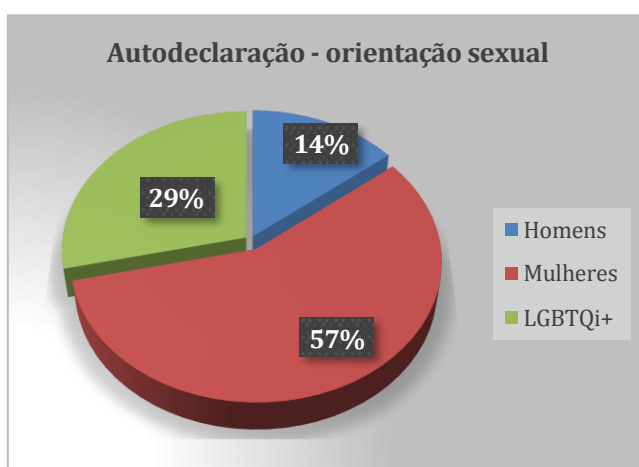
Nessa etapa, foram catalogados os seguintes resultados: Panorama socioeconômico dos entrevistados.

Quadro 4 - panorama geral dos entrevistados

Nome	Idade	Curso	Trabalho	Escolaridade		Profissão	
				Mãe	Pai	Mãe	Pai
Rio Jangui	20	Pedagogia	Professor	Primário	Primário	Agricultora	Agricultor
Rio Pracupijó	21	Técnico em Enfermagem	Agricultora	Primário	Primário	Agricultora	Agricultor
Rio Caxiuanã	21	Pedagogia	Doméstica	Graduação	Primário	Professora	Agricultor
Rio Ararapina	23	Pedagogia	Professora	Primário	Primário	Agricultora	Agricultor
Rio Arienga	22	Letras - Língua Portuguesa		Primário	Primário	Aposenta da rural	Aposentado rural
Rio Curupaú	23		Agricultor	Primário	Primário	Agricultora	Serrador
Rio Pacoval	20	Técnico em Enfermagem	Agricultor	Pós-graduação	Primário	ACS	Agricultor

Fonte: Pesquisa de campo.

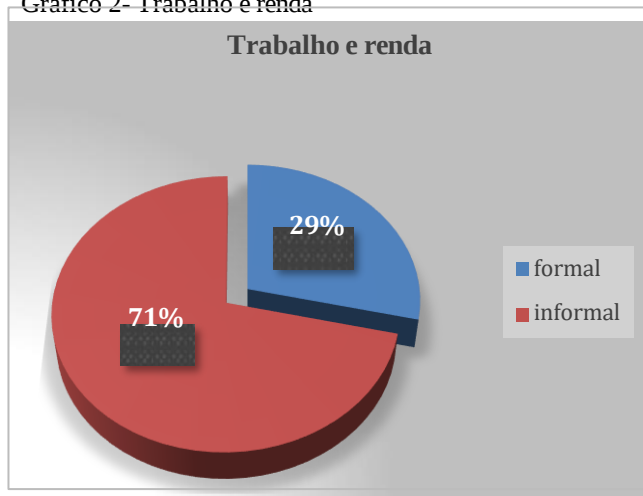
Gráfico 1 - Orientação sexual



Dos 7 entrevistados, 4 se declararam do mulheres, 2 se declaram da população LGBTQi+ e 1 se declarou homem.

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 2- Trabalho e renda



Sobre dados relativos a trabalho e renda, 2 apresentam vínculo empregatício formal em regime de contrato temporário com a prefeitura do município e 5 trabalham na agricultura familiar, na pesca e no manejo do açaí

Fonte: Pesquisa de campo.

Todos declararam viver com até 2 salários mínimos. Destes, 5 são beneficiários do programa de transferência de renda Bolsa Família, que é complementado com outros valores que advém **atividades** como o manejo do açaí e a agricultura familiar.

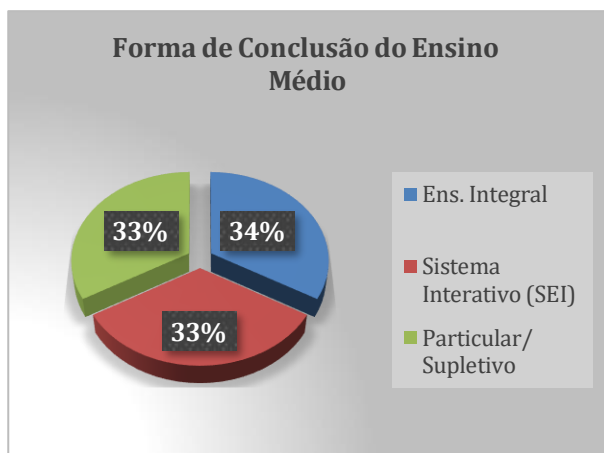
É importante destacar que nos diálogos com os entrevistados, a colocação da necessidade de concluir o ensino médio para a articulação com “padrinagem política” pra conseguir uma vaga de emprego aparece com frequência. É comum nessas regiões as negociações políticas partidárias estarem em torno da troca de favores, “os votos da família, por uma vaga de emprego”.

Quando perguntados sobre cor, todos se autodeclararam pardos.

Dos 7 entrevistados, 6 declararam residem em casas com mais de 4 pessoas. Em regiões ribeirinhas do Marajó é comum a prática de lares multigeracionais que são composições de lares com mais de uma geração da família residindo o mesmo ambiente. Do total de entrevistados, 2 moram em área de preservação ambiental, na floresta nacional de Caxiuanã,

Sobre a forma de conclusão do ensino médio, temos o seguinte panorama:

Gráfico 3- Formas de conclusão do ensino médio



Sobre as formas de conclusão do ensino médio, 3 declararam ter migrado para a cidade e concluído o ensino médio integral, 3 optaram por cursar o ensino em instituição particular, onde concluíram o nível de ensino num período de 1 ano e 6 meses, e uma declarou ter cursado o ensino médio na escola da comunidade por meio de um projeto de ensino médio interativo ofertado pelo governo.

Para este grupo de pesquisados, os sonhos não acabam com o ensino fundamental, tampouco com o ensino médio, e motivados por diversas questões, decidem rasgar o véu da comodidade e criar suas oportunidades dentro desse sistema excludente. Há casos de jovens que saíram de suas casas para morar na cidade na condição de doméstica em casas de família, tendo como único retorno a oportunidade de estudar. Como é o caso do entrevistado 01- Rio Jangui, de 20 anos, morador da comunidade do Lago do Camuim que diz:

Eu tive que me mudar pra cidade, moro no interior, na área rural e por não conter o ensino médio e eu querer um futuro melhor, eu tive que deixar minha família no interior né e tive que ir pra cidade em busca de sonhos melhores (...) a dificuldade se tornou grande pra mim... eu tive que morar com os outros, sabe né como é difícil morar com os outros, e não tinha trabalho, e as coisas começaram a ficar muito difíceis pra mim (pausa) depois eu comecei a fazer faxina pros outros e também comecei a ajudar em decorações de eventos” (Rio Jangui, entrevistado, 2023).

No tom dessa fala, é possível perceber o entrevistado respirar profundamente como se ainda sentisse vivas aquelas mesmas dificuldades vividas durante o período que ficara dependente de um lar de outrem para conseguir realizar seu sonho. Na mesma direção também foi possível perceber na fala da entrevistada 05- Rio Arienga, de 22 anos, moradora da comunidade do igarapé Fazenda Laranjal que externa:

Eu vim morar pra Melgaço com a minha irmã mais velha, que casou e veio com a marido pra cidade... mas mesmo antes disso... nós de dentro do Laranjal sofremos muito, porque teve uma época que por causa de política fecharam a escola do Laranjal, aí os alunos do Laranjal tinham que ir num casco grande com a professora Benedita, que é de lá de dentro do laranjal... ela levava nós lá pra escola da Pedreira, que fica lá fora na baía, levava de casco que tinha um motor rabudo (risos), isso no período do ensino fundamental... as vezes a gente saía 6:00 horas da manhã pra chegar lá com tempo, no período do inverno, cansamos de pegar chuva no igarapé, e tinha vezes que a boca do igarapé estava fechado de barranco e haja a gente fazer força com uma vara pra sair de lá, quando a gente chegava pedreira, todo mundo fedendo de suor de tanto fazer força. (Rio Arienga, entrevistada, 2023)

A entrevistada se emociona, depois de se acalmar, continua:

Não foi fácil não, mas eu consegui terminar o fundamental, depois disso fiquei parada 2 anos, aí de tanto a professora me elogiar, o papai com a mamãe conversou com a minha irmã pra eu vim pra cidade terminar meus estudos. Eu vim e comecei a trabalhar de doméstica na casa dos outros, foi um momento bem difícil também, porque trabalhar e estudar não é pra qualquer um, muitas vezes senti vontade de desistir, mas aí eu lembrava dos meus pais, e assim eu seguia em frente, e em 2022 eu concluí o ensino médio. (Entrevistada 05, 2023)

Há também o relato da entrevistada 02- Rio Pracupijó, 21 anos, moradora da comunidade Santa Cruz, rio Anapú, que fez a tentativa migrar para a cidade para morar com parentes, mas foi freada pela COVID 19, levando-a a desistir e retornar para sua terra natal.

“Eu saí do interior e fui morar em Breves com a minha tia, lá eu estudei entre trancos e barrancos, porque eu tinha que dá conta de tudo e ainda estudar... lá eu fiz até o segundo ano do ensino médio, aí chegou a pandemia e eu tive muita dificuldade, foi quando eu voltei pro interior, aí conheci o meu marido... naquela época foi bem difícil, porque quem incentivou nós a estudar foi a mãe dele, eles tem um barco e ela falava: -vamos dá um jeito de ajudar vocês a estudar, vão fazer o ensino médio particular. Aí nós trabalhávamos na roça e íamos pra Portel a cada 15 dias, e assim nós terminamos o ensino médio pelo supletivo” (Rio Pracupijó, Entrevistada, 2023)

Nesse enlace, outros jovens de localidades próximas que também cursavam essa modalidade de ensino na cidade de Portel, decidiram organizar-se para realizar as viagens em uma única embarcação, dividindo entre si os custos com o combustível. Assim, os pais de um dos entrevistados, doavam a embarcavam para os jovens, que saíam muitas vezes nas madrugadas para chegar a tempo das aulas no polo na sede do município. Essa foi a rotina desses jovens durante um período de um ano e meio. Foi com essas estratégias que 9 jovens das localidades rurais próximas a Vila Santa Cruz conseguiram concluir o ensino médio. Sobre essas experiências o entrevistado 06- Rio Curupaú de 23 anos, morador da Comunidade Nossa Sr.^a da Conceição do rio Curupaú relata:

“Era muito difícil, as vezes eu ia trabalhar com o papai e saía de lá uma hora antes do horário do barco passar, eu vinha no remo⁹², as vezes quando estávamos sem gasolina, já chegava “quebrado” em casa, sem nenhuma vontade de nada... as vezes eu nem comia porque não dava tempo, quando tinha comida pronta eu levava pra comer no barco, quando não, eu ia comer só quando chegasse em Portel” (Entrevistado, 2023)

⁹² O remo é um instrumento utilizado pelos ribeiros para movimentar as canoas sobre as águas.

A realidade ribeirinha se escreve numa linha tênue entre abundância de recursos naturais, e escassez de políticas públicas. Essa ausência de incentivos públicos faz com que uma parcela significativa se recusa a tentar o ensino superior porque não veem oportunidade, ou porque as mínimas oportunidades são muitas vezes sacrificantes. É por essa razão que se soma a alta demanda reprimida de jovens ribeirinhos apenas com o ensino fundamental.

Em meio a esse cenário, existem aqueles que optaram por aguardar iniciativas do governo para possíveis ofertas de turmas, o que aconteceu em 2019 a implantação do projeto MUNDI- A nas localidades rurais, na escola, formou-se uma turma com 40 alunos. Fruto desse projeto, está a entrevistada 04- Rio Ararapina, de 23 anos, residente da comunidade Ararapina, sendo ela uma das poucas alunas que conseguiram finalizar esta etapa. Sobre essa oportunidade, relata o seguinte:

Quando soubemos que ia ter essa turma, nós ficamos muito felizes, eu fiquei, porque eu conclui o fundamental com 16 anos, mas aí eu fiquei parada 1 ano, porque não tinha ensino médio, aí veio, e todo mundo se animou, mas é sempre ruim porque é muito cansativo, a gente estudando e trabalhando suga todo nosso gás, mas a gente quer vencer né, então mesmo cansada, eu ia estudar... eu até me esforçava pra não faltar, mas teve dias que eu não dei conta de ir. (Rio Ararapina, Entrevistada, 2023)

A juventude brasileira é trabalhadora, isso impacta diretamente no rendimento escolar dos alunos, pois conforme afirma Tomé et al (2016) “Mesmo com outros fatores de influência, a dupla jornada escola-trabalho pode ser desgastante para os jovens, fazendo com que o seu rendimento decline, ocorrendo, assim, repetências escolares, que podem acarretar desmotivação e evasão escolar”. (p. 107).

A tarefa de conciliar exigências laborais e a rotina de estudar pode se mostrar extremamente cansativa, isso porque é afetado as dimensões físicas e psicológicas do discente, levando-o a apresentar condições receptivas de aprendizagem bem mais fragilizadas do que quem tem a oportunidade de apenas estudar.

Entre uma dificuldade e outra, todos os entrevistados conseguiram finalizar o ensino médio, quer tenha sido por vias públicas, quer tenha sido por caminhos privados. Para eles, o ensino médio não é suficiente, por isso resolveram seguir tentando ocupar seus lugares dentro das IES.

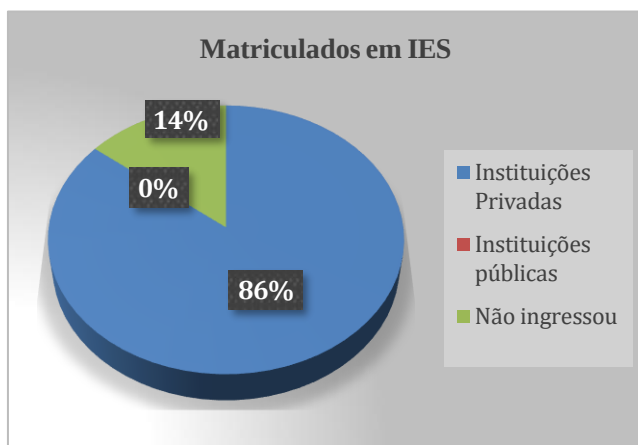
Sobre as perguntas especificadas sobre o ingresso e a permanência nas instituições de ensino superior, foram catalogados os seguintes resultados: Panorama de dados sobre o ensino superior:

Gráfico 4- Prestação de vestibular



Do total, apenas dois alunos declararam já ter prestado o ENEM uma vez ou mais, 5 dos entrevistados nunca fizeram o Enem.

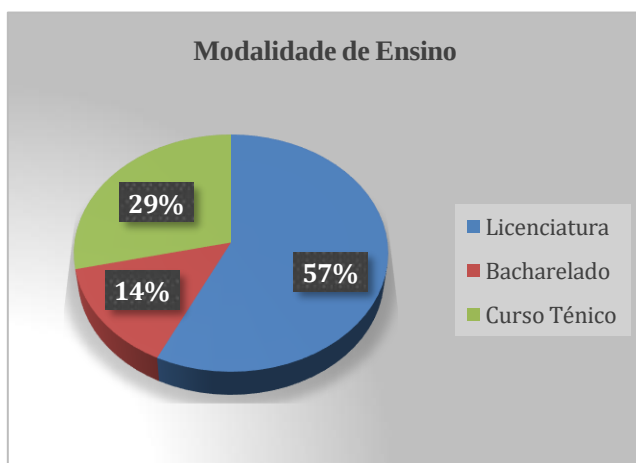
Gráfico 5- Ingresso em IES



Quando questionados sobre qual forma de ensino estão cursando, responderam estar cursando EaD em modalidade semipresencial em instituição privada, 1 não está matriculado em nenhum curso de ensino de terceiro grau.

Fonte: Pesquisa de campo.

Gráfico 6- Modalidade de ensino



Do total, 3 estão cursando licenciatura, duas delas com bolsa integral pelo PROUNI, e dois estão cursando ensino técnico, um está cursando bacharelado e um dos alunos revelou não estar cursando por questões financeiras.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados revelam que do total, apenas dois prestaram o ENEM uma vez ou mais, o restante optara por matricular-se em instituições particulares, por ser “mais fácil” dentro do que eles denominam de “capacidades”. O entrevistado 01- Rio Jangui, comenta:

“Eu nunca tentei fazer o ENEM porque na realidade eu nem sei como se inscreve no ENEM, aí eu me matriculei logo lá em Portel e comecei a estudar pra não perder tempo, porque pra ser sincero eu acho que pra passar no ENEM, tem que ser muito inteligente, e com as condições de ensino que a gente tem na escola no interior, fica meio difícil concorrer com esse monte de jovem aí que estuda nas melhores escolas” (Rio Jangui, Entrevistado, 2023)

Na fala dos entrevistados que não tentaram o ENEM, percebe-se um autojulgamento de incapacidade, sob a alegação de que não teriam preparo suficiente para fazer uma prova dessa complexidade.

Já nas colocações das duas entrevistadas que conseguiram bolsa integral pelo PROUNI a partir das notas do ENEM (alunas que fizeram o ensino médio integral na sede do município) foi possível perceber que essa desconstrução se deu muito a partir de diálogos com os professores e com estratégias tomadas pela própria coordenação da escola para preparar os alunos para esse momento, conforme aparece na fala da entrevistada 05- Rio Arienga:

Eu me julgava muito incapaz, até porque as condições em que eu estudei não me favoreceram os melhores aprendizados... não que os nossos professores não fossem bons, mas porque quem mora no interior estuda bem menos do que quem mora na cidade... quando eu vim fazer o ensino médio na cidade, eu tive muita dificuldade pra acompanhar o ritmo daqui muita dificuldade mesmo. No terceiro ano já, a coordenação da escola organizou uma espécie de aulão pro ENEM, onde os professores trabalhavam focalizando as questões que já haviam caído no ENEM... isso me ajudou muito, e mesmo que eu não tenha conseguido entrar numa Universidade Pública, a minha nota foi suficiente pra eu conseguir bolsa integral. (Rio Arienga, Entrevistada, 2023)

Dentro da realidade de cada entrevistado, suas trajetórias deixam transparecer que para o aluno ribeirinho alcançar a ascensão social e cultural por meio da educação, é necessária uma luta árdua que faz frente as necessidades de deslocar-se para outras localidades que ofertem níveis mais avançados de estudos, com sacrifícios pessoais e algumas vezes também familiares. A entrevistada 03- Rio Caxiuanã, de 21 anos, também moradora da comunidade fazenda Laranjal afirma:

“Até hoje eu sinto falta de casa, as vezes sinto vontade de voltar, porque tem dias que (pausa), tem dias que a gente pensa que não vai dá conta, eu consegui entrar pelo ProUni, é verdade que a bolsa é integral, mas o gasto de ter que ficar indo pra outro município é alto, porque passei, mas a minha turma é do polo de Breves, e como é semi-presencial, as vezes eu tenho que ir lá. Quem me ajuda é a mamãe com o papai, que estão lá no interior trabalhando pra me ajudar... e todas as vezes é neles que eu penso, no sacrifício que eles passam todos os dias pra conseguir me manter aqui” (Rio Caxiuanã, Entrevistada, 2023)

Apesar de o ProUni ter sido um programa alvo de intensas críticas sociológica, por conta de seu caráter eminentemente favorecedor da lógica capitalista, não há que se negar que sua criação minimizou a privação dos candidatos com baixo poder aquisitivo nas IES, democratizando, ainda que dentro dos moldes capitalistas, o acesso à educação.

Sobre as intensões de escolha do ambiente para residir após o término do curso, os dois alunos que estão cursando o ensino técnico, relataram que por conta do estágio, estão passando uma temporada em Portel, mas que os planos é retornar para casa (comunidade Santa Cruz), e articular vagas para trabalhar na própria área rural, haja vista que tem um Posto de Saúde da Família numa localidade não muito distante de sua casa.

A entrevistada 04- Rio Ararapina, ao relatar sua rotina para ter que ir estudar, comenta:

“É cansativo, e é perigoso, porque as vezes a gente vai em embarcação pequena, pegando sol me chuva, já chegamos a ir pro fundo⁹³ na baía de Portel, por que tinha muita maresia. E sem dizer que as vezes a gente sai daqui sem nenhum tostão, porque mesmo que eu trabalhe pela prefeitura, os gastos em casa são altos, porque somos muitos. Aí as vezes eu tenho que ir de madrugada pra conseguir voltar no mesmo dia, porque a gente não tem condição né, não tem condição de pagar hotel pra dormir.” (Rio Ararapina, Entrevistada 2023).

As condições do tempo na Amazônia são imprevisíveis. As condições climáticas e a forma como o homem tem tratado a natureza tem tornado cada vez mais difícil definir o inverno e o verão na Amazônia. Essa fatalidade que aconteceu com a entrevistada, não é um fato isolado, outros casos de acidentes por motivos naturais já foram presenciados na extensão do rio.

Sobre os dois alunos que estão cursando o ensino técnico, Gleice e Rubens relataram que por conta do estágio, estão passando uma temporada em Portel, mas que os planos é retornar para casa (comunidade Santa Cruz), e articular vagas para trabalhar na própria área rural, haja vista que tem um Posto de Saúde da Família numa localidade não muito distante de sua casa.

A universidade representa para uma expressiva parte da juventude brasileira a possibilidade de mudança. É, se não o caminho mais fácil, mas o mais eficaz capaz de transformar realidades. Essa é a razão pela qual jovens com baixo poder aquisitivo aspiram tanto o ingresso na academia, enxergam nesse horizonte uma forma de romper o ciclo de pobreza de sua família, bem como de tornar essa, a possibilidade de elevação do nível cultural, haja vista que na maioria dos casos, os pais desses não tiveram as chances de seguir o caminho da educação institucionalizada.

⁹³ Colóquio utilizado para dizer que naufragaram.

4.4. Identificação e sistematização das principais dificuldades para acesso e permanência nas instituições de ensino superior

Algumas dificuldades foram citadas de forma frequente pelos entrevistados, dentre elas, as que mais apareceram foram:

- a) Necessidade de migrar para um outro local;
- b) Dificuldade financeira para se manter no local de oferta do curso;
- c) A desinformação sobre os processos do ENEM;
- d) Dificuldade logística para acessar a instituição de ensino;
- e) Dificuldade tecnológica para acompanhar as atividades online.

Algumas dificuldades foram citadas de forma frequente pelos entrevistados. A principal delas foi a necessidade de sair de suas casas para ter que estudar. Como já mencionado em outras partes desse estudo, essa é uma realidade presente na maioria dos municípios marajoaras. Sobre essa questão Ferreira (2019, p.26).

Quando se fala da migração de jovens do campo para a cidade, se pensa imediatamente na falta de oportunidades de emprego no meio rural. Na verdade essa é uma realidade, porém não é a única. A busca do jovem por um ensino de qualidade também é um fator que leva a migração do campo para a cidade.

A prática do êxodo rural está ligada a diversos fatores: as condições precárias de vida no campo, a estigmatização da população como povo atrasado e sem perspectivas, as dificuldades de acesso a políticas públicas, as dificuldades tecnológicas de comunicação, entre tantas outras.

Sobre as limitações financeiras, todos revelaram ter dificuldades para arcar com os custos dos estudos: apostilhas, livros, alimentação, entre outros. Isso acontece porque as condicionalidades dos programas de permanência nas universidades não preveem as condições espaciais (Urbano/Rural) para a concessão do auxílio aos alunos.

Um outro ponto que foi percebido, foi a desinformação a respeito das etapas do ENEM. 80% dos entrevistados disseram não saber como fazer as inscrições para realizar as provas do exame, bem como desconhecem as formas de ingresso as IES propostos pelo exame. Essa é uma realidade que nos leva a crer que uma parte expressiva da população juvenil ribeirinha desconhece os caminhos para chegar ao Ensino Superior Público. Essa informação apresenta a necessidade imediata de propor um projeto interventivo que informe e esclareça as dúvidas dessa demanda, para que logo mais jovens ribeirinhos adentrem esses espaços e ocupem suas vagas nas universidades públicas.

A dificuldade para acessar as instituições de ensino, permeiam todo o trajeto, isso varia das condições climáticas da natureza (sol, chuva, ventos, maresias, entre outros) as condições de logística, haja vista que as embarcações utilizadas não oferecem nenhum tipo de segurança. Os transportes mais utilizados são o barco de pequeno porte, que geralmente realiza viagens com superlotação de pessoas e cargas, onde quase sempre os viajantes são obrigados a permanecerem por horas na mesma posição por conta da limitação do espaço na embarcação, e as rabetas⁹⁴ que também causa desconforto por conta das trepidações e exposição do viajante ao sol/chuva.

As fragilidades tecnológicas dizem respeito a qualidade da internet utilizada para realizar as atividades digitais. A internet que se dispõem geralmente é de ruim ou péssima qualidade. No Brasil e no mundo, a desigualdade do acesso as novas tecnologias de informação é algo gritante. Essa desigualdade se apresenta de forma muito mais explícita quando nos reportamos ao campo que apesar de ter apresentado aumento nas porcentagens de acesso passando de 57,8% para 74,4%, ainda se apresenta com pouca qualidade.

A sistematização dessas dificuldades nos leva a pensar como o poder público poderia agir para minimizar essas dificuldades e cumprir com o que dispõe a lei no que tange a garantia do acesso da população a todos os níveis de ensino no país.

Pensando no Serviço Social como profissão interventiva, discorre-se a seguir sobre a sua importância no processo de luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais.

4.5 O papel do serviço social na luta coletiva pelo direito a educação

Pensar a relação do Serviço Social com a educação tem sido uma tarefa que tem ocupado parte significativa dos/as assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com diferentes inserções no campo das políticas sociais e, sobretudo, aqueles que cotidianamente constroem esta relação em função de uma atividade laborativa inserida nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação, ou que requer uma articulação com os mesmos. Cada um desses investimentos pauta o recente processo de aproximação do Serviço Social à temática da educação nos diferentes espaços de debate, construídos em todas as regiões do país, sobretudo aqueles que se desdobram das iniciativas coordenadas pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social.

⁹⁴ Rabetas são canoas adaptadas com motores de propulsão que é conduzido manualmente pelos ribeirinhos para facilitar rápidas.

A gênese do Serviço Social no Brasil enquanto profissão sócio técnica inserida no mercado de trabalho, está em suas protoformas, vinculada as doutrinas sociais da igreja, cuja orientação estava em torno da formação do laicato feminino, de forma que esse transplantasse “segundo parâmetros técnicos e modernizadores” ações sociais católicas de cunho filantrópico e/ou caritativos junto as classes pauperizadas que sofriam os impactos do avanço da era industrial em exponencial desigualdade.

Daí, o Estado e o empresariado veem na função social desta, uma importante oportunidade de fazer da profissão um agente mediador dos conflitos sociais (burguesia/proletariado). A partir de então, a profissão se reconfigura e passa a atender aos interesses dominantes atuando no processo das relações de produção e reprodução social no intuito de garantir a continuidade da estrutura social capitalista.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas. (Carvalho; Iamamoto 1993, p. 77)

Nesse contexto de expansão da sociedade capitalista, a burguesia dominante afirma sua hegemonia “sob novas formas da “questão social”, reconfigurando o cenário brasileiro numa dinâmica de exploração e expropriação da vida humana. Assim, o Serviço Social se consolida como profissão atuante integrada a escala pública e privada, “dedicadas as atividades produtivas propriamente ditas e a prestação de serviços sociais a população”⁹⁵

A partir da década de 60, houveram significativas mudanças no cenário mundial e nacional. No Brasil, o golpe militar de 64 que impôs um regime ditatorial e antidemocrático intensificou os conflitos sociais entre as classes. Esse contexto de agravamento das condições de existência da classe operaria, começou a despertar uma crítica quanto ao papel do profissional do Serviço Social dentro da ordem burguesa.

Esse processo de revisão da profissão é uma exigência da realidade, uma vez que, para atender as demandas, torna-se indispensável a adoção de padrões e técnicas *modernas* que se contraponham aquilo que poderia oferecer o chamado “Serviço Social Tradicional”. Essa modernização se caracterizava pela preocupação com aperfeiçoamento do instrumental técnico, de metodologias de ação, da busca de padrões de eficiência, sofisticação dos modelos de análise e diagnóstico, etc. [...] Assim, é uma atualização que o meio profissional enfrenta, a reboque das transformações que se processam dentro da economia do aparelho do Estado.
⁹⁶(Carvalho, Iamamoto, 1993, p. 371)

⁹⁵ CARVALHO; IAMAMOTO 1993, p. 79

⁹⁶ *Ibidem*, p.371.

O processo de reconceituação do Serviço Social, levou a inúmeros debates que “firmava-se numa perspectiva de que questiona a própria legitimidade da demanda e dos compromissos políticos subjacentes ao exercício da prática profissional”. Assim, no desenvolver desses debates, o Serviço Social assume seu papel contra hegemônico no sentido de se colocar de forma crítica a favor de uma classe (proletariado). Nesse sentido, o professor José Paulo Neto explica:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das condições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições [...] procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (Netto, 2005, p. 131).

Assim, o movimento de reconceituação simbolizou a ruptura com as velhas práticas assistencialistas tradicionais, dando a ele uma nova configuração enquanto profissão, com reformulações críticas a respeito de seus “fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (Iamamoto, 2010, p.205).

Nesse processo contínuo de amadurecimento como profissão crítica-propositiva que o Serviço Social vai consolidar-se como profissão questionadora do Ethos social, em favor da emancipação da classe trabalhadora, visando o alcance de um novo projeto societário, direcionada pela Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8662/93), pelo Código de ética profissional e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social apontam como perfil do profissional

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1999)

Com um projeto político focado na garantia e ampliação de direitos, o profissional do Serviço Social é capacitado para atuar em qualquer área dentro do mercado de trabalho exercendo as seguintes competências técnico operativas.

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para a viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social. (ABEPSS, 1999)

O Serviço Social pode, a partir das dimensões teórica-metodológica e ético-política, propor intervenções nos campos de atuação das políticas sociais, tanto em escala pública, quanto em privada.

Partindo dessa colocação, podemos citar a partir da lei n. 13.935 de 11 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a prestação de serviço de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica para compor a equipe multiprofissional com o intuito de desenvolver ações que melhorem a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

No entanto, há que se considerar que a política educacional, bem como as demais políticas sociais, é uma investida do sistema capitalista para manipular a sociedade, assim, sendo a educação uma política social ofertada pelo aparelho Estatal, vai a todo custo ser moldada dentro dos limites que sustentem a manutenção da estrutura social. Conforme nos explica István Meszáros, (2005):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa a gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. A própria história teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequentemente e grosseiramente falsificada para esse propósito. (p. 35-36)

O estudo da arte em Meszáros apresenta o caráter funcional dentro do sistema, onde é tida como um instrumento cultural de manipulação social que se reformula de acordo com os interesses da classe dominante. A educação não é concebida pelo capital, sob uma perspectiva de formação de homens livres e emancipados, mas sob a égide de formação de mão de obra que seja capaz de atender as condições mínimas exigidas pelo mercado.

Essa intenção é obscurecida por meio do fetiche do trabalho que envolve milhões de pessoas num pensamento mínimo de formação profissional para a atuação no mercado de trabalho. Com esse pensamento introjetado no seio da sociedade, não se torna tarefa difícil pro Estado criar e implantar estratégias para fixar um modelo de educação que a faça fugir do seu real significado que é a emancipação humana.

[...] serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas como o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com a regra geral preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a própria regra geral.⁹⁷

Assim, podemos entender que o capitalismo fecha as fronteiras para uma proposta de educação contra hegemônica, que ofereça riscos para sua continuidade. O autor segue dizendo que “seria realmente um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem-estabelecida classe dominante.”⁹⁸

E exatamente por saber da capacidade da educação enquanto arma de ataque, que o capital esfacela os resquícios do que poderia ser entendido como política educacional, o faz no momento que coloca-a como mercadoria, dando espaço para o mercado fazer dela um grande campo lucrativos, sem altas cobranças de resultados qualitativos, o faz também nas formas de precarização do ensino, quer seja no campo estrutural, de ofertar espaços dignos para o processo de ensino-aprendizagem, quer seja pelos cortes realizados em todos os níveis de ensino, principalmente no orçamento destinado as instituições científica e formação em nível superior, escancarando seu total despreço pela pesquisa e pela produção de conhecimento científico.

⁹⁷ MESZÁROS, 2005, p.25, 26.

⁹⁸ *Ibidem*, p.26

No entanto, não podemos diminuir a importância dos movimentos sociais na luta pelo direito a educação, porque ainda que essa assuma uma direção mantenedora na ordem social, foram as mobilizações sociais que possibilitaram com que ela passasse a ser concebida como direito universal, porque todo direito cedido pelo sistema ao trabalhador, é resultado de pressão popular.

A relação dos movimentos sociais com o processo de busca pela implantação de uma proposta de educação de qualidade e para todos se faz no decorrer da história por meio das ações organizadas ou não que expunha o Estado e que ameaça o funcionamento da ordem. Vale ressaltar que os movimentos sociais são aqueles que vão desde os movimentos de bairro aos mais altos níveis de organização, a exemplo MST, que tem tido importante participação na luta pela garantia e ampliação da política educação do campo.

Mediante o esforço popular histórico que atravessou gerações, a educação é concebida pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 205. como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”⁹⁹

4.5.1 A atuação do assistente social na política educacional

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século.

⁹⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônica no Serviço Social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes na Política de Educação em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (Iamamoto, 2002, pág. 16).

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional.

A formação em Serviço Social, em suas dimensões Teórica-metodológica, Técnico-operativa e Ético-política, possibilita capacidades de leituras contextuais e proposição de estratégias de enfrentamento que podem auferir na realidade resultados satisfatórios. Vivemos num sistema onde a realidade é reflexo das relações sociais de poder, e os resultados se expressam nas desigualdades resultantes dessas mesmas relações. Assim, podemos dizer que as demandas assistidas pela política educacional é o próprio resultado desse sistema classista. Nesse sentido, Martins (2007, p. 21), citando as contribuições de Gramsci, explica que:

O processo educativo, de acordo com o pensamento de Gramsci, envolve diversos espaços: o próprio sujeito, a família, as organizações de cultura, a política, e dentre eles a escola. Esses processos envolvem os diferentes meios e instrumentos como: convivência social, o trabalho – entendido como atividade teórico-prática –, a práxis política, o estudo, a filosofia, o conhecimento científico, o conhecimento das línguas e das artes.

Portanto, se o processo educacional envolve todas as dimensões da vida humana, é necessário que os sujeitos inseridos na política institucional sejam acompanhados por uma equipe multiprofissional. Porque na esfera do processo educativo, a instituição escolar desempenha um papel fundamental, porque é a orientadora do processo de aquisição do conhecimento socialmente produzidos, assumindo assim a responsabilidade de “inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (Gramsci, 1991, p.121 *apud* Martins, 2007, P. 21). Assim:

[...] não podemos aceitar o todo-poderosismo ingênuo da educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente, ser feito com e através também da educação (Freire, 2001, p. 102 *apud* Martins, 2007, P. 21).

Partindo dessa colocação, podemos entender que mesmo que a educação seja um espaço contraditório no processo das relações sociais, há possibilidades de alcançar uma educação para além do capital, pois “apesar de refletir a ideologia dominante, a escola e a educação, em geral, constituem-se por excelência em veículo de disseminação de conhecimentos e ideologias”¹⁰⁰. Nessa linha de pensamento, a educação aparece como posição estratégica para a execução das orientações que regulamentam a profissão, pois, partindo do princípio da emancipação humana, esses espaços representam:

[...] liberdade concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (Netto, 1999, p. 105 *apud* Martins, 2007, p. 57).

Destarte, o profissional deve, partindo das orientações fundamentais para o exercício da profissão, ter sempre em mente que a atuação está a favor da defesa intransigente do exercício de cidadania dos sujeitos sociais.

Nos espaços de atuação, em que se fala a educação, as articulações de saberes e competências da equipe multiprofissional torna-se fundamentais para a criação de ações e projetos que envolvam a comunidade escolar num processo de participação política, fazendo-o de forma conjunta com outras políticas sociais. Essa necessidade de articulação, conhecida também como trabalho intersetorial, possibilita a assistência completa das condições de vida do aluno, permitindo uma visão ampla das mazelas sociais que afetam a vida dos estudantes.

¹⁰⁰ MARTINS, 2007, p.70

Dessa forma, algumas possibilidades de estratégias em Serviço Social na política educacional pode ser o trabalho de formulação, gerenciamento e execução de ações, projetos e programas de acompanhamento com os alunos que estão em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, com uma proposta de gestão integrada e flexível.

Sabemos que, os educandos precisam chegar ao ensino médio com preparo suficiente para optar por qual caminho tomar. Assim, é preciso que a educação básica ofereça subsídios suficientes para que esses alunos apresentem suporte teórico suficiente para tomar uma escolha de forma confiante. Para quem deseja entrar numa IES, o preparo desde a educação infantil deve lhe dar condições de disputar pela sua vaga nas instituições.

Assim o Assistente Social pode intervir em todas as etapas da educação básica, contribuindo com a viabilidade de uma educação eficaz, que garanta a essas discentes as capacidades necessárias para prestar um processo seletivo com outros alunos, inclusive, com aqueles preparados pelas instituições privadas.

A partir do que propõe os regulamentos que tratam sobre a educação infantil fica claro que para esta etapa da educação básica:

[...] a existência de um espaço socioocupacional para o Serviço Social visando implementar ações não exclusivamente educativas e nem prioritariamente assistenciais, mas socio- educativas. O assistente social poderá viabilizar a articulação da política de assistência social, da saúde e da educação visando garantir o atendimento nos aspectos físico, social, intelectual e emocional das crianças de zero a seis anos de idade e suas famílias, principalmente aquelas vulnerabilizadas pela pobreza.¹⁰¹

Deve haver o cuidado para formulação de intervenções capazes de contemplar esses aspectos de forma integrada, considerando que, os rendimentos na escola refletem as condições de vida da criança. Também há de se contar que a formação da demanda é plural, exigindo o esforço de organizar uma proposta pedagógica que abarque todas os segmentos étnicos e sociais que compõem a escola.

Em relação ao ensino fundamental, que se constitui como etapa obrigatória da educação básica, e que tem como objetivo a formação do cidadão mediante:

- I o desenvolvimento da capacidade de aprender tendo como meio básico o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo;
- II a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (LDB/96, artigo 32)

¹⁰¹ *Ibidem*, p.70

O agir profissional deve atender a Lei de diretrizes e Bases da Educação que propõe como como princípios norteadora da ação pedagógica: “a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade, o respeito ao bem comum, os direitos e deveres de cidadania, os exercícios da criticidade” e como princípios estéticos: a sensibilidade, a criatividade e a diversidade de manifestações artísticas e culturais.¹⁰²

Esse fazer profissional deve ser relacionado as áreas específicas de conhecimento (língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história, língua estrangeira, educação artística, educação física e educação religiosa e deve contemplar os temas transversais, a saber: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho/consumo, temáticas atuais de abrangência mundial. Ademais:

[...] sob a ótica do Serviço Social, depara-se com grandes possibilidades: a socialização dos alunos, a integração escola-sociedade, o reconhecimento por parte da escola da cultura local, regional, o respeito à diversidade que leva a procedimentos diferentes no processo ensino-aprendizagem. Provavelmente, este referencial ético-político, mobilizará atitudes de intervenção na realidade social, alterando significativamente as relações sociais estabelecidas com a sociedade ¹⁰³

Nesse sentido, para exemplificar situações sobre os temas transversais a autora usa as seguintes colocações:

Ética: discriminação de classe social, gênero e etnia; violência doméstica; falta de condições de vida que apontam o desrespeito aos direitos humanos.

Saúde: dificuldade de acesso aos recursos de saúde pública que oportuniza, conseqüentemente, a exposição de alunos a diversas doenças que afetam o resultado do processo de aprendizagem; a questão do uso de drogas que tem atingido todas as classes sociais.

Orientação sexual: vivência da sexualidade; doenças sexualmente transmissíveis; abuso sexual; gravidez precoce.

Meio ambiente: a falta de infraestrutura de saneamento básico nos bairros afetando a vida da população e o meio ambiente.

Trabalho e consumo: desemprego, subemprego; trabalho infantil.

Esses exemplos revelam o arcabouço teórico que pode ser aplicado a prática social do profissional. A apropriação das dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão fornece embasamento que permite o profissional fazer leitura dos contextos de sociais a partir de uma construção histórica, assim ao identificar questões que perpassam o cotidiano dos educandos, como: violência, família, criança, cultura, questão de gênero, racismo, bullying, entre outros, o profissional pode aplicar sua estratégia de intervenção a partir de suas habilidades e competências. A partir dessa leitura o profissional pode, junto aos demais colaboradores, propor o planejamento de formações continuadas para o quadro de colaboradores, buscando aperfeiçoar continuamente os serviços ofertados.

¹⁰² *Ibidem*, p.144

¹⁰³ *Ibidem*, p.122.

O processo de formação continuada que o serviço social realiza envolvendo educadores, funcionários, diretores e coordenadores pedagógicos contribui para o desvelamento da realidade social em que a escola se insere, tendo em vista a adequação do projeto pedagógico a essa realidade, e permite também a reflexão das expressões da questão social que incidem no processo educativo.¹⁰⁴

Importa dizer que a estratégia no campo educacional deve também abrir as portas “para a invasão do espaço escolar por programas, projetos de outras políticas sociais, que geram demandas administrativas e operacionais que são realizadas pelo assistente social”.¹⁰⁵ Dessa forma:

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção do assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nestas instituições, um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais.¹⁰⁶

Vale ressaltar que as estratégias em Serviço Social não se limitam as estratégias supracitadas, o que se apresenta neste trabalho são apenas possibilidades de intervenção, assim, de acordo com o perfil profissional o Serviço Social pode atuar para além dos muros impostos pelo Estado.

Sobre a abordagem do trabalho do assistente social no âmbito da garantia de direito nas IES, é necessário que entendamos que a política de educação superior dentro da sua regulamentação, atende à demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social por via da assistência estudantil.

A assistência estudantil por sua vez, objetiva garantir a permanência acadêmica dos discentes nas instituições de Ensino Superior, faz parte das estratégias do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que foi criado pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com a premissa de ofertar auxílios (moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, creche, entre outros) com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico dos discentes.

Nesse espaço sócio-ocupacional, o Serviço Social compondo as equipes técnicas multiprofissionais tem como objetivo “[...] o alcance da formação do universitário superando as adversidades estruturais e individuais e na promoção de uma postura crítica frente a educação alienante, promovida pelo capitalismo” (Barbosa, 2012, p. 25).

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.155

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.156.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 226.

No campo da operacionalização do Programa nacional de Atendimento Estudantil, o profissional do Serviço Social, desenvolve as seguintes ações:

- a) Atendimento Social e escuta qualificada para identificação das demandas.
- b) Mapeamento da rede socioassistencial;
- c) Contatos institucionais: realizados pela equipe técnica junto à rede de apoio psicossocial dos municípios para tentar articular o atendimento do usuário na rede;
- d) Orientação e encaminhamento para os serviços de Proteção Social Básica e Especial;
- e) Elaboração de relatórios de execução da política;
- f) Estudo Social (Lima, Nascimento, 2019, p. 6-7).

Esse espaço sócio ocupacional oferece ao profissional a oportunidades de aproximar-se da realidade dos sujeitos atendidos para então junto da equipe, formular estratégias específicas para os levantamentos realizados. Por fim, reitero com os pensamentos de Vasconcelos (2015, p. 526):

[...] independentemente da consciência que temos das nossas ações, da segurança dos nossos princípios, da qualidade da ação profissional e da nossa preparação teórica metodológica e técnico-operativa, ao atuarmos com diferentes segmentos, partes e expressões da classe trabalhadora, estarmos, no limite, fortalecendo ou refreando seus processos de mobilização, organização e formação para e na luta político social, a depender de quem sai mais favorecido após o que a análise pode revelar, tanto diretamente como tendência: o capital ou o trabalho.

Nos subsídios de atuação dos assistentes sociais na educação emitido pelo CFESS (2014, p.55), orienta-se que as ações profissionais exigem um acervo técnico-instrumental necessário ao alcance dos objetivos profissionais, que devem ser orientados a partir do conjunto de competências gerais que norteiam o processo de formação e de exercício profissional, assim como dos princípios éticos e políticos que conformam o projeto profissional do Serviço Social. Contudo, dada a condição de profissional assalariado/a, parte dos recursos mobilizados pelos/as assistentes sociais em suas atividades laborativas decorrem das formas de implementação das políticas sociais, com seus programas, instrumentais, rotinas e, sobretudo, diretrizes. É da combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional:

1- Uma das dimensões que tem sido mais acionada e atravessada por polêmicas, em relação ao seu peso no conjunto das ações realizadas pelos/as assistentes sociais na Política de

Educação, são as abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação. Não se trata de um questionamento quanto à importância deste tipo de abordagem com relação à viabilização do acesso aos direitos sociais, humanos e à educação em particular. Deve ser observado, no 51 Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação entanto, a tendência que caracteriza muitas ações nos estabelecimentos de educação, com relação ao desenvolvimento de abordagens orientadas a partir da restrita identificação da ação profissional com a política de assistência social. Além do equívoco com relação à definição de profissão, esta pouco contribui para a construção de ações intersetoriais necessárias à afirmação da educação como direito social. Também se requer atenção neste caso com relação ao fato de que, em muitas experiências profissionais, a abordagem individual se constitui na única forma de atuação dos/as assistentes sociais, o que restringe significativamente o alcance de seu trabalho. As abordagens individuais e a atuação junto às famílias são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.

2- Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. Observa-se, no entanto, uma diferenciação importante nas formas de atuação profissional entre os/as assistentes sociais que desenvolvem suas ações nos estabelecimentos formais de educação e aqueles/as que as desenvolvem no campo Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação 52 da educação popular. Nitidamente há no segundo caso melhores condições de promover esta atuação em virtude da natureza da própria área. O investimento que merece ser feito em maior escala quanto à inserção e atuação dos/as assistentes sociais na Política de Educação em seus diferentes níveis e modalidades deve ser efetivamente este: o de articulação com os movimentos sociais. O que possibilitaria a ampliação dos horizontes de atuação profissional em defesa de uma educação pública e de incorporação de novos conteúdos ao cotidiano dos estabelecimentos, relativos aos modos de apreensão da realidade produzidos na dinâmica das lutas sociais.

3- A dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional. Ela contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência e previamente pensados, constando do projeto de intervenção profissional. Muito embora as principais requisições na Política de Educação recaiam sobre a realização dos estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil, concessão de bolsas e definição das condições de acesso a determinados estabelecimentos educacionais, essa dimensão do trabalho profissional não deve se restringir nem a esta demanda nem tampouco aos procedimentos já institucionalizados. Trata-se de uma dimensão fundamental para a análise da Política de Educação em sentido mais amplo que apenas o da 53 Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação verificação do alcance das metas relativas ao acesso e à permanência, contribuindo para a definição de novas estratégias de ação profissional e dos sujeitos singulares e coletivos, a partir do desvelamento de como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais.

4- A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade diante da predominante estruturação verticalizada e muito pouco democrática destes espaços na Política de Educação. Neste sentido, a atuação profissional deve também estar voltada para os processos de discussão e modificação das formas de composição e funcionamento destas instâncias. Além de reconhecer e tecer aproximações com os demais conselhos existentes na Política de Educação, e que são fundamentais para a democratização dos processos de gestão desta política.

5- A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social reveste-se de um significado importante no campo da educação, pois representa um dos elementos que Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação 54 justificam a inserção desse/a profissional na dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos educacionais, assim como em instâncias de gestão e/ou coordenação nas esferas locais.

Contudo, contraditoriamente, trata-se também de um dos focos de resistência à presença de assistentes sociais, pela aproximação de algumas de suas abordagens ao trabalho já realizado por outros/as profissionais, em particular por pedagogos/as. Uma das constantes preocupações nas ações desenvolvidas pelo GT Nacional foi exatamente a de fomentar e qualificar o debate sobre este tema, sem conduzir para a delimitação de ações que diferenciem normativamente o trabalho profissional, visto que esta não era a sua tarefa. Parte das tensões presentes nesta dimensão tende a avançar com a compreensão mais precisa das possibilidades de atuação profissional dos/as assistentes sociais, ao reconhecerem a necessidade de articulação das diferentes dimensões que particularizam seu trabalho.

6- A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, por assistentes sociais tem sido atravessada tanto pela compreensão equivocada de sua relação com a política de assistência social, quanto pela institucionalização dos programas governamentais e dos projetos sociais que particularizam a atuação de assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais privados. Observa-se uma maior solicitação institucional no tocante à execução e um investimento político-profissional, por parte dos/as assistentes sociais, de maior participação não só deles/as, mas dos demais trabalhadores e trabalhadoras da política educacional e inclusive Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação dos/as estudantes nas instâncias de gestão. Trata-se de uma dimensão do trabalho profissional que, se não tem sido demandada institucionalmente e até encontra grandes resistências neste sentido, coloca-se hoje como uma clara intenção de construção de possibilidades de atuação profissional, sobretudo com a intenção de se assegurarem processos de gestão democráticos e participativos e trabalhos interdisciplinares e potencializadores de ações intersetoriais.

A atuação profissional voltada para a garantia do acesso à educação escolarizada tem sido a marca principal da inserção de assistentes sociais na Política de Educação. Contudo, dever ser na Política de Educação compreendida para além dos discursos de defesa da importância de ações desta natureza no âmbito das análises sobre a política educacional brasileira nas últimas décadas, uma vez que as formas concretas assumidas pelas estratégias governamentais e não governamentais transpõem o cerne do problema do campo das desigualdades sociais que particularizam o processo de hegemonia do capital financeiro para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social e da falta de oportunidades e de mão de obra qualificada. As estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada, em todos os níveis da política educacional, ainda não configuram um efetivo processo de universalização do acesso

a esta política, mas uma ampliação desigual em sua escala e, sobretudo, em sua dimensão pública. Está longe, portanto, de ser tomada como uma afirmação da educação pública como um direito social. (CFESS, 2014).

A possibilidade de viabilizar a garantia de direitos no âmbito da educação escolarizada, da creche à universidade - ou mesmo da educação não formal – desde a infância até a velhice, pode contribuir para formação de um sujeito conhecedor dos seus direitos, que se reconhece no processo de socialização, tornando-o cada vez mais autônomo nas suas decisões/escolhas e na busca pela sua emancipação, ainda que numa sociedade de limites reais e objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática sobre a dificuldade do acesso e permanência nas Instituições de Ensino Superior por jovens ribeirinhos do município de Melgaço numa perspectiva crítica e propositiva, foi possível identificar como o cotidiano desses jovens são afetados pelas expressões da questão social.

Foi possível identificar que o Ensino Superior Público ainda parece um universo distante da realidade dos jovens ribeirinhos por muitas razões. Entre elas estão as dificuldades de aprendizagem herdadas de uma educação básica fragilizada, que por sua vez é consequência de um sistema educacional que não consegue se efetivar, principalmente em áreas como o Anapú, que necessitada de estratégias de políticas públicas que considerem suas especificidades enquanto território das águas e da florestas, respeitando seus ciclos naturais (inverno, verões, marés, entre outras), bem como que considere a realidade do jovem rural, que em grande parte é trabalhadora.

Essas dificuldades de aprendizagem impactam diretamente nos resultados dos processos seletivos para concorrer as vagas nas universidades e institutos, essa colocação paira no fato de que a realidade do jovem marajoara trabalhador é diferente dos jovens de classes médias e altas. O/A jovem ribeirinho/a precisa dividir seu tempo entre o trabalho e os estudos, isso impacta diretamente nas suas condições físicas e psicológicas, lhe deixando em “desvantagem” em relação aqueles que tem a oportunidade de se dedicar integralmente aos estudos. Geralmente são sujeitos que já apresentam em sua construção histórica uma série de violações de direito, pois tiveram que lidar desde a infância com a precariedade no processo escolar, com os ataques na escola por sua condição financeira, com a baixa escolaridade dos pais, entre outros.

Um outro percalço percebido no cotidiano da juventude ribeirinha marajoara são as condições de acesso as instituições de ensino, que geralmente, localizam-se nas áreas urbanas.

Destarte, exige o deslocamento em pequenas embarcações que os expõem aos riscos da própria natureza (maresias, chuvas, ventos etc.), bem como aos riscos da maldade humana (assaltos e outros crimes), nesses termos também são necessárias as condições financeiras para custear os gastos dessas viagens.

Relatou-se também em várias vozes o total desconhecimento das formas de ingresso nas IES públicas. São jovens que ainda desconhecem os processos do Exame Nacional do Ensino médio, ou que não conseguem se inscrever por conta das péssimas condições da internet no espaço rural. Essa dificuldade de acesso nas IES públicas, direcionam a juventude ribeirinha que anseia o Ensino Superior, a caminho das instituições privadas, provocando uma alta procura pelos cursos cuja taxa é de menor valor.

Apesar das dificuldades, o projeto de educação do campo tem ganhado força, e aos poucos vem se materializando principalmente no que tange a ampliação do acesso, em todos os níveis de ensino. No caso do ensino superior, programas como FIES (Programa de Financiamento Estudantil), SISU (Sistema de Inclusão), PROUNI (Programa Universidade para Todos) e as cotas raciais têm sido importantes canalizadores de garantia de direito.

No entanto, ainda está longe de ser suficiente, pois ainda se percebe uma parcela ínfima da população ribeirinha acessando o ensino superior público. Essas dificuldades de ingresso dão espaço para a entrada em cena das instituições de ensino superior privadas, que por meio da “mercantilização da educação”, oferece projetos de Ensino a Distância (EAD), veiculados nas várias modalidades de ensino (licenciaturas, cursos tecnólogos, bacharelado).

Vendo nesta, a oportunidade “mais fácil” para a obtenção de um diploma em nível superior, milhares de jovens frustrados com o fracasso nos processos seletivos para o ensino superior público, desdobram-se em triplas jornadas de trabalho para arrecadar recursos para ingressar e permanecer nos cursos ofertados por essas IES privadas. Com propostas “facilitadoras” as IES privados têm cada vez mais adentrado rios e florestas e se estabelecido nos lugares onde ensino presencial ainda não conseguiu alcançar, por inúmeros fatores: pela inefetividade das políticas públicas, pela falta de investimentos e recursos, pela localização de difícil acesso, entre outros.

O suporte teórico deste trabalho atrelados aos resultados da pesquisa de campo nos apontam a população que há séculos estão à margem da política educacional brasileira. Essa população tem classe e tem cor, e mesmo com os significativos avanços no que tange a universalização e a oferta, o processo educacional em território brasileiro ainda é linear à condição que o sujeito ocupa na estrutura social, tendo em vista que ao se tratar do ensino de terceiro grau, a principal forma de ingresso nas instituições públicas ainda está condicionado a

capacidade intelectual dos educandos, que depende também, do preparo destes em todo trajeto escolar.

É digno de nota, reafirmar que nesta pesquisa, foi constatado que nenhum dos entrevistados está inserido em instituição superior pública, fato este que deve ser motivo para os trabalhadores e autoridades competentes procurarem meios para alterar essa realidade. Pois a educação é um direito, e o lugar do ribeirinho é também na Universidade!

Torna-se inquietante pensar que projetos voltados para a juventude rural não as atingem como deveriam, principalmente por não se atentarem com o processo de construção histórica destes sujeitos. Diante disso, é fundamental que outros estudos se ocupem em abordar e aprofundar esse tema, de forma que suas contribuições possam dar suporte para a elaboração de estratégias que garantam a esses sujeitos o direito à vida e a cidadania.

No âmbito do poder público, é gritante a necessidade de formulação de políticas públicas educacionais que se desdobrem no meio rural e proporcionem o acesso à educação de forma democrática e universal.

Nesse contexto, identifica-se a necessidade da inserção do profissional de Serviço Social na política de Educação do município de Melgaço, por entender que a práxis desta categoria pode ser um dos canalizadores no processo de construção de estratégias para a implantação de uma política de Educação básica eficaz e para a articulações que culmine com uma Política de Ensino Superior permanente no município.

E aos profissionais que atendem nas IES, há a necessidade de se fazer efetivar por meio intervenções eficazes, os princípios propostos nas leis vigentes, para a permanência dos discentes nas instituições de ensino durante o período letivo.

Por fim, reitero a importância de intensificarmos a luta coletiva pela ampliação dos direitos sociais por entendermos que temos um compromisso com a classe trabalhadora no processo da busca pela emancipação humana, e só possibilidade de o fazermos por meio do processo de “educar-se”. Por compreender que é a educação que faz o futuro parecer um lugar de esperança e transformação, que cabe a todos nós contribuirmos para a oferta de uma educação que nos ensine a pensar, para então decidirmos a quem obedecer.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembléia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Educação: um novo patamar institucional. **Novos Estudos**, n. 87, p. 131-143, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Qg56GTLRdtwSxvWppDTGWnz/>. Acesso em: 02/02/2023

AMÉRICO, Merize de Jesus da Silva de. **Trabalho infantil e reprodução social de famílias ribeirinhas: estudo das mediações e particularidades nos rios do Marajó/PA**. Orientador: Reinaldo Nobre Pontes. 2022. 134 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará. Curso de pós graduação em Serviço Social. Belém, 2022.

BAIA, Hélio Pena. **Rurbanidades Marajoaras: produção, consumo e mudanças culturais no Espaço da Cidade de Melgaço-PA**. Belém 2014.

BARBOSA, Carlos Daniel da Luz. **Assistência estudantil: compromisso do serviço social com o ensino superior**. 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20626/20626.PDF>. Acesso em: 13/01/2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. 14 ed. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Áreas de Atuação Avaliações e Exames Educacionais Enem Provas e Gabaritos**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos/2021>. Acesso em: 13/02/2023

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Vol. I. - Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.179-191.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Campos, ÍNDIO, Campos (org). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAE/UFPA, 2015. 640 .p.(Coleção Formação Regional da Amazônia, 2) Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/164>. Acesso em: 03/01/2023

CAÑETE, C.L. **Seletividade de inseticidas a espécies de Trichogramma (Hymenoptera: Trichogrammatidae)**. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. nº 24. p. 5-15. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02/02/2023

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FERREIRA, Avelino. **Nilo Peçanha**: o homem, o político. Homenagem da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ: Câmara Municipal, 05 out. 2016. Disponível em: <http://www2.camaracampos.rj.gov.br/livretonilo.pdf> Acesso em: 10 maio 2019. Acesso em 01/03/2023

FRANÇA, Sebastião Fortineli. Uma visão geral sobre a educação brasileira. **Integração**, v. 1, 2008. Disponível em: ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista_integracao/educacao_brasileira.pdf. Acesso em: 13/01/2023

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Educação e atualidade brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A.; CORNETTA, A.; ALVES F.; BARBOSA, L. In. ALVES, F. (Org.). **Marajó**: Ipea, 2016. 359 p.

GUSSO, Helder Lima, et. al. Ensino Superior em Tempos de pandemia: Diretrizes a Gestão Universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtfr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12/02/2023

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIRA, Talita de Melo. de M.; CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**. Campo Grande. 17 (1), Jan-Mar., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>. Acesso em: 23/02/2023

MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, 32(3), 465-476. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>

MARTIS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2012; 2014.

MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia, Terra e Civilização**: uma trajetória de 60 anos. 2 ed. Ver. Aum. – Belém: Banco da Amazônia, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo; Hucitec; 14. ed; 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura Militar e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. acesso em: 17/01/2023

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior 240. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR91199G0&p=redin+2017>. Acesso em: 27/02/2023

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, Ana Carolina Trindade dos. **Juventude rural e permanência no campo**: um estudo de caso sobre a juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Serviço Social. Recife, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SARRAF, Ilca Pena Baia. **Cartografia de professoras migrantes**: formação docente na construção de identidades. 1 ed. Rio Branco :Nepan, 2017.

SARRAF-PACHECO. Cartografia de Memórias na Amazônia. In: SARRAF- PACHECO, Agenor e SILVA, Jerônimo da Silva e. **Memória, Identidade e Interculturalidade**: pesquisas em estudos culturais na Amazônia. Belém: NEAB/IFPA, 2015 (No prelo).

SARRAF-PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos Marajós**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SARRAF-PACHECO, Agenor Sarraf. **En el Corazón de la Amazonía**: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009

SARRAF-PACHECO, Agenor Sarraf. No tempo das festas: sociabilidades e conflitos em cidades e florestas Marajoaras. Projeto História : **Revista do programa de estudos pós-graduados de história**, 58. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2017v58p9-44>. Acesso em: 26/02/2023.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: A determinação ontológica da realidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-7067-4495>. Acesso em: 03/04/2023

THOMÉ, Luciana D; PEREIRA, Anderson S; KOLLER, Silvia Helena. O Desafio de Conciliar Trabalho e Escola: Características Sociodemográficas de Jovens Trabalhadores e Não-trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32 n. 1, Jan-Mar. 2016, pp. 101-109. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/nL5XDyQS349gyGSskkBWTtF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03/04/2023

VASCONCELOS, Ana Maria de. **AO Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teóricos-práticas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

APENDICE A - IMAGENS DA PESQUISA

Imagem 1- Registro da escola Porto Alegre



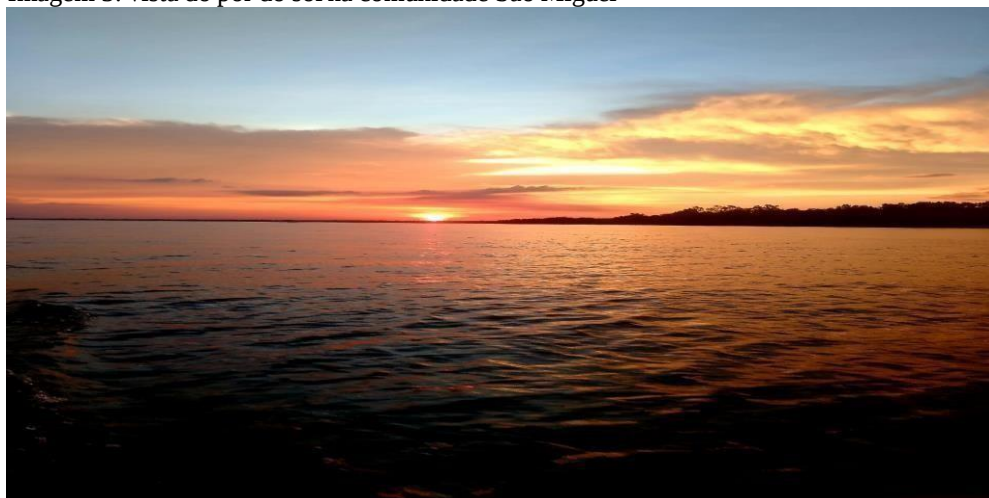
Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 2- Registro da Comunidade Nª da Conceição



Fonte: arquivo pessoal

Imagem 3: vista do pôr do sol na comunidade São Miguel



Fonte: acervo pessoal Ynkliton Ribeiro

Imagem 4: Embarcação navegando no rio Anapú



Fonte: Google fotos

Imagem 5: Imagens do fim da tarde na comunidade Marajó



Fonte: Acervo Pessoal Ynkliton Ribeiro

APENDICE B - FORMULÁRIO PARA A PESQUISA DE CAMPO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ- UFPA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ/BREVES- CUMB

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA DE CAMPO

Prezado (a)

Este questionário é o instrumento da pesquisa de campo do projeto de TCC intitulado:
OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RIBEIRINHA PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM

NO RIO ANAPÚ EM MELGAÇO/MARAJÓ-PA, realizado pela discente Eleitice da Silva dos Santos, sob a orientação da Prof. Dra. Merize de Jesus da Silva Américo, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

A sua participação é fundamental para os resultados dessa pesquisa.

1- DADOS PESSOAIS

NOME:	IDADE:
COR/RAÇA:	SEXO:
UF DA NASCIMENTO:	LOCALIDADE:

2- QUADRO FAMILIAR

2.1 - Quantos membros da sua família moram em uma mesma casa? () 1 () 2 () 3
 () 4 ou mais

3 – TRABALHO E RENDA

3.1- Quantas pessoas contribuem com a renda total da casa? _____

3.2 - Alguém da casa possui vínculo empregatício formal? () Sim () Não () Quantos? ____

3.4 - Atividade remunerada principal: _____

3.5 - Área de ocupação: _____

3.7 - Quantos empregos você já teve anteriormente? _____

3.8 - Qual tipo de emprego anterior?

☐ Formal ☐ Informal

3.9 - Em algum emprego foi contribuinte da previdência social? ☐ Sim ☐ Não 4- Qual a renda Familiar total da casa?

☐ 1- até um salário mínimo. ☐ 2 - até dois salários mínimos.

☐ 3 - até 3 salários mínimos. ☐ 4- quatro ou mais salários mínimos.

4.1- Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais? ☐ SIM ☐ NÃO

4.2. 1 - Qual?

☐ Bolsa Família ☐ BPC (Idoso, deficiente) ☐ Outro. Qual? _____

4 – DADOS DE ESCOLARIDADE

4.1 Qual seu nível de escolaridade?

☐ não alfabetizado ☐ ensino fundamental incompleto.

☐ ensino fundamental completo. ☐ ensino médio incompleto. ☐ ensino médio completo. ☐ ensino superior incompleto.

☐ ensino superior completo.

4.2 Até qual série estudou sua mãe?

☐ Ensino fundamental até a 4ª série ☐ Ensino fundamental até a 8ª série

☐ Ensino médio incompleto. ☐ Ensino médio completo. ☐ Ensino superior incompleto. ☐ Ensino superior completo. ☐ pós- graduação.

4.3 Até qual série estudou seu pai?

☐ Ensino fundamental até a 4ª série ☐ Ensino fundamental até a 8ª série

☐ Ensino médio incompleto. ☐ Ensino médio completo. ☐ Ensino superior incompleto. ☐ Ensino superior completo. ☐ pós- graduação.

5- DIFICULDADE DO ACESSO E PERMANÊNCIA PARA/NO ENSINO SUPERIOR

1- Qual a forma de conclusão do ensino médio?

☐ Ensino Regular. ☐ Encceja. ☐ Telecurso. ☐ Ensino médio integrado. ☐ Supletivo. ☐ outro. Qual? _____

2- Você é conhecedor das formas de ingresso nas Universidades e Institutos Federais ou particulares?

3- Você já prestou vestibular? Se sim, quantas vezes?

4- Você já foi discente de algum curso de terceiro grau?
5- Qual a principal dificuldade para cursar o ensino superior?
6 - Já precisou desistir de algum curso técnico, profissionalizante, licenciatura ou bacharelado por alguma dificuldade?
7- Se você está cursando algum tipo de qualificação de terceiro grau (cursinhos, licenciatura, tecnólogo, bacharelado), como você se mantém presente durante o período letivo?
8- Na sua opinião o que o governo deveria fazer para viabilizar meios que facilitem o cumprimento do direito ao acesso ao nível superior no município?

Deseja receber o resultado desta pesquisa: () sim () não

E-mail: _____

OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO!

APENDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ/BREVES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Título do Projeto de pesquisa: **OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RIBEIRINHA PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM NO RIO ANAPÚ EM MELGAÇO/MARAJÓ-PA**

Pesquisadora Responsável: Eleitice da Silva dos Santos Nome do participante:

Data de nascimento:

Leia cuidadosamente.

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de Pesquisa intitulado: **OS DESAFIOS DA JUVENTUDE RIBEIRINHA PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM NO RIO ANAPÚ EM MELGAÇO/MARAJÓ-PA**,

A pesquisa está sendo realizada pela discente do Curso de Serviço Social Eleitice da Silva dos Santos sob a supervisão e orientação da professora Dra. Merize de Jesus da Silva Américo. Para alcançar os objetivos do estudo será realizada uma entrevista individual, gravada em áudio, na qual você responderá perguntas pré-estabelecidas, bem como ficará aberto para que você possa falar o que julgar necessário. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados.

Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do esforço, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável. Saiba que você tem total liberdade para recusar o convite de não participar.

Sobre esta pesquisa:

1. O trabalho tem por finalidade apresentar os percalços que dificultam o ingresso e a permanência da juventude ribeirinha marajoara nas Instituições de Ensino Superior, tendo como lócus da pesquisa o rio Anapú em Melgaço/ Marajó- PA.
2. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.
3. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação.
4. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livres acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, durante e depois da sua participação.
5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente; para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Em caso de dúvida, pode ser contactada Eleitice da Silva dos Santos, pesquisadora responsável pela pesquisa no telefone: 919252-9068, ou no e-mail: eleiticesssantos@gmail.com

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecido(a), manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa

RG ou CPF do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Melgaço, _____ de _____ 2023.